



MAPEAMENTO DE MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SEGURANÇA DE POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO AMAZÔNICA



Diagnóstico de Boas Práticas
e Experiências Positivas de
Mecanismos Alternativos de
Segurança entre Povos Indígenas –
Brasil, Colômbia e Venezuela

Hanna Limulja e Melissa Oliveira

Julho | 2022





Dedicatória

Dedicamos este diagnóstico a Bruno Pereira, Dom Phillips e Virgílio Trujillo que foram assassinados no momento em que este diagnóstico estava sendo escrito e a todas as pessoas que perderam suas vidas ao longo dos últimos anos por defenderem a floresta e os povos que nela vivem.

Castanheiras. Terra Indígena Andirá-Marau, AM.

Foto: Robert Miller

Autoras

Hanna Limulja é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trabalha com os Yanomami desde 2008, tendo atuado em ONGs no Brasil e no exterior, como Comissão Pró-Yanomami (CCPY), Instituto Socioambiental (ISA), Wataniba e Survival International. Mais recentemente, tem trabalhado com povos indígenas em deslocamento, como os Warao, Kariña e E`ñepa, no contexto da resposta humanitária no Brasil. É autora do livro *O Desejo dos Outros - uma etnografia dos sonhos Yanomami* publicado pela Ubu Editora em 2022.

Melissa Oliveira é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e realizou pós-doutorado na mesma área na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi estudante e pesquisadora visitante em universidades do Reino Unido (Universidade de Cambridge e London School of Economics). Desde 2005 atua entre os grupos Tukano do Alto Rio Negro, Noroeste Amazônico. Foi integrante do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (2005-2011) e consultora no Museu da Amazônia, Funai (Flacso) e Ministério da Educação (Unesco). Atualmente é pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Ficha técnica:

Revisão: **Sandra Damiani**

Projeto gráfico e diagramação: **Ana Krebs**

Agradecimentos aos doadores das imagens:

Agradecemos às seguintes pessoas e organizações que gentilmente cederam imagens que compõem a presente publicação: Instituto Socioambiental, Minerva Vitti e Poliana Guajajara.

Resumo Executivo

Este documento apresenta um mapeamento de mecanismos alternativos de segurança em Terras Indígenas no Brasil, Colômbia e Venezuela e tem como objetivo apoiar o Ministério Público Federal e o Grupo de Trabalho de Segurança Territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais, coordenado pela Procuradoria da República no Estado do Amazonas/5º Ofício. Através da realização de um levantamento do tipo desk – pesquisa bibliográfica e entrevistas com indígenas e indigenistas –, foram realizados quatro estudos de caso: **1.** Guardiões e Guerreiras da Floresta no Mosaico do Gurupi, Maranhão; **2.** Planos de Vida, Jurisdição própria e Guardia Indígena entre os Inga, do Departamento de Putumayo, Colômbia; **3.** Guardia Indígena Territorial Pemón e Jurisdição Especial Indígena na Gran Sabana, Venezuela; **4.** Os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Rio Negro, Amazonas. Para cada iniciativa foram enfatizados os modos de ação e estratégias na proteção e vigilância territorial, desafios e avanços e as experiências e boas práticas que podem ser inspiradoras para outros contextos. Além disso, apresenta-se projetos de povos indígenas de Rondônia em que o uso de novas tecnologias e ferramentas digitais são centrais para proteção territorial e manejo ambiental. Autonomia dos grupos e construção de parcerias com a sociedade civil, protagonismo de jovens e mulheres destacam-se nas experiências apresentadas.



SUMÁRIO

Apresentação	9
Metodologia	10
Levantamento de Experiências Regionais de Mecanismos Alternativos de Segurança de Povos Indígenas	10
Escolha das Experiências	11
Entrevistas Semi-estruturadas com Atores Seleccionados	13
Limites do Mapeamento	13
Estrutura do Mapeamento	14
I. CASO MOSAICO DO GURUPI – MARANHÃO	15
1. Guardiões e Guerreiras da Floresta no Mosaico do Gurupi – Maranhão	16
1.1. Caracterização dos Povos e Territórios Indígenas do Gurupi	16
1.2. Problemas e Ameaças	19
1.3. Os Guardiões da Floresta na Terra Indígena Arariboia	22
a) Histórico de Formação do Grupo de Guardiões da Floresta da TI Arariboia	22
b) Recursos Econômicos, Técnicos e Infraestrutura para o Desenvolvimento do Trabalho	23
c) Modos de ação	24
d) Ameaças e Violências	24
e) Avanços	26
f) Desafios	26
1.4. As Guerreiras da Floresta na Terra Indígena Caru	27
a) O Surgimento das Guerreiras da Floresta	27
b) Modos de Ação	28
c) Avanços	30
d) Desafios	30

1.5. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência dos Guardiões e das Guerreiras	31
1.6. Análise	32
II. CASO GUARDIA INDÍGENA – COLÔMBIA	34
2. Planos de Vida, Jurisdição Própria e Guardia Indígena entre os Inga do Departamento de Putumayo, Colômbia	35
2.1. Breve Histórico da Formação das Guardias Indígenas da Colômbia: a Guardia Indígena de Cauca	35
2.2. As Mingas de Resistência e a Guardia Indígena	36
a) Mingas de Resistência	36
b) Guardia Indígena	37
2.3. Caracterização da Região do Médio Putumayo e do Povo Inga	39
2.3.1. Ameaças	41
2.3.2. Estratégias de Defesa Territorial e da Vida	43
a) Plan de Vida dos Inga de Yungillo	43
b) Reglamento Interno del Resguardo Inga de Alpamanga	48
2.4. Guardia Indígena Inga de Mocoa	49
2.4.1. Resguardo Inga de Mocoa	49
2.4.2. A Guardia Indígena de Mocoa	50
a) Composição da Guardia	50
b) Ingresso na Guardia	51
c) Formação da Guardia Indígena de Mocoa	51
d) Ações e Funções da Guardia	52
e) Organização e Autonomia	53
f) Ser Mulher na Guardia Inga de Mocoa	54
g) Desafios	54
h) Avanços	55
2.5. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência das Guardias Indígenas da Colômbia	56
2.6. Análise	57
III. CASO GUARDIA E JURISDIÇÃO ESPECIAL INDÍGENA VENEZUELA	59
3. Guardia Indígena Territorial Pemón e Jurisdicción Especial Indígena na Gran Sabana, Venezuela	60

3.1. Caracterização do Povo e Região	60
3.2. Ameaças	61
3.3. Estratégias de Defesa Territorial	63
3.3.1. Guardia Territorial Indígena Pemón	63
a) Surgimento da Guardia Pemón	63
b) Formação da Guardia	65
c) Modos de Ação	66
d) Recursos Econômicos e Infraestrutura: Organização e Autonomia	66
3.3.2. Jurisdição Especial Indígena	66
3.4. Vidas dos Defensores Indígenas Ameaçados	71
3.5. Ser Liderança Mulher	72
3.6. Avanços	72
3.7. Desafios	73
3.8. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência das Guardias Indígenas Pemón e Jurisdição Especial Indígena da Gran Sabana	73
3.9. Análise	74

IV. CASO RIO NEGRO – AMAZONAS 76

4.1. Caracterização dos Povos e da Região do Alto e Médio Rio Negro	77
4.2. A FOIRN e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro	78
4.3. Agentes Indígenas de Manejo Ambiental	80
4.3.1. Os AIMAs do Rio Tiquié	81
a) Quem são	81
b) Surgimento dos AIMAs	81
c) Perfil	82
d) Recursos Econômicos e Infraestrutura para o Desenvolvimento do Trabalho	82
e) Modos de Ação	83
f) A pesquisa Ciclos anuais no Rio Tiquié e a Formação dos AIMAs	83
g) Os Ciclos Anuais e o Manejo do Mundo	84
h) Metodologia de Pesquisa e Formação dos AIMAs	85
4.3.2. Os AIMAs e o Manejo de Pesca na Bacia do Rio Tiquié	89
4.3.3. Os AIMAs e os PGTAs	89
4.3.4. Avanços	90
4.3.5. Desafios	91
4.4. Ampliação da Rede de Agentes Indígenas do Alto Rio Negro	91

4.5. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência dos AIMAs	92
4.6. Análise	94
V. USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO MONITORAMENTO E PROTEÇÃO TERRITORIAL	96
5. Uso de Novas Tecnologias no Monitoramento e Proteção Territorial	97
Considerações Finais	102
Bibliografia	106
ANEXOS	113
Anexo 1 – Guia de Perguntas	114





Apresentação

Este diagnóstico tem como foco apresentar os mecanismos alternativos de segurança em Terras Indígenas no Brasil, Colômbia e Venezuela. Apresentamos o mapeamento descritivo, realizado a partir de pesquisa bibliográfica e entrevistas com indígenas e indigenistas, de quatro casos selecionados: **1. Guardiões e Guerreiras da Floresta no Mosaico do Gurupi, Maranhão; 2. Planos de Vida, Jurisdição própria e Guardia Indígena entre os Inga do Departamento de Putumayo, Colômbia; 3. Guardia Indígena Territorial Pemón e Jurisdição Especial Indígena na Gran Sabana e Venezuela; 4. Os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Rio Negro, Amazonas.**

A partir das iniciativas desenvolvidas em cada caso, buscamos enfatizar os modos de ação e as estratégias utilizadas por cada povo na proteção e vigilância territorial, apontando os desafios e os avanços indicados pelos nossos interlocutores indígenas e levantados por nós durante a realização do diagnóstico.

Outro aspecto abordado neste levantamento diz respeito ao uso de novas tecnologias e ferramentas digitais em projetos voltados para proteção territorial e manejo ambiental. Apresentamos uma experiência que tem se mostrado exitosa entre povos indígenas de Rondônia e que pode ser replicada entre outros povos indígenas da Amazônia.

A participação de mulheres e jovens também é destacada nos casos apresentados, procurando enfatizar o protagonismo e a autonomia que estes grupos possuem dentro dos projetos e ações voltadas para a proteção e vigilância territorial.



Metodologia

Neste tópico será descrita a metodologia utilizada no mapeamento de mecanismos alternativos de segurança de povos indígenas na Amazônia brasileira, colombiana e venezuelana e a estrutura de apresentação do mapeamento.

- **Levantamento de Experiências Regionais de Mecanismos Alternativos de Segurança de Povos Indígenas**

Nesta etapa de levantamento exploratório consideramos tanto experiências conhecidas diretamente ou indiretamente por nós devido ao histórico de atuação junto a povos indígenas e organizações civis na Amazônia e alhures, bem como experiências indicadas por uma rede de interlocutores, profissionais, ativistas indígenas e não-indígenas que atuam em organizações indígenas, indigenistas e socioambientais na Amazônia brasileira, colombiana, venezuelana, peruana, e boliviana¹.

Procuramos realizar uma pesquisa prévia e compor um acervo preliminar sobre as experiências que mais nos chamaram atenção, seja através de conversa com nossos contatos, do levantamento/leituras de documentos e notícias indicados por estes ou encontrados na internet e a consulta a mapas regionais, hidrográficos, mapas de ameaças e pressão aos povos indígenas amazônicos em diferentes países.

¹ - Ver Anexo 2.



- **Escolha das Experiências**

Nesta etapa procurou-se tomar em consideração alguns **critérios** de escolha das experiências a serem analisadas que guiaram a conversa com nossos interlocutores da sociedade civil, entre eles destacamos:

- **Representatividade por Povos / Região / Bacia Hidrográfica / País**

Considerando os objetivos do projeto, o tempo de execução, e o histórico de atuação das consultoras, optou-se por focalizar em casos analíticos na **Região Amazônica do Brasil, Colômbia e Venezuela**², conhecidas previamente e/ou indicadas por contatos confiáveis da sociedade civil que atuam junto a povos indígenas destes países. Nos casos brasileiros tivemos interlocução com o Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Survival Internacional. Já no caso colombiano com a Fundação Gaia Amazonas e para o caso venezuelano, tivemos a colaboração do Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonía Wataniba.

- **Ameaças e Violações de Direitos**

Foram consideradas experiências em localidades que reconhecidamente estão sob ameaça e pressões socioambientais externas, como: atividades de mineração, extração de madeira, recursos pesqueiros, caça, expansão do agronegócio, narcotráfico³; perseguição e violência contra lideranças e contra mulheres, através de ataques físicos e digitais.

- **Eficiência da Experiência de Autossegurança**

As experiências analisadas possuem reconhecimento público tanto pelo êxito – capacidade de enfrentamento de problemas –, tanto pelo grau de criatividade empregado nas ações, como pelo uso de novas metodologias – por parte dos povos indígenas e de profissionais de diversas áreas, como antropólogos, ambientalistas, jornalistas, que atuam nestas regiões e por organismos nacionais e internacionais governamentais e da sociedade civil, ligados às causas da promoção de direitos destes povos.

- **Participação de Lideranças, Moradores das Comunidades e Organizações Locais**

Tais experiências envolvem de modo participativo em suas ações, lideranças, organizações indígenas locais e moradores das comunidades afetadas, através

² - Um ponto importante a considerar é que, todos esses países compõem novas constituições latino-americanas, que reconfiguraram a relação entre povos indígenas e Estado, existem pontos de aproximação e diferenciação tanto na dinâmica histórica da composição e desenvolvimento dos movimentos indígenas e em seus modos de se relacionar com o Estado Nacional e com organizações indigenistas, socioambientais e de outras parcelas da sociedade civil. Ver, por exemplo, Ramos, A. (2021) e Urquidí (2012).

³ - Ver por exemplo RAISG, 2018.



de estratégias diversas, como: realização de encontros, definição conjunta de metodologias e planejamento de ações, estratégias de comunicação e compartilhamento de problemas, decisões e resultados.

- **Representatividade de Gênero e Geracional**

As experiências analisadas articulam diferentes gerações e gêneros – jovens, adultos e anciãos, homens e mulheres, seguindo desta maneira as transformações das arenas das políticas socioambientais nacionais e internacionais nas últimas décadas.

- **Meios Digitais de Comunicar, Produzir e Compartilhar Conteúdo**

Considerando as transformações recentes na infraestrutura de certas comunidades indígenas (existência de placas solares, radiofonias, computadores, acesso à internet) e dos modos de comunicação das gerações contemporâneas – em especial os jovens – foram consideradas ao menos algumas experiências cuja ênfase esteja na virtualidade do modo de estabelecer comunicação, produzir e compartilhar informações e conteúdos – seja através do desenvolvimento de aplicativos ou da produção e circulação de arquivos, áudios, vídeos e podcasts.

Embora outros casos levantados previamente tenham respondido da mesma maneira a estes critérios, alguns pontos relativos ao andamento do mapeamento interferiram na decisão final sobre os casos a serem analisados, entre eles destacamos:

- As referências e indicações de nossos interlocutores da sociedade civil sobre a relevância e a representatividade de cada caso nos contextos analisados – Amazônia brasileira, colombiana e venezuelana;
- O acesso aos materiais disponíveis sobre cada caso, considerando que se tratou de um mapeamento realizado através de pesquisa de desk;
- A acessibilidade aos atores indígenas envolvidos em cada experiência – o acesso e a disponibilidade para realização de entrevistas à distância, considerando que o acesso à internet é intermitente e precário.

Considerando os critérios estabelecidos e os pontos acima mencionados, as seguintes experiências foram selecionadas:

- **No Brasil**

- Guardiões e Guerreiras da Floresta no Mosaico do Gurupi – Maranhão;
- Os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Rio Negro – Amazonas.



- **Na Colômbia**

- Planos de Vida, Jurisdição própria e Guardia Indígena entre os Inga do Departamento de Putumayo.

- **Na Venezuela**

- Guardia Indígena Territorial Pemón e Jurisdicción Especial Indígena na GranSabana.

- **Entrevistas Semiestruturadas com Atores Selecionados**

A partir da seleção dos atores a serem pesquisados e da realização de pesquisa documental prévia sobre cada um dos casos, estabeleceu-se contato via WhatsApp com os atores envolvidos em cada experiência para apresentação, explicação dos objetivos do mapeamento e levantamento sobre a possibilidade de colaboração.

Uma vez obtido o consentimento dos atores, foi acordada data e hora para realização das entrevistas, que foram realizadas via Plataforma Microsoft Teams, Google Meet e WhatsApp. As entrevistas tiveram como base um **Guia de Perguntas**⁴ voltado para **lideranças indígenas**, com algumas modificações para **membros de organizações parceiras**, elaborado com o objetivo de identificar pontos centrais sobre cada experiência. Durante a realização das entrevistas, incorporou-se perguntas relevantes específicas para a descrição e análise de cada um dos casos, além de incorporar outras questões levantadas por nossos interlocutores.

- **Limites do Mapeamento**

Os fatores limitantes encontrados durante a realização do mapeamento estão relacionados ao caráter da pesquisa de desk, que envolve:

- **Pesquisa de Dados na Internet**

Por serem experiências recentes, que se iniciaram nos últimos 15 anos, a produção sobre os casos ainda é pouca, em grande parte estão acessíveis notícias veiculadas em periódicos relacionados às questões indígenas e socioambientais, documentos e materiais resultantes diretamente das experiências e alguns poucos artigos e teses acadêmicas. Faltam, por exemplo, informações que possam auxiliar na realização de uma análise mais qualificada, pautada em indicadores confiáveis, sobre os impactos factuais destas experiências nos seus contextos socioculturais.

4 - Ver Anexo 1.



- **Entrevistas Via Plataformas on-line**

A realização de entrevistas a distância e via internet limita o estabelecimento do nível de aproximação e confiança com os interlocutores e de conhecimento das realidades pesquisadas, fatores fundamentais para alcançar aspectos mais profundos destas experiências, algo que apenas a realização de pesquisa/trabalho de campo poderia alcançar.

- **Estrutura do Mapeamento**

A partir da pesquisa documental e das entrevistas realizadas com interlocutores privilegiados, indígenas e não indígenas, envolvidos em cada caso, apresentamos a descrição e análise das experiências de cada um dos casos selecionados.

Cada caso será apresentado a partir de uma contextualização e caracterização dos povos e territórios indígenas ao qual estão relacionados. Serão apresentados também os principais problemas que enfrentam, que vão desde as ameaças diretamente relacionadas às terras e seus recursos naturais até as violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas.

Por fim, realizamos algumas recomendações das experiências e boas práticas analisadas, que poderão ser replicadas em outros contextos, sempre levando em consideração a especificidade de cada povo e a realidade na qual está inserido.

Uma análise específica é apresentada no final de cada caso e, à guisa de conclusão, uma análise mais panorâmica encerra o diagnóstico, retomando os principais pontos abordados ao longo de todo o levantamento.





TI Caru. Foto: Gentilmente cedida por Poliana Guajajara

I. CASO MOSAICO DO GURUPI – MARANHÃO

Guardiões e Guerreiras da Floresta



1. Guardiões e Guerreiras da Floresta no Mosaico do Gurupi – Maranhão

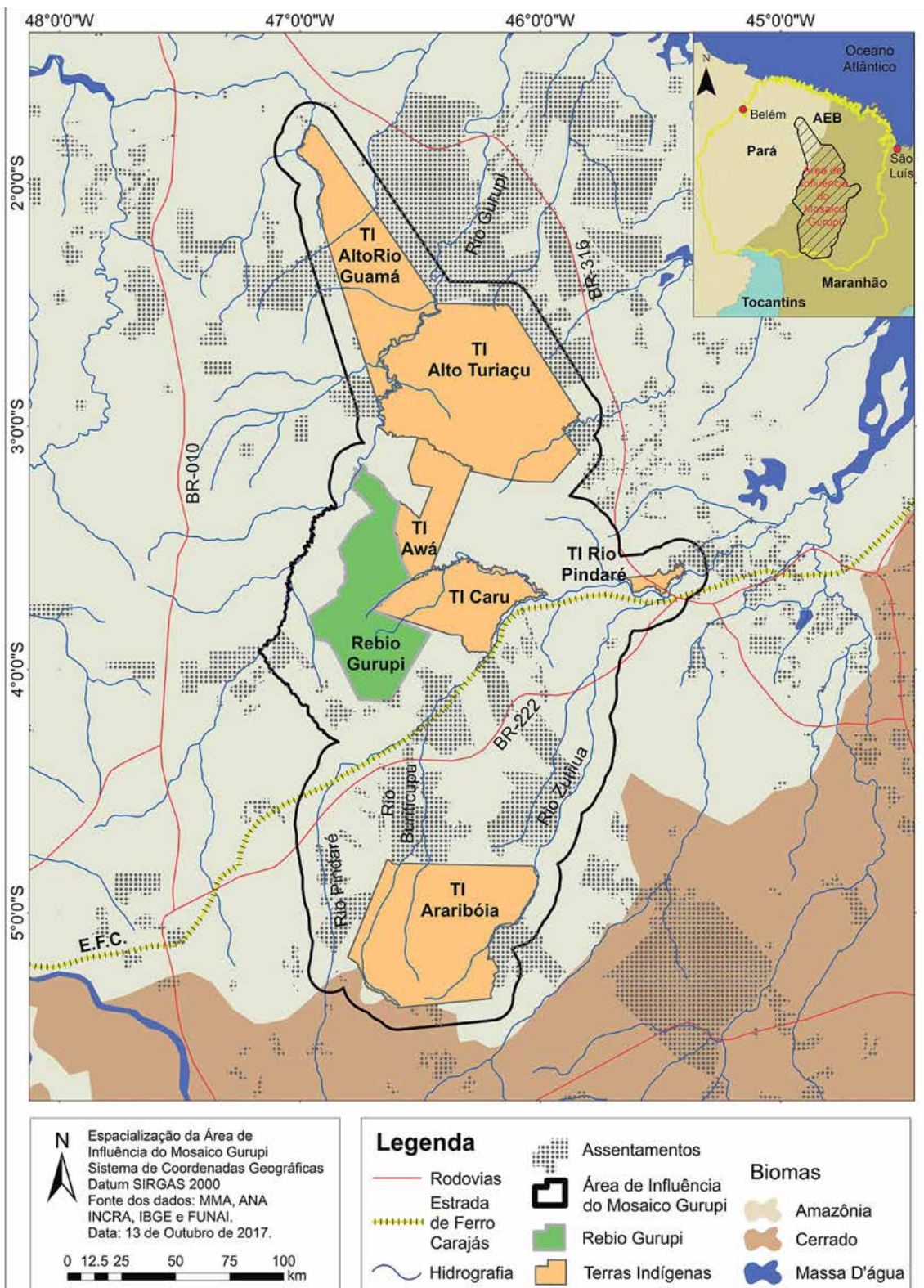
Nesta parte iremos tratar da experiência de autodefesa e segurança territorial desenvolvida por povos indígenas do Mosaico Gurupi, na parte do Maranhão, abordando mais especificamente o caso dos Guardiões da Floresta da Terra Indígena (TI) Arariboia e das Guerreiras da Floresta da TI Caru.

1.1. Caracterização dos Povos e Territórios Indígenas do Gurupi

As experiências aqui abordadas são desenvolvidas por povos que habitam o denominado Mosaico Gurupi⁵, que, apesar de reunir desde 2014 povos indígenas, indigenistas e ambientalistas em torno de sua formalização e gestão, ainda não foi formalizado pelo Ministério do Meio Ambiente. É composto por uma Unidade de Conservação, a Reserva Biológica do Gurupi, e seis terras indígenas: Alto Turiaçu, Awá, Caru, Arariboia, Rio Pindaré, localizadas no Maranhão, e Alto Rio Guamá, no Pará, que formam um corredor socioambiental. Constitui a maior área de Floresta Amazônica do Maranhão, abrigando uma grande fauna terrestre e aquática, 46 espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, dentre elas, a onça pintada. É a maior área de espécies endêmicas do Pará, totalizando 46,4 mil km² de área (ISPN, 2021).

5 - *Mosaico de Unidades de Conservação é um modelo de gestão de áreas protegidas que busca a participação, integração e envolvimento dos gestores das unidades e da população local na gestão das mesmas, com intuito de compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da diversidade social e o desenvolvimento sustentável em um contexto regional.* " ((o) eco, 2017)





- **Povos Indígenas que Habitam essa Região**

- **Guajajara** - (donos do cocar), que se autodenominam Tehetehara (seres humanos verdadeiros), denominação que inclui o subgrupo Tembé. São falantes da língua Guajajara (Schöreder, P. 2021 [2002]), que pertence ao tronco linguístico Tupi-Guarani, e habitam mais de dez aldeias no centro do Maranhão, na transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, nas regiões dos Rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiua. Em 1980, surgem novas ameaças com o Programa Grande Carajás e o interesse de madeiras. As aldeias ribeirinhas praticam a pesca e a caça, que tem diminuído devido à concorrência com os não indígenas e à limitação das áreas.
- **Ka'apor** - (termo derivado de Ka'a-pypor, pegadas da/na mata). Habitantes da região entre o Tocantins e o Xingu, realizaram uma longa migração que os levou em 1870 do Pará ao Maranhão, pelo Rio Gurupi. São falantes da língua Ka'apor (Balée, W. 2021 [1998]), família Tupi-Guarani.

A Terra Indígena Turiaçu, homologada em 1989, vem sendo sistematicamente invadida e desmatada por posseiros, madeiros e fazendeiros em uma situação marcada por violência, ataques de invasores e contra-ataques dos indígenas, com vítimas fatais.

- **Awa Guajá** - Os Awa Guajá vivem na pré-Amazônia Brasileira, no Noroeste do Estado do Maranhão, nos formadores dos Rios Pindaré e Gurupi. A língua Guajá integra o tronco Tupi, família Tupi-Guarani. A maior parte vive em aldeias nas TIs Alto Turiaçu, Caru e Awá, mas há grupos em isolamento voluntário entre as TIs Awá e Caru e, pelo menos, 60 indivíduos Awá vivendo na TI Arariboia, que abriga, aproximadamente, 14.000 Guajajara e sofre desmatamento decorrente da ação de madeiros. Por estarem em constante mobilidade e processo de fugas de invasores como madeiros, narcotraficantes e posseiros, é difícil localizá-los e mensurar sua quantidade.

Com uma população de, aproximadamente, 520 pessoas, sua história de contato remonta há algumas décadas, isolados até a década de 1960, quando os Awá Guajá tiveram seu território tradicional cortado pela rodovia 222 e pela Estrada de Ferro Carajás na década de 1980. Com a frente de colonização e desenvolvimento de projetos econômicos no período militar, mantiveram resistência para continuar com um modo de vida ligado à floresta. Na década de 1970 e 1980 houve vários episódios de contato via frentes de atração ou não, com ocorrência de mortes, envio de indígenas para aldeias em lugares que não conheciam e com grupos que não tinham relação. Chegando quase a desaparecer como grupo e perante uma situação de genocídio, alguns grupos optaram em manter o contato e outros em fugir.

Os isolados que estão na TI Arariboia hoje, somam algumas dezenas em contrapartida ao pequeno número dos que se encontram entre a TI Caru e despertam preocupação nos Guajajara, que agem como protetores, e



nos Awá Guajá, que se encontram em Caru e Awá Guajá, que se somam às expedições da frente de proteção etnoambiental Awá Guajá/FUNAI. Em 1985, iniciou-se a demarcação da TI Awá, destinada apenas aos Awá e que interliga as TIs Caru, que margeia a ferrovia, e a TI Turiaçu. Após décadas invadida por fazendeiros, posseiros, madeireiros e pequenos agricultores, passou por um processo de desintrusão em 2014, mas, mesmo assim, voltou a ser alvo de ocupações ilegais (Garcia e Magalhães, 2020).

1.2. Problemas e Ameaças

- **Projeto Grande Carajás**

Em 1980, começaram a ser implantadas as instalações na mina de Carajás (PA), o Porto de Itaqui (São Luís, MA) e a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), promovendo a industrialização movida a carvão vegetal e que tem levado a danos ambientais. Além da implantação de usinas siderúrgicas (sudeste do PA, noroeste do TO e centro do MA), o programa agravou o quadro fundiário da região, tensionada pela violência relacionada à posse de terra, com efeitos sobre as populações indígenas e camponesas (CTI, s/d).

De acordo com Diniz (2013) (Apud Faustino e Furtado, 2013: 106), os oito povos do Maranhão foram impactados pelo projeto. Além dos Guajajara, deixaram de ser um dos maiores produtores de alimento do estado (Zannoni, 1999), as condicionantes do projeto não foram cumpridas, no que tange às condições de demarcação de terras dos povos envolvidos no projeto, tendo como caso emblemático a demarcação da TI Awá Guajá, mencionada anteriormente.

Outro impacto significativo foi a instalação de guseiras, madeireiras e povoamentos que resultaram no aumento das invasões dos territórios indígenas (Diniz, 2013). Além disso, a FUNAI, que administrou por muito tempo os recursos que a Vale direcionou para compensação dos povos Awá, Guajajara e Ka'apor, não direcionou para atividades de apoio aos seus modos de vida.

A gestão dos recursos esteve relacionada ao projeto de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), mas os processos de regulamentação fundiária das terras indígenas continuaram pendentes e a proteção das terras mais próximas da EFC – Awá, Alto Turiaçu, Rio Pindaré e Karu, as mais impactadas, não ocorreu. Ao todo foram mais de vinte terras indígenas direta ou indiretamente impactadas, algumas sendo foco de pretensões minerais e impactadas pela EFC e pelo projeto de sua duplicação.



Apresentamos, a seguir, uma reprodução simplificada da tabela apresentada no estudo mencionado, focando apenas nas pressões e ameaças sobre as terras que são alvo de nosso levantamento:

Terra indígena	Pressões e Ameaças
Alto Turiaçu	Exploração de recursos: garimpeiro e madeireiro. Fundiário: posseiro, rota para roubo de gado e caçadores. Estrada de Ferro Carajás (EFC).
Arariboia	Exploração de recursos: madeireiro e caçador. Fundiário: arrendamento e posseiro. Pretensões minerárias.
Awá	Exploração de recursos: caçador e madeireiro. Fundiário: posseiro e fazendeiro. Pretensões minerárias. Projeto Grande Carajás EFC.
Caru	Exploração de recursos: caçador e madeireiro. Fundiário: posseiro e fazendeiro. Projeto Grande Carajás EFC. Invasão de narcotraficantes*.
Rio Pindaré	Exploração de recursos: extrativista, caçador e madeireiro, pescador*. Fundiário: arrendamento e posseiro. Projeto Grande Carajás, EFC.

**Acréscimo de dados do relatório do CIMI (2021).*

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA) e Cimi (Apud, Faustino e Furtado, 2013: 107).

• Desmatamento e Queimadas

De acordo com Celentano e Loch et al (2018: 319-323), entre 1969 e 1970, a construção da BR-222 – que liga a BR-010 a São Luís – aumentou o desmatamento da região, cortando o corredor de itinerância Awá Guajá entre as TIs Caru e Arariboia e isolando uma grande quantidade de indígenas Guajá na segunda, em um processo violento (Gomes, 1989).

Várias cidades tornaram-se polos madeireiros crescendo econômica e demograficamente. Com a implantação do Projeto Carajás, há um aumento pela demanda de recursos florestais da região para suprir a quantidade de carvão requerida pela indústria de ferro gusa (Monteiro 2009; Carneiro, 2012).

Nesse processo, a exploração de madeira para carvoarias e serrarias se deu de maneira predatória levando os recursos à exaustão. A redução da cobertura vegetal aumentou a pressão sobre as áreas protegidas – UCs e TIs e às invasões para extração ilegal de madeira (Moura et al 2011; Greenpeace, 2012).

O Maranhão é o maior produtor de carvão vegetal da Amazônia Legal (IBGE, 2014) e as queimadas e a exploração ilegal de madeira são os principais motores da degradação florestal nas áreas protegidas do “Mosaico Gurupi”. De acordo com dados do IMPA e EMBRAPA, levantados por Celentano e Loch et al (2018: 321), até 2016, o desmatamento acumulado no Mosaico do Gurupi, correspondia a 17,2% do território; entre 2007 e 2015, as florestas degradadas correspondiam a 14,4%; em 2014, as pastagens ocupavam 35,4% do território. Veja abaixo, a porcentagem das ameaças no mesmo período por TI:



Ameaças às Terras Indígenas do Mosaico Gurupi (MA)

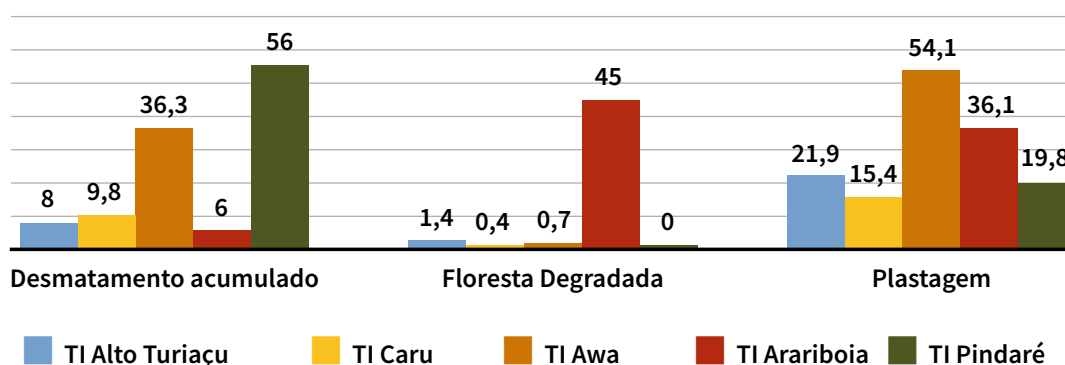


Gráfico. Ameaças às Terras Indígenas do Mosaico do Gurupi (MA).
Desenvolvido a partir de dados levantados por Celentano e Loch, 2018)

No que se refere aos focos de calor para os anos de 2015 a 2017, registrou-se o total de 3.201 no Mosaico do Gurupi, e nas TIs localizadas no Maranhão: 158 na TI Alto Turiaçu, 33 na TI Caru, 132 na TI Awá, 2.116 na TI Arariboia e 18 na TI Pindaré (Celentano e Loch et al, idem, ibidem).

• Violação de Direitos Humanos

As atividades ilícitas – exploração ilegal de madeira, queimadas, desmatamento e pecuária – são agravadas por violações dos direitos humanos contra populações indígenas e não indígenas pobres, como assassinato e regimes de trabalho análogos à escravidão. Os conflitos por posse de terra, degradação ambiental e outras formas de violência têm os povos indígenas e seus apoiadores como principais vítimas.

Entre 2010 e 2016, 30 indígenas foram assassinados no Maranhão, em sua maioria em conflitos relacionados à invasão e exploração ilegal de madeira (CIMI 2017, apud Celentano e Loch et al, 2018: 325)

De acordo com Celentano e Loch et al (2018: 326), desde meados dos anos 2000, operações envolvendo Ibama, ICMBio, PF, PRF, Força Nacional e Polícia Ambiental do Maranhão foram realizadas para combater crimes nas áreas protegidas do Mosaico:

Nessas operações foram apreendidos milhares de metros cúbicos de madeira ilegal, carvão, equipamentos usados no desmatamento, serrarias foram fechadas e destruídas, pessoas foram libertadas da condição análoga à escravidão, pessoas foram presas por atos ilícitos, e muitas multas foram aplicadas. Mas não foram suficientes para evitar a continuidade da destruição da floresta (Celentano e Loch et al, 2018: 326)

Em dezembro de 2015, dois guardiões Ka'apor foram baleados por madeireiros e 12 estavam ameaçados de morte (CIMI, 2016). As queimadas criminosas acima mencionadas também são resultado dos conflitos entre madeireiros, indígenas e agentes públicos. Em 2018, a base da FUNAI em Zé Doca foi incendiada devido a conflitos entre madeireiros, pecuaristas e índios (G1 Maranhão, 2018). De acordo com os relatórios de violência do CIMI, 43 indígenas Guajajara foram assassinados no Maranhão em decorrência de conflitos com madeireiros, 12 deles na TI Arariboia. Levantamento dos próprios indígenas relatam 60 assassinatos desde a década de 1990 (Agência Pública, 2019).

1.3. Os Guardiões da Floresta na Terra Indígena Arariboia

Cada uma das TIs que compõe o lado maranhense do Mosaico do Gurupi **possui um grupo de vigilância, monitoramento e defesa/proteção territorial** contra a extração de madeira ilegal e o desmatamento, chamado de Guardiões da Floresta.

a) Histórico de Formação do Grupo de Guardiões da Floresta da TI Arariboia

De acordo com Barros (2019a), que seguimos para realização deste histórico, o surgimento dos guardiões na TI Arariboia remonta ao início dos anos 2000 e a tomada de decisão sobre monitoramento e vigilância indígena dos territórios está diretamente relacionada a um cenário de invasões, violência e ausência do poder público na TI.

Um marco nesta história foi a ocorrência do “massacre” na Aldeia Lagoa Comprida – a invasão de um grupo de ao menos dez madeireiros que resultou na morte de um Guajajara e um não indígena, e deixou dois Guajajara gravemente feridos.

No mesmo ano, o grupo Guardiões da Floresta foi criado em uma assembleia do Conselho de Caciques e Lideranças da TI Arariboia (COCALITIA), com objetivo de **realizar ações próprias de monitoramento e fiscalização do território**.

A partir de relatos das lideranças, do coordenador regional da FUNAI em Imperatriz do Maranhão e de um guardião que não quis se identificar, com apoio de caciques e lideranças, alguns indígenas se disponibilizaram para realizar as ações, e contaram na época com o apoio da FUNAI, em parceria com o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) da Polícia Militar do Maranhão.

Os Guardiões deveriam atuar em conjunto com a Frente de Proteção Etnoambiental Awá Guajá, criada no mesmo ano para proteção dos índios isolados Awá Guajá, sob respaldo da Polícia Militar. Porém, as operações de repressão, envolvendo a FUNAI, PF e órgãos estaduais de segurança, que muitas vezes envolviam prisão e apreensão de caminhões e de madeira eram descontínuas e morosas, e após uma série de cobranças e o posicionamento destes órgãos de que não poderiam realizar atuação permanente, os guardiões se desentenderam com os mesmos, perderam os recursos e apoio do governo e passaram a se defender sozinhos.



A atuação autônoma levou a divergências entre guardiões e líderes, principalmente aqueles ligados à FUNAI, que questionavam a falta de acompanhamento e o modo de atuação dos Guardiões: apreensão de caminhões, enfrentamento e expulsão dos invasores (madeireiros/caçadores) do território.

Alguns episódios envolveram troca de tiros, ação que mesmo partindo de um grupo reconhecido pela FUNAI, não era respaldada pela legislação, ponto que levou a se cogitar em assembleia a extinção dos Guardiões.

Concomitante ao enfraquecimento das atividades da FUNAI, em 2012 o grupo foi formalizado e passou a realizar ações mais consistentes e periódicas.

b) Recursos Econômicos, Técnicos e Infraestrutura para o Desenvolvimento do Trabalho

Para a realização deste trabalho de vigilância e monitoramento do território os Guardiões da Floresta contaram com apoio de alguns parceiros, especialmente organismos socioambientais internacionais. É o caso de um conjunto de projetos da WWF Brasil, que integrou ações realizadas nas TIs que compõem o Mosaico, entre as quais a TI Arariboia, e que teve como principal objetivo **“qualificar os grupos de proteção territorial para conduzir ações de monitoramento dos territórios e para a preparação do combate a queimadas e incêndios florestais”**. A partir dos projetos, os Guardiões tiveram acesso a **quadriciclos, drones, GPS, rádios-comunicadores, computadores, câmeras fotográficas, ferramentas de combate ao fogo, equipamentos de proteção individual, combustível e alimentação** (WWF, 2021).

O Greenpeace também realizou em 2020 alguns eventos de capacitação de Guardiões de Arariboia e das outras TIs do Gurupi, para o uso de equipamentos de monitoramento e vigilância territorial – como drones e GPS para coleta de evidências de invasões no território. Estas oficinas fazem parte do Projeto Todos os Olhos na Amazônia⁶. A partir dos registros, o projeto realiza campanhas públicas para defesa de ativistas ambientais e dos direitos indígenas. (Greenpeace, 2020)

Os Guardiões também contam com apoio de organizações não governamentais que não são nomeadas pelos indígenas, a fim de preservar a atuação e autonomia das mesmas, mas que apoiam de maneira contínua não apenas com recursos para financiamento das ações e dos equipamentos de monitoramento, como também dando visibilidade para suas ações e exercendo pressão política, principalmente através de suas campanhas públicas de denúncias às violências.

⁶ - Este projeto é uma parceria do Greenpeace com a HIVOS, outras 11 organizações internacionais e 16 entidades locais, e está voltado ao combate do desmatamento, degradação ambiental e violações dos direitos humanos, através do uso de tecnologias de satélites, monitoramento remoto, drones e a coleta de evidências na floresta. No Brasil atuam no Mosaico do Gurupi (MA e PA), Projeto Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, no Pará e na Terra Indígena Karipuna (RO) (Greenpeace, 2020).

Outras instituições realizam pequenos apoios não públicos, como o Fundo Casa e organizações indígenas, como é o caso da COIAB e indigenistas, como o Centro de Trabalho Indigenista. Muitas vezes, também conseguem apoio de jornalistas que têm interesse em entrevistá-los e filmá-los, através da doação de equipamentos para realizar a vigilância territorial, como drones, GPS, máquinas fotográficas etc.

c) Modos de Ação

- Rotinas de vigilância periódica (oito por ano), em que percorrem suas terras utilizando caminhonetes 4x4 e quadriciclos, dotados de instrumentos para monitoramentos, como aparelhos de GPS, drones, rádios e câmeras fotográficas e de vídeo, além de instrumentos de defesa; (Barros, 2019b).
- Identificação e registro de atividades ilícitas de caçadores, madeireiros e traficantes de drogas, e encaminhamento para funcionários do IBAMA, para a Polícia Federal e para a Polícia Militar, a fim de que realizem ações de investigação e repressão aos invasores (Barros, 2019b).
- Realização de ações isoladas de identificação de pontos de atividades de invasão, marcando suas coordenadas e enviando relatórios às autoridades (Barros, 2019b). Por um tempo realizaram estes registros em um aplicativo⁷ com GPS e mapa para demarcar o tipo de invasão no celular. Porém, esse aplicativo deixou de ser utilizado por motivos simples, como: celulares quebrados, deletaram o aplicativo ou não conseguiram baixá-lo, perda dos celulares etc. Atualmente, estes registros estão sendo feitos através dos equipamentos de monitoramento mencionados no primeiro ponto deste tópico.

d) Ameaças e Violências

Por desenvolverem um trabalho pouco respaldado pela legislação indígena no Brasil e pelos órgãos de segurança pública, muitas vezes, os Guardiões, que seriam as vítimas dos crimes realizados em suas terras, tornam-se alvo da justiça, justamente por estarem defendendo seus territórios.

Os povos Guajajara, e especialmente a região da TI Arariboia, possuem a marca histórica de serem vítimas de homicídios relacionados a conflitos de invasão de terra. Em 2016, seis indígenas Guajajara foram assassinados a tiros, pauladas, jogados da ponte, atropelados por madeireiros, sendo que três deles eram Guardiões. As mortes não foram elucidadas e de acordo com o CIMI, os casos, como de praxe, não foram além dos boletins de ocorrência e os autores não foram identificados nem punidos (Barros, 2019a).

7 - Não tivemos acesso ao nome do aplicativo.



Segundo o Relatório de Violência contra os povos indígenas no Brasil, desde os anos 2000 até 2019, foram registrados 48 casos de assassinatos de indígenas Guajajara, sendo a TI Arariboia o território mais afetado, com 18 casos (CIMI, 2019).

Em 2019, ocorreu a morte do Guardiã da Floresta Paulo Paulino Guajajara, que teve repercussão internacional. Paulo Paulino e seu primo Tainaky caíram em uma emboscada enquanto caçavam. Paulo morreu quase instantaneamente e Tainaky se escondeu na floresta e sobreviveu, e teme por sua vida após o ataque e ameaças de morte. A notícia do assassinato de Paulo se espalhou pelo mundo (Watson, 2020).

Desde 2014, o MPF pede na justiça que autoridades tomem providências para evitar mortes de indígenas Guardiões da Floresta. Na época, quatro guardiões estavam sob ameaça de morte em Arariboia e outros 20 no estado. **Os indígenas sob ameaça fazem parte do programa de proteção a testemunhas estadual, mas estes estão vulneráveis, pois o Estado alega que forças de segurança locais não podem agir em terras da União, como as Terras Indígenas** (Galhardo, 2019).

Em 29 de março de 2022, o juiz Régis Bonfim Filho, da 1ª Vara Federal Criminal do Maranhão, mandou a júri popular os dois homens acusados pelo assassinato a tiros do líder indígena Márcio Gleik Moreira Pereira. Os réus Antônio Wesley e Raimundo Nonato também respondem pela tentativa de homicídio do indígena Laercio Sousa Silva e pelo crime de porte ilegal de arma, a partir de denúncia do MPF. Configurou-se como embate violento o ocorrido em 2019 na Lagoa Comprida e a procuradoria pediu à justiça reparação dos danos causados à comunidade indígena. Este ano o caso de Paulino Guajajara foi mencionado durante a 21ª sessão do **Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas**. De acordo com assessores do CIMI, este seria o primeiro caso em que começa a se romper com um histórico de impunidade de criminosos (Carvalho, 2022; Spezia, 2022).

De acordo com a ONG Global Witness, do recorde de 227 assassinatos de defensores do meio ambiente registrados mundo afora em 2020, 20 ocorreram no território brasileiro, e os indígenas da Amazônia foram as principais vítimas. Para o mesmo ano, a SESAI registrou 185 assassinatos de indígenas no Brasil, e o CIMI 45, sendo 3 desses casos ocorridos no Maranhão (CIMI, 2021).

Em março de 2018, o Acordo de Escazú – Acordo Regional sobre o Acesso à Informação, à Participação Pública e o acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe – foi adotado em Costa Rica, sendo o primeiro no mundo a conter disposições específicas sobre os defensores de direitos humanos em assuntos ambientais. Assinado por 24 países e ratificado por 12, entrou em vigor em 22 de abril de 2021. Apesar do Brasil ter assinado o acordo em setembro de 2018, é notável a ausência da ratificação até então. A relevância para a ratificação deste acordo é que coloca em evidência o protagonismo e a ameaça que essas populações e seus defensores enfrentam na defesa do meio ambiente e de seus direitos. Em um momento de um aumento escalonado da violência contra os povos indígenas e seus territórios, ocorrido, sobretudo, pela



fragilização dos órgãos de fiscalização e por uma política explícita de abertura das terras indígenas e seus recursos para a exploração, defender os direitos dos defensores dos direitos humanos em assuntos ambientais é de extrema importância e urgência. Mesmo que o acordo ainda não esteja ratificado ele é fonte de direito e pode ser usado em petições e na parte de argumentação em decisões jurídicas, de modo a criar constrangimento.

e) Avanços

Em relação aos avanços obtidos por meio do trabalho realizado pelos Guardiões da Floresta podemos destacar:

- Organização da comunidade em torno da proteção e vigilância territorial perante a ausência do poder público;
- Envolvimento de jovens e adultos com o cuidado do território, como alternativa a sua cooptação para o envolvimento em atividades ilícitas, como extração ilegal de madeira e narcotráfico na TI e no entorno;
- Conscientização dos jovens sobre a importância do território e formação educativa no uso de tecnologias de monitoramento ambiental e vigilância do território, com manipulação de equipamentos diversos, garantindo dessa forma a autonomia e o empoderamento dessas comunidades na defesa de seus próprios territórios;
- Articulação com uma rede de parceiros nacionais e internacionais da sociedade civil, inserindo a luta do povo Guajajara em um cenário mais amplo de defesa dos direitos humanos, ambientais e indígenas.

f) Desafios

Já em relação às dificuldades encontrada pelos Guardiões, destacamos:

- Falta um sistema de rádio integrado entre as comunidades para que possam comunicar entre grupo de regiões onde não há internet, para informar sobre ações e invasões;
- Não possuem apoio da FUNAI;
- Possuem apoio local limitado por parte dos órgãos fiscalizadores (polícias);
- São denunciados pelos próprios invasores, detidos pelas polícias locais e por vezes criminalizados injustamente (caso de prisões ilegais);
- Sofrem ameaças e são assassinados pelos invasores;
- Na maioria dos casos, as violências e os assassinatos cometidos contra os indígenas não chegam sequer a serem julgados e a certeza da impunidade faz com que os assassinos e invasores continuem a agir, sem o menor constrangimento moral ou legal.



1.4. As Guerreiras da Floresta na Terra Indígena Caru⁸

A TI Caru, composta por dezesseis povoados, está situada entre três municípios – Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim e São João do Caru. Compartilhada pelos Guajajara com o Guajá, de recente contato ou em isolamento voluntário, é uma região historicamente invadida por madeireiros, caçadores, pescadores, fazendeiros e pequenos traficantes que plantam roças de maconha. Desde 2014, mulheres e homens se reuniram para desenvolver atividades voltadas para proteção territorial.

a) O Surgimento das Guerreiras da Floresta

A experiência de proteção territorial da TI Caru possui a especificidade de reunir homens e mulheres – os Guardiões da Floresta e as Guerreiras da Floresta. Estas últimas hoje conformam um grupo de 25 mulheres que se destacam por terem protagonizado em 2013 a adoção de uma postura proativa em prol da proteção do território, movimento que envolveu um embate com alguns dos indígenas, que eram aliados de madeireiros.

- Em 2013, a TI Caru teve um projeto aprovado pelo PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas) para a formação de agentes ambientais Guajajara e Awá. Enquanto os Awá não quiseram participar, alguns moradores Guajajara ficaram receosos e preocupados devido à invasão de madeireiros e o envolvimento de alguns indígenas com essa atividade. No entanto, as mulheres resolveram participar do projeto, sendo que no início eram apenas 5 a 6 homens e por volta de 30 mulheres.
- O projeto envolveu a realização de oficinas coordenadas pelas mulheres e que focavam em três pontos, a saber:
 - Identificação de ameaças – especialmente a extração de madeira;
 - A conscientização sobre questões ambientais;
 - O debate sobre o projeto de vida dos povos e comunidades.

As mulheres contaram com o apoio de um cacique recém-nomeado que as apoiou na condução do projeto. Por trazer essa proposta de mudança de pensamento e postura, principalmente ao enfatizar a proteção do território, ao invés do envolvimento da comunidade com o desmatamento de madeiras, o cacique foi ameaçado por madeireiros, o que gerou certa preocupação durante as ações de vigilância.

Pouco a pouco as mulheres conseguiram envolver um maior número de homens, a própria associação Indígena Wirazu e fortalecer o movimento, de modo a conseguir a retirada de madeireiros do território de maneira pacífica.

⁸ - A maior parte das informações apresentadas neste tópico foram obtidas a partir de entrevista com uma membra do grupo.



Nesse momento, a retirada dos madeireiros, conduzida principalmente pelas mulheres, aconteceu **através do diálogo**. Realizaram uma série de conversas tensas com os madeireiros, nas quais explicaram que a partir daquele momento não queriam mais atividades ilícitas no território e passariam a trabalhar através de projetos com outros povos e associações que estavam voltados para a proteção territorial.

As mulheres participaram de **vários intercâmbios fora do território**, destaca-se uma viagem realizada entre 2014 e 2015, para a TI Arariboia, na qual conheceram a experiência dos Guardiões da Terra Indígena Arariboia, com os quais estabeleceram parceria. Essa oportunidade veio a partir de uma visita que Sônia Guajajara fez a TI Caru, com o objetivo de fortalecer a luta das Guerreiras, durante a qual orientou as mulheres a conhecer a experiência de Arariboia, onde, na época, o grupo de Guardiões já estava no processo de fazer seu **próprio regimento interno**.

b) Modos de Ação

•Vigilância Territorial

As guerreiras participam junto aos homens de missões de vigilância do território, por 15 a 20 dias, que são realizadas principalmente em dois pontos da TI Caru, onde há muita devastação por ação de madeiras e nas proximidades de São João do Caru, região que é considerada ponto de atuação intensa de madeireiros e traficantes, com muitas plantações de maconha para o tráfico. Nessas ocasiões realizam:

- Registros de ações ilícitas por meio de fotos e vídeos;
- Elaboração de relatórios e envio para órgãos competentes, como a Polícia Ambiental do Maranhão, Polícia Federal, FUNAI, IBAMA etc. – para realização de investigações e intervenções;
- Diálogo com os invasores: inovação estratégica trazida pelas mulheres às missões de vigilância. Por meio de uma abordagem não agressiva e estabelecimento do diálogo, as mulheres explicam aos invasores – madeireiros, caçadores, pescadores – sobre a importância da natureza para a vida dos indígenas e pedem que não entrem mais na floresta (Rosilene Guajajara, In: Boni, 2019).

Conforme explica Cristiane Viana Guajajara, uma das guerreiras: **“A gente nunca entrou em conflito”**. A opção pelo diálogo se deu tanto quando encontraram caminhoneiros transportando madeira ilegal, como nas **ações de conscientização das comunidades do entorno** (Lazzeri, 2018). Neste sentido, o diálogo praticado pelas mulheres se revelou como uma tática extremamente eficaz, sendo utilizada tanto no contexto das ações de vigilância territorial como nas atividades de sensibilização.



• Sensibilização do Entorno

Um diferencial da atuação das Guerreiras é que elas priorizaram o trabalho de conscientização dos moradores dos povoados próximos à Terra Indígena, que, de acordo com nossa interlocutora, invadem o território indígena pelo fato do poder público estar totalmente ausente na região. Desse modo, agregam ao mecanismo de proteção territorial um caráter socioeducativo, através das seguintes atividades:

- Realização de palestras em escolas localizadas em povoados próximos, nas quais abordam os seguintes tópicos:
 1. Conscientização das pessoas sobre a importância de proteger o meio ambiente, em especial os rios;
 2. Explicação sobre quem são os Guajajara e Guajá, a importância das suas culturas e modos de vida;
 3. Explicação sobre os direitos indígenas sobre suas terras;
 4. Esclarecimento sobre os objetivos dos trabalhos dos Guardiões e das Guerreiras da Floresta;
 5. Explicação do porquê, quando encontram alguma ação ilícita no território, precisam tomar providências.

• Projetos junto às Comunidades do Entorno (ISPN, 2022)

Desde 2021, as Guerreiras decidiram levar à frente a interação com os moradores dos povoados do entorno e vêm desenvolvendo o projeto “Traçando Novos Caminhos para o Bem Viver”, através de uma parceria da Associação Wirazu com o ISPN e a Rede de Filantropia para a Justiça Social (RFJS), que incentiva os indígenas a desenvolver atividades produtivas e à conservação socioambiental dos territórios e povos. (ISPN, 2022)

- “A iniciativa tem por objetivo ofertar às famílias ou aos indivíduos desses povoados uma pequena linha de financiamento via microprojetos, para desenvolvimento de iniciativas produtivas, como hortas, roças e frutíferas/quintais; reflorestamento/viveiros e pequenas criações de animais de pequeno porte. A iniciativa disponibiliza o valor de 2 mil reais para cada microprojeto selecionado.”;
- As Guerreiras já realizaram visitas de diagnósticos às comunidades e elaboraram junto ao ISPN um edital de microprojetos, que recebeu 42 submissões que serão avaliadas e receberão recursos;
- As Guerreiras realizarão monitoramento e acompanhamento dos projetos junto a equipe técnica do ISPN;
- A iniciativa é acompanhada por uma equipe de comunicadores/as indígenas da TI Caru, que registra as ações por fotografia e filmagens e que tem como intenção



apresentar um documentário destacando o protagonismo das mulheres na condução do projeto.

No momento, estão sendo produzidos como material didático duas animações sobre os microprojetos.

c) Avanços

Nossa interlocutora identifica alguns avanços desde o início das atividades conjuntas entre os Guardiões e as Guerreiras da Floresta na TI Caru, dentre eles destacamos:

- A diminuição do envolvimento de jovens e adultos indígenas com atividades ilícitas, como: extração de madeira e narcotráfico;
- Amenização considerável da situação de extração ilegal de madeira nas terras;
- Conscientização por parte dos moradores dos povoados sobre quem são os indígenas da TI Caru e seus direitos sobre o território;
- Mudança de postura da população dos arredores, deixando de ser uma ameaça para se tornarem possíveis parceiros em projetos futuros;
- Conhecimento por parte dos próprios indígenas da situação de vulnerabilidade que também se encontram as populações ribeirinhas que acabam se envolvendo em atividades ilícitas por necessidade.

d) Desafios

Desde que começaram o movimento de proteção territorial, as ameaças são uma constante na vida dos indígenas da TI Caru, entre elas destacamos:

- Para realizar as palestras de conscientização nos povoados próximos, muitas vezes, em época de seca, as Guerreiras precisam percorrer certos trajetos em que se sentem ameaçadas;
- Quando encontram invasores e buscam estabelecer o diálogo, embora geralmente eles aleguem não ter conhecimento de se tratar de terra indígena e se comprometam em não voltar, em alguns casos, eles acabam voltando;
- Através das atividades de sensibilização do entorno, as guerreiras conseguem amenizar ameaças locais dos moradores próximos, mas a grande ameaça é que geralmente os maiores invasores do território são pessoas importantes e poderosas, como políticos e empresários, que possuem capital suficiente para realizar grandes esquemas de extração de madeira, como contratar uma equipe para fazer o serviço de corte e transporte de madeira, comprar equipamentos, caminhões, barcos etc.;
- A atividade desempenhada pelos Guardiões e Guerreiras permite que identifiquem invasores com mais agilidade e autonomia e realizem denúncias



para os órgãos competentes. Entretanto, a morosidade na investigação das invasões ou mesmo dos casos de assassinatos por parte de tais órgãos, faz com que esses casos não tenham um encaminhamento judicial, deixando claro para os invasores e assassinos a certeza da impunidade e a perpetuação dessas práticas ilícitas.

1.5. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência dos Guardiões e das Guerreiras

A partir dos casos apresentados dos Guardiões e Guerreiras da Floresta no Mosaico do Gurupi, pudemos levantar algumas experiências e boas práticas que podem ser consideradas em contextos e realidades de outros povos indígenas. Entre elas destacamos:

- Desenvolvimento de projetos em parceria com associações indígenas e ONGs que incentivam os temas de proteção, vigilância e manejo territorial, como uma alternativa para os jovens ao seu envolvimento em atividades ilícitas;
- Desenvolvimento de projetos que garantam a formação técnica das comunidades indígenas e os recursos necessários para que os grupos exerçam as atividades, alcançando com isso sua própria autonomia no trabalho de proteção territorial;
- Intercâmbios dentro e fora das TIs para conhecer outros projetos e iniciativas sobre Guardas Indígenas, proporcionando trocas de experiências fundamentais para fortalecer o protagonismo indígena de defesa e vigilância territorial;
- Protagonismo feminino na coordenação de projetos relacionados à proteção, vigilância e manejo territorial e sensibilização do entorno;
- Tática do diálogo: a especificidade no trabalho das mulheres que buscam a conciliação por meio da palavra em detrimento de atos violentos ou armados. Estratégia que conduz a resultados positivos nos acordos com invasores e na sensibilização das comunidades do entorno;
- Desenvolvimento de projetos de geração de renda e sustentabilidade através de microprojetos que envolvem as famílias das comunidades do entorno das TIs. Trata-se de uma ação que gera reconhecimento por parte das comunidades próximas em relação aos povos indígenas, contribuindo, nesse caso, para o empoderamento das mulheres indígenas;
- O trabalho das mulheres de sensibilização do entorno trata-se de uma ação preventiva que – através do conhecimento mútuo das comunidades indígenas e dos moradores locais não-indígenas – desfaz preconceitos e estabelece uma linha de diálogo, por meio da qual é possível pensar coletivamente – indígenas e não indígenas – em parcerias de geração de renda de forma sustentável;
- A produção de material didático e de documentário sobre o trabalho dos Guardiões e, especialmente, das Guerreiras da Floresta, por parte das comunicadoras locais,



possibilita que este material seja divulgado e possa servir de referência e incentivo para mulheres de outros povos indígenas na organização de novas iniciativas de proteção territorial.

1.6. Análise

Sobre a iniciativa das mulheres na criação das Guerreiras da Floresta, percebe-se que houve um alargamento da ideia de proteção territorial, que não está apenas vinculada ao território ou a uma estratégia que deva passar necessariamente pelo enfrentamento direto com os invasores. Como será possível notar também no caso da Colômbia e da Venezuela, a estratégia do diálogo, por mais simples que possa parecer à primeira vista, tem sido um instrumento de defesa valioso e que tem sido conduzido em sua maioria, senão em todos os casos, por grupos de mulheres.

Ainda que elas se sintam vulneráveis, pois falar diretamente com os invasores das terras indígenas, quem em geral são homens e em alguns casos estão armados, seja de fato uma ameaça real às suas vidas, até o momento, não foi registrado nenhum caso de violência ou morte contra as mulheres que fazem parte das Guerreiras, durante estes diálogos.

Parece que estes grupos de homens que costumam ser mais arredios às investidas dos Guardiões, ou seja, dos homens indígenas, ao se deparar com um grupo de mulheres, passam a agir de maneira menos agressiva, o que faz com que as Guerreiras possam ter um papel muito mais diplomático do que os homens, nas tratativas com os invasores.

Quando tomaram a iniciativa de criar um grupo composto só de mulheres indígenas, elas também sofreram uma resistência por parte dos próprios indígenas, querendo colocá-las como ajudante/cozinheira no grupo de Guardiões Indígenas. Apesar disso, elas insistiram em criar o seu próprio grupo que passou, depois de um tempo, a ser respeitado pelos homens. Neste sentido, o grupo de Guerreiras da Floresta criado pelas mulheres, não se constitui apenas como uma iniciativa importante de defesa contra os invasores e ameaças não indígenas, mas também como uma forma de empoderamento e autonomia que elas passam a ter dentro de suas próprias comunidades.

É importante destacar aqui que as mulheres geralmente pensadas dentro desses grupos como associadas à esfera do doméstico e aos assuntos internos da comunidade, passam a ter um protagonismo único nas relações com o mundo exterior, através da mediação de situações que poderiam acabar em conflitos violentos ou mesmo fatais.

Outro aspecto importante a ser destacado na atuação das Guerreiras da Floresta é seu caráter socioeducativo. A partir das atividades de sensibilização conseguiram estabelecer uma relação com as comunidades não indígenas locais, que foi fundamental para a dissolução de preconceitos que existiam, sobretudo, pela falta de conhecimento tanto dos indígenas como dos não indígenas. Dessa forma, as



Guerreiras conseguiram explicar a importância de defender as terras indígenas e compreenderam, por sua vez, que muitas das pessoas que realizam atividades extrativistas dentro das TIs também vivem em situação de vulnerabilidade, abrindo espaço para a necessidade de se pensar projetos sustentáveis de geração de renda que possa contribuir para o bem-estar de todos da região.

Entretanto, como já foi dito, a grande ameaça que atinge as terras indígenas é a existência de grandes esquemas de madeireiras e de grupos ligados ao narcotráfico, que tomam conta da floresta. Neste aspecto, é preciso reconhecer que o trabalho realizado pelas Guerreiras e Guardiões Indígenas não é, e nem poderia ser capaz de combater esses grupos poderosos.

Aqui, é importante ressaltar o papel que o Estado, através dos órgãos competentes, deve desempenhar no combate dessas ameaças e violações dos direitos dos povos indígenas. Como é apontado pelos próprios Guardiões, parte da ineficiência ao combate aos invasores vem do fato das operações serem realizadas de maneira desarticulada e esporádica. Deste modo, é preciso que as operações de repressão aos crimes cometidos em TIs sejam feitas de maneira contínua e articulada, a fim de desmontar toda a estrutura que existe por trás dos crimes e violações cometidos contra os povos indígenas e seus territórios.

Outro aspecto importante que merece ser destacado são os casos de assassinatos de lideranças e defensores, que – como vimos no caso da morte de Paulo Paulino Guajajara e tantos outros indígenas assassinatos – devem ser levados a julgamento e para as Cortes Internacionais de Direitos Humanos, dando maior visibilidade para esses casos e conseguindo com isso uma pressão internacional para que esses crimes não caiam no esquecimento e na impunidade.

Sobre as prisões ilegais de indígenas e a falta de julgamento dos crimes cometidos por invasores contra povos e Terras Indígenas, para além de cursos de formação voltados para o conhecimento dos direitos indígenas, as comunidades necessitam de apoio jurídico local, pois não adianta realizarem suas atividades de proteção e vigilância territorial, escrever relatórios fundamentados e não conseguirem dar encaminhamento às denúncias porque o poder e as forças de polícia da região são, na maioria das vezes, negligentes quando não coniventes com os poderes e interesses locais.

Neste sentido, é preciso reconhecer que o trabalho dos Guardiões e Guerreiras da Floresta só terá efeito duradouro e eficaz se esses grupos puderem contar com o apoio das organizações da sociedade civil e o Estado assumir a sua obrigação de atuar em defesa dos povos e terras indígenas. Caso contrário, essas iniciativas por mais inovadoras e estimulantes que possam ser, só vão conseguir responder às ameaças e invasões em um nível local e o que se verá, é o que já vem acontecendo, o aumento cada vez maior da violência cometida contra os povos indígenas e daqueles que defendem os seus direitos e a floresta.





Região de Putumayo, Colômbia. Foto: Barbara Santos, 2020.

II. CASO GUARDIA INDÍGENA – COLÔMBIA

Guardia Indígena Inga do Médio Putumayo



2. Planos de Vida, Jurisdição Própria e Guardia Indígena entre os Inga do Departamento de Putumayo, Colômbia

Neste tópico iremos apresentar as experiências de defesa territorial desenvolvidas por povos Inga que habitam a região do Departamento do Putumayo, no sudoeste colombiano. No entanto, cabe apresentar primeiramente com intuito de contextualização, um breve histórico do movimento indígena da Colômbia, especialmente a constituição da Guardia Indígena de Cauca, que pautou o modelo de formação de Guardias Indígenas não apenas na Colômbia, mas também na Venezuela, que apreciaremos no caso seguinte.

2.1. Breve Histórico da Formação das Guardias Indígenas da Colômbia: a Guardia Indígena de Cauca

O contexto de surgimento da Guardia Indígena na Colômbia⁹ a um certo descontentamento em torno da falta de efetividade na prática, após as mudanças advindas da Constituição de 1991. Tal constituinte foi resultado de um processo de paz do Estado com algumas guerrilhas, como: o Movimento 19 de abril; o Ejército Popular de Liberación; o Partido Revolucionario de los Trabajadores e o Movimiento Armado Manuel Quintín Lame, este último uma guerrilha indígena (Torres Puentes, 2020: 2).

As conquistas relacionadas aos povos indígenas na Constituição foram resultados das lutas dos povos, dentre os quais se destacam os Nasa de Cauca, e pautada na Convenção 169 da OIT (OEA, 1994 Apud, Torres Puentes, 2020: 9-10).

Mesmo com a Constituição, os problemas de terra e autonomia não se resolveram e o Estado se tornou um ator a mais para compor o cenário de violência política do país e especialmente no território Cauca. Na década de 1990, iniciou-se os diálogos de paz com algumas guerrilhas, e dez anos depois se realizou o desmonte de um setor do paramilitarismo a partir do Pacto de Ralito (2002).

Na primeira administração do presidente Álvaro Uribe, porém, mesmo com alguma diminuição do narcotráfico, os problemas de latifúndio não se resolveram, ponto que se somando a outros elementos contribuíram para a conformação das Mingas e das Guardas Indígenas, que surgiram primeiro em Cauca, depois se espalharam para os povos indígenas e depois para todo o país (Torres Puentes, 2020: 11).

Se hoje o movimento indígena na Colômbia tem como organização principal a Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC), que congrega atualmente 50 organizações zonais ou regionais espalhadas em 29 dos 32 distritos da Colômbia, esta organização própria surge a partir dos movimentos encabeçados pelo Consejo

9 - Seguimos neste resumo a síntese elaborada por Torres Puente (2020) que contextualiza o surgimento das Guardias Indígenas da Colômbia na história do movimento indígena do país e no processo anterior, durante e posterior a elaboração e aprovação da Constituinte de 1991.



Regional Indígena de Cauca (CRIC), fundado em 1971, que tinha como principal bandeira exigências relacionadas à terra (Lei 135 de Reforma Agrária de 1961), de modo que somava forças às lutas da Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC).

Mas, logo, os povos indígenas começam a travar uma luta específica por reconhecimento de identidade e autonomia. Em 1984, a CRIC estabeleceu uma primeira resolução de autonomia dos povos indígenas em virtude das situações de violência direta ou estrutural contra os povos indígenas. Em 1999, produziu-se a Resolución de Jambaló, devido à questão de guerra, repressão e narcotráfico, com fundamento na Constituição de 1991 (Torres Puentes 2020: 8-9).

Durante o complicado contexto dos anos 1990 acima mencionado, a CRIC primeiramente ofereceu o Resguardo Mariá-Piendamó como Território de Convivência, Diálogo y Negociación, como espaço de escuta da sociedade civil. Com o aprofundamento do conflito e a ameaça aos líderes indígenas pela AUC no departamento de Cauca, a ONIC decretou situação de emergência social e foram realizadas mobilizações, como as Audiencias Publicas por la Vida y La Esperanza no início dos anos 2000. Não havendo efeito, finalmente em maio de 2001 se realizou uma terceira audiência chamada Gran Minga por La Vida y Contra la Violencia (Torres Puentes 2020: 13-15).

2.2. As Mingas de Resistência e a Guardia Indígena

No contexto do movimento indígena de Cauca, são estabelecidas duas novas modalidades de atuação que objetivam impulsionar as lutas dos povos indígenas: a Minga de resistência e a Guardia Indígena.

a) Mingas de Resistência

A minga em sua origem é uma modalidade de trabalho coletivo indígena comunitário, que envolve a reunião de várias famílias das comunidades na realização de tarefas para o bem comum ou para apoiar uma família em alguma atividade específica, como: a abertura e limpeza de roças e terrenos; grandes pescarias e caçarias para realização de festas ou rituais; construção de casa, entre outros. No contexto do movimento indígena de Cauca ela toma outros significados, tornando-se um modo de ação política coletiva, relacionada à recuperação e defesa do território, direitos, autonomia e cultura, perante a negligência do Estado no respeito a esses direitos (Torres Puentes 2020: 12).

As mingas, enquanto uma modalidade de ação política, reúnem, geralmente, indígenas de várias comunidades nas cidades, nas quais combinam atividades, como: a redação de cartas abertas reivindicativas às autoridades; o bloqueio de estradas; marchas; passeatas e/ou a “tomada” (ocupação) de algum prédio público (Socorro Ruano, 2016: 263).

Em 2008, as mingas deixaram de ser apenas indígenas tornando-se ação política do movimento social da Colômbia (Torres Puentes, 2020: 13-14). Neste momento,



a minga representou mais do que um manifesto indígena, mas uma reação do poder popular em oposição ao presidente Uribe (idem, 18-19). Destaca-se neste período a realização do bloqueio da Estrada Pan-americana (Popayán e Cali) por parte dos indígenas de Cauca, que teve intensa repressão policial.

Essa ação envolveu alguns embates que culminaram na presença do presidente no Resguardo La María-Piendamó, onde foi realizada uma reunião interministerial com os povos indígenas transmitida pelo canal governamental. Nesta ocasião, os povos indígenas de Cauca colocaram como pauta de reivindicações – para além de pautas indígenas relacionadas à terra e cumprimento de acordos feitos pelo governo e da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas –, uma reivindicação de interesse mais amplo, que foi a rejeição pelo Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos (Tuerres Pontes, 2020: 18-19).

Insatisfeitos com as respostas de Uribe às suas solicitações, os indígenas realizaram uma marcha de 600 km até a cidade de Bogotá, onde se instalaram na Universidade Nacional e realizaram uma passeata até a Plaza de Bolívar, epicentro da sede presidencial e do Congresso Nacional. Neste local, em que são realizadas manifestações políticas e culturais, realizaram uma grande concentração, que reuniu, para além dos indígenas, trabalhadores, estudantes, camponeses, afrocolombianos, que além de apoiar as pautas indígenas, aproveitaram-se da oportunidade para demonstrar sua contrariedade em relação às políticas econômicas e sociais de Uribe (Socorro Ruano, 2016).

b) Guardia Indígena

A Guardia também possui uma raiz nas práticas ancestrais inspirada nos guardas voluntários que desempenhavam alguns trabalhos, como: os cuidados das comunidades e propriedades; o controle em atos públicos, como na ocasião das festividades das comunidades etc. (Torres Puentes 2020: 13-15).

No contexto do movimento indígena de Cauca, **a Guardia Indígena é atualizada para desempenhar a função de proteção e controle relacionada à violência política**. Os guardas indígenas são voluntários e recebem **preparação ancestral e política**, que por meio de formações organizadas pelos membros mais antigos das Guardias, aprendem sobre os seguintes temas¹⁰:

- Conhecimentos dos territórios indígenas;
- Questões políticas e sociais;
- Princípios e plataformas de luta organizativa;
- Cosmovisão e espiritualidade.

¹⁰ - Detalhes relativos à formação da Guardia Indígena serão retomados no tópico sobre a Guardia Indígena de Mo-coa, nosso caso analítico na Colômbia.



Como um grupo que **presa pela não violência e à defesa não armada** contra as violências políticas empreendidas nos territórios, possui uma arma simbólica, o bastão de mando¹¹, feito de árvore de palmeira chonta (Torres Puentes, 2020: 16).

• **Constituição da Guardia Indígena de Cauca**

A Guardia Indígena é formada por membros que são escolhidos a partir de uma eleição democrática. Assim, as pessoas consideradas aptas se candidatam. Após a contagem dos votos, são atribuídos aos novos membros, de acordo com a quantidade de votos recebidos, uma função específica diretamente relacionada aos seguintes cargos da Directiva del Resguardo ou cabildo (conselho comunitário indígena)¹²:

- governador principal e suplente;
- capitán;
- alcalde (chefe/diretor);
- fiscal;
- comissário y alguacil (meirinho) mayor (Xiomara Camayo [guardia indígena], In: Pacifista, 2017, apud, Torres Puentes, 2020: 16).

Após serem eleitos, os membros do calbido assumem suas funções por meio do recebimento do bastão de mando, e passam então pela formação já citada.

Entre as funções desempenhadas pela Guardia Indígena de Cauca, pode-se citar algumas, como (In: Pacifista, 2017, apud, Torres Puentes, 2020: 16):

- Ajudar a manter as tradições e os costumes;
- Exigir e proteger os direitos como povos culturalmente distintos;
- Cuidar, proteger e controlar o território;
- Defender a Madre Tierra através de ações pacíficas, sem violência.

¹¹ - A passagem do bastão de mando bem como toda a simbologia que o caracteriza serão descritas detalhadamente mais adiante.

¹² - O Cabildo Indígena na Colômbia existe desde a Lei 89 de 1890 e consta na nova Constituição de 1991. Mais recentemente, foi definido como “uma entidade pública especial, cujos integrantes são membros de uma comunidade indígena, eleitos e reconhecidos por esta, com uma organização sociopolítica tradicional, cuja função é representar legalmente a comunidade, exercer a autoridade, e realizar as atividades que lhes atribuem as leis, seus usos, costumes e regulamento interno de cada comunidade. (Decreto 2164 de 1995, Capítulo 1, Artículo 2). Em alguns casos, existe em um resguardo um Cabildo Mayor, que geralmente é mais antigo e é responsável por representar legalmente a outros cabildes menores. Por vezes, na fala dos interlocutores a palavra cabildo é utilizada como sinônimo de comunidade.



• Reconhecimento Público da Guardia Indígena de Cauca

Em 2020, a **Guardia Indígena de Cauca** recebeu o **Prêmio Front Line Defenders para as Américas**, para defensores/as de direitos humanos em risco. O prêmio foi um reconhecimento da importância da ação pacífica da Guardia na **proteção coletiva do território, dos povos e de ambientes**, considerando ainda que mesmo com o Acuerdo de Paz de 2016, feito entre o Estado colombiano e grupos guerrilheiros, a Guardia, assim como outros defensores de direitos humanos, vêm sofrendo diversos tipos de violências por parte de distintos atores (Frontline Defenders, 2020).

No mesmo ano, as Guardias Indígenas de diversas regiões da Colômbia obtiveram um espaço de escuta com a Comisión de La Verdad da Colômbia, interessada em conhecer o modo como o conflito armado afetava os povos étnicos. As autoridades indígenas destacaram o caráter não violento das Guardias – o uso do bastão e da palavra – e a sua importância para o controle territorial, o enfrentamento ao paramilitarismo e o recrutamento de jovens indígenas por grupos armados (El Espectador, 2020).

Segundo dados do Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (IDEPAZ), desde a assinatura do acordo em 2016 até hoje, 1.300 líderes sociais e defensores dos direitos humanos foram assassinados na Colômbia e o Departamento de Cauca registra 309 homicídios entre indígenas, afrodescendentes e mestiços (Forero Rueda, 2022).

A Guardia Indígena surge em Cauca e se desenvolve no sudoeste da Colômbia, mas ao longo do tempo, outras Guardias emergem por vários departamentos do país, relacionadas a um ou mais povos específicos e coordenadas por suas organizações. No Sul, no Departamento de Nariño, é coordenada pela Associação Minga; no Departamento de Tolima, no centro do país, é coordenada pela Asociación de Autoridades Tradicionales del Consejo Regional Indígena de Tolima; no Departamento de Cesar y la Guajira, no norte do país, a Guardia é coordenada pela Organización Indígena de la Guajira (Yamana); em Bogotá, existem Guardias de los Pijaos (Tolima) e dos Nasa (Cauca), além de outros casos em Cali (Departamento Vale del Cauca, no centro-oeste do país). A Guardia Indígena é coordenada a nível nacional pela ONIC (Torres Puentes, 2020: 4). A seguir, apresentaremos o caso da Guardia Indígena de Putumayo, mais especificamente, da Guardia Inga de Mocoa.

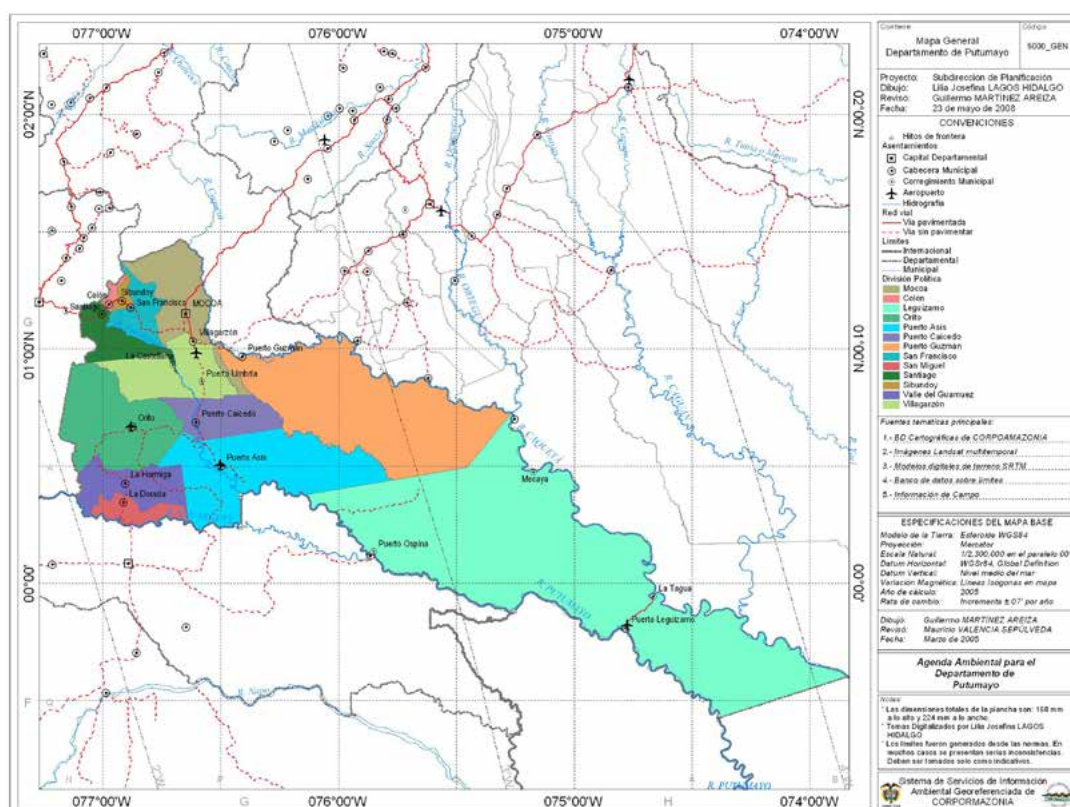


2.3. Caracterização da Região do Médio Putumayo e do Povo Inga

A população indígena de Putumayo é de aproximadamente 30.000 pessoas, distribuídas em 126 cabildos e 39 resguardos¹³, além daqueles que habitam nas cidades. Os povos indígenas que habitam o Departamento de Putumayo são os Coreguajes, Yanaconas Awas, Kamëntzá, Inga, Cofán, Siona, Murui, Muinane, Andoque, Huitoto, Nonuya, Olaina, Bora, Emerá e Paez.

Os Inga constituem um povo de origem Quechua, que habita o piemonte andino amazônico e sua população na Colômbia é de 19.561 pessoas (Fuente: DANE-DCD. CNPV 2018). Em sua maioria, habitam a zonal rural do Departamento de Putumayo¹⁴, Cauca, Caquetá e Nariño, além de grandes cidades como Bogotá, Cali e outras (Pueblo Inga, 2012: 30).

Neste caso, estaremos nos referindo aos Ingas amazônicos, moradores da parte que corresponde ao trecho médio do rio Putumayo e alto do rio Caquetá.



Mapa do Departamento de Putumayo com destaque à sua localização no território Colombiano.
Fonte: Corpo Amazônia.

13 - Os Resguardos Indígenas seriam equivalentes às Terras Indígenas no Brasil. São definidos na legislação colombiana como: “uma instituição legal e sociopolítica de caráter especial, conformada por uma ou mais comunidades indígenas, que com um título de propriedade coletiva goza das garantias de propriedade privada, possuem seu território e se regem para o manejo deste e sua vida interna por uma organização autônoma amparada pelo foro indígena e seu sistema normativo próprio” (nossa tradução) (Capítulo V, artigo 21, Decreto 2164 de 1995). Os Resguardos são compostos por várias comunidades e cabildos.

14 - De acordo com o censo de 2005 o Departamento de Putumayo reunia 62,40% da população Inga.

2.3.1. Ameaças

• Petroleiras

A atividade petroleira em Putumayo remonta a primeira metade do século XX, quando se destacou a empresa estadunidense Texas Petroleum Company, levando a um fluxo migratório e a urbanização da região. A partir de 2003, o governo levanta a indústria petroleira com novos contratos de exploração, e o Plan Colombia traz o incremento da presença militar na região. Desde 2004, novos contratos entre a Agência Nacional de Hidrocarburos (ANH) e empresas públicas e privadas são celebrados, entre as quais a canadense Gran Tierra Energy (Crudo Transparente, 2019).

Em seu plano de Salvaguarda, os Inga apontam como consequências diretas da exploração petroleira no Médio Putumayo, vários problemas que ameaçam seus modos de vida e seus territórios, como:

- A perda de territórios ocupados tradicionalmente por algumas comunidades indígenas;
- Os royalties pagos aos municípios e departamentos como medida compensatória pela exploração da petroleira não terem se convertido em projetos produtivos de infraestrutura e geração de emprego;
- Problemas de saneamento como contaminação de água e lixo;
- Desemprego, subemprego e prostituição;
- Alcoolismo e cultivos ilícitos;
- Continuidade da presença da guerrilha e de paramilitares;
- Dificuldade de outorga de títulos de resguardo a assentamentos indígenas situados em territórios que se cruzam com áreas de interesse de petroleiras;
- Aumento do custo de vida regional, que leva a inserção das comunidades nos ciclos produtivos de mercado;
- Cooptação de líderes indígenas através de benefícios em troca da permissão da exploração petroleira, levando a divisão interna das comunidades (Pueblo Inga, 2012: 72).

• Extração Mineira e Recursos Hídricos

Os Ingas apontam em seu Plano de Salvaguarda como uma grande ameaça, o fato do Departamento de Putumayo ter sido declarado distrito especial mineiro, com desenvolvimento de políticas de cessão às mineradoras sem consentimento e consulta prévia. Tal cessão de concessões mineiras em territórios ancestrais levam à contaminação ambiental, prejudicando os povos indígenas que consomem água contaminada com mercúrio e cianeto.



Estes problemas, relacionados à extração de recursos naturais dos territórios indígenas, geram conflitos de competências no que diz respeito à legislação ambiental, que se contrapõe em alguns casos às normas dos povos indígenas – ao passo que as comunidades se propõem a proteger os recursos, por outro lado, os empresários possuem licenças expedidas pela Corporação Regional.

Além das consequências advindas da mineração, os Ingas destacam a exploração de recurso ictiológico para extração de peixes ornamentais e a afetação da água por dejetos químicos da indústria de coca, água esta que é servida sem tratamento nas fontes das aldeias e dos núcleos urbanos (Pueblo Inga, 2012: 72-74).

Mais recentemente, a grande ameaça tem sido a empresa de Mineração Canadense Libero Cobre, que possui um projeto de exploração de cobre, ouro, zinco, molibdênio e platina, sendo levado a cabo na parte alta da montanha na vereda de Montcler, que abriga a principal fonte hídrica do município de Mocoa e é considerada território ancestral, biodiverso e sagrado dos povos. Tal região consiste em um corredor natural conectando as riquezas naturais das partes altas do maciço colombiano com a planície amazônica e a seção alta do rio Mocoa (Asociación Minga, 2022).

• **Cultivos de Ilícitos, Narcotráfico e Conflito Armado**

Atividades em torno do cultivo de coca, processamento e comercialização da pasta de coca, com derrubada de bosques, são consideradas ameaças e afetam as comunidades. Com o Plano Colômbia, iniciou-se a prática de aspersão aérea com destruição de cultivos e militarização de municípios. Dedetizações sem consentimento das comunidades, prejudicam a soberania alimentar e danificam o meio ambiente, causam perda de flora e fauna e contaminação da água (Pueblo Inga, 2012: 33-37).

Em um sentido mais amplo, existe uma grande ameaça de violência relacionada a confrontação armada de grupos ilegais de guerrilha, paramilitares e narcotráfico. Desde 2007, grupos delinquentes unidos ao narcotráfico, envolvidos no processamento e comercialização do cloridrato de cocaína e que tem poder armado, atuam no Baixo e Médio Putumayo, por exemplo, em Puerto Guzmán, cometendo homicídios e desaparecimentos (Pueblo Inga, 2012: 32).

Consequências diretas da relação entre narcotráfico e grupos armados são: assédio, desaparecimento e assassinato de lideranças e autoridades tradicionais, restrição de livre movimentação, bloqueios, deslocamento forçado, recrutamento de jovens indígenas para os grupos armados, combates e a desintegração de cabildo. Neste sentido, existe uma subnotificação de vítimas do povo Inga, pois instituições estatais não reconhecem o deslocamento por conflito armado, quando comunitários se localizam em outra comunidade indígena (Pueblo Inga, 2012: 33; 73).



2.3.2. Estratégias de Defesa Territorial e da Vida

Os povos Inga, assim como outros povos indígenas da Colômbia, a partir dos direitos adquiridos com a Constituição de 1991, desenvolveram, como **parte das estratégias de defesa territorial, documentos elaborados a partir de uma série de encontros** que envolvem a participação de moradores das comunidades, lideranças, anciões e conhecedores tradicionais, para **realização de discussões e acordos comunitários, que sistematizam definições sobre seus valores, modos de vida e planos para viver no território, além da jurisdição especial, apresentando-os aos representantes do governo e a outros atores da sociedade civil.**

a) Plan de Vida dos Inga de Yungillo

Plano de vida é um documento que consiste em um eixo da gestão das relações das organizações indígenas com o estado colombiano e se constitui dos seguintes pontos:

- Os fundamentos culturais e princípios de vida de um povo, com base nas suas leis de origem;
- Suas expectativas como povo, sobre como continuar sendo indígenas em seus territórios no contexto atual;
- Reflexões e decisões sobre temas de ordem cultural, social, econômica, ambiental e política;
- Suas formas de organização, funções de autoridades, mecanismos de operação e financiamento;
- Ações necessárias para atingir propósitos comuns;
- O uso da jurisdição especial considerando suas próprias normas;
- Recomendações de políticas públicas e mecanismos de estado para suprir suas demandas (Gaia Amazonas, 2020).

O Plan de vida dos Inga de Yungillo, território atravessado pelo rio Caquetá, localizado no município de Mocoa, foi escrito no ano 2000 com o título “Plan Integral de vida: Vivamos pensando unidos” e com a ampliação do resguardo foi rediscutido e reescrito em 2015, a partir de reuniões públicas realizadas em cabildos, **assembleias gerais, recorridos¹⁵, cerimônias espirituais e outras atividades, que foram acompanhadas pelos facilitadores do plano, formados pelos jovens dos cabildos que compõem o resguardo** (Resguardo Inga de Yungillo, 2016: 13).

15 - Os Recorridos são caminhadas ao longo do território, passando pelas comunidades e outros pontos considerados importantes, como: nascedouros de água, lagos de pesca, roças, locais de caça, bebedouros de anta, lugares sagrados etc.





Linha do tempo do Resguardo Yunguillo, unificada pela equipe de facilitação
 (Resguardo de Yunguillo, 2016: 17).

• Linha do Tempo do Resguardo de Yunguillo

O plano de vida dos Inga de Yunguillo apresenta uma linha do tempo da história dos territórios que compõem o resguardo, resultante de uma retomada reflexiva da história dos cabildos que compõem o território a partir do ponto de vista dos Ingas, destacando-se alguns pontos, como:

- O início e apropriação do Plan de Vida (2000-2002);
- O Programa para erradicação de cultivos ilícitos (2004) e o fim do conflito armado (2005);
- A participação dos membros do resguardo em Conselhos de Moco e Santa Rosa (Cauca) (2010);
- O início de um Projeto de café e cacau (2010);
- O início das discussões sobre o Plan de Salvaguarda Inga (2012);
- Consulta prévia para o Projeto de eletrificação da Compañía Energetica de Occidente (2014);
- O processo de atualização do Plan de Vida (2014-2015) e ampliação do resguardo (2015).

• Ameaças e Soluções

O plano de vida apresenta também um diagnóstico profundo feito pelos moradores das comunidades sobre as ameaças ao território e o resultado das discussões sobre as soluções propostas para enfrentar cada uma das ameaças (Resguardo Inga de Yunguillo, 2016: 35-37). Dentre as quais, destacam-se:

Ameaças	Soluções
<p>• Mineração Multinacionais possuem estudos sobre a existência de minerais em risco de exploração: ouro, petróleo, carvão, sal e urânio e interesse em explorá-los. Isso traz preocupação com a destruição de riquezas naturais, culturais, econômicas, temor pela entrada de grupos armados e delinquência.</p>	<p>Capacitação para formular projeto que permita processamento do sal gema e estimular regras de convivência para proteção de recursos minerais.</p>
<p>• Contaminação de rios e quebradas Contaminação do rio Caquetá e seus afluentes devido ao aumento da população, que busca terras produtivas próximas. Corte do bosque em alta escala para atividades pecuárias. Instabilidade nos terrenos nas margens e ravinas dos rios, erosão, escassez de terras cultivadas, contaminação das águas, enfermidades nos gados e cultivos, enfermidades gastrointestinais, virais e respiratórias.</p>	<p>Estipular regras de convivência para as áreas de proteção sobre as margens dos rios, para prevenir erosão e contaminação, formular projetos e reflorestação para as fontes hídricas.</p>
<p>• Sítios sagrados em perigo de destruição Identificam a existência de sítios sagrados, distribuídos em diversos pontos geográficos que se encontram em abandono. Apesar de constituírem-se como fontes hídricas para animais silvestres, para o gado e às comunidades, seus arredores estão ocupados com cultivo de milho, derrubada de bosques, criação de gado. A falta de manutenção nos lugares, relacionada à existência de um espírito maligno, ocasiona a extinção de nascedouros de água, deslizamento de terra, diminuição na quantidade de águas nos rios, perda de riqueza natural, invasão e destruição de áreas sagradas, dificultando o abastecimento de água para consumo humano e animal.</p>	<p>Realização de recorridos de manutenção constante dos sítios sagrados; estabelecimento de regras de proteção dos sítios e sanção àqueles que destroem ou não cumprem as regras. Gerir e buscar alianças de cooperação com entidades territoriais em nível municipal, departamental, nacional e internacional para proteção dos sítios sagrados.</p>
<p>• Extração madeireira Corte de árvores quaisquer para semear cultivos e pastos para criação de gado e para apropriação da terra. Corte de árvores madeireiras de alto valor (caucho, cedro, chocolate, palo negro, entre outras) para vender e para construir casas. Ameaça para comunidade a longo prazo – podem faltar árvores madeireiras e água para o consumo humano e necessidades básicas do resguardo.</p>	<p>Fazer sementeiros de tipo de árvores madeireiras; gerir as entidades e buscar alianças de cooperação e de apoio para os projetos de proteção e conservação, além de sensibilizar a comunidade sobre a importância de cuidar dessas árvores para a sobrevivência de todos.</p>



Ameaças	Soluções
<ul style="list-style-type: none"> • Migração de indígenas de outras etnias, colonos e estrangeiros no resguardo Falta de controle de entrada e saída de pessoas externas, mencionando estrangeiros que entram com intenção de conhecer e depois promovem a cultura Inga em redes sociais, recebendo recursos utilizando o nome do resguardo. Algumas famílias têm permitido a comercialização de conhecimentos tradicionais com a criação de fundações e associações para receber recursos econômicos, prejudicando a organização indígena. 	<p>Fomentar projeto de etnoturismo e intercâmbio cultural com outros povos do mundo de maneira controlada.</p>

Tabela. Ameaças e soluções no Plano de Vida dos Inga de Yunguillo.
Adaptado de Resguardo Inga de Yunguillo (2016: 35-37)

• Linhas de Ação Referentes à Organização, Governo e Justiça Própria

Este é também um documento em que são explicados os modos de organização, governo próprio e jurisdição especial. Resumidamente falando, na Colômbia, assim como na Venezuela, os povos indígenas têm direito de assumir seus modos de organização próprios, algo que também está presente na Constituição Brasileira, mas além disso, de praticarem seus modos próprios jurídicos em assuntos relacionados aos seus povos, pessoas e territórios.

Realizamos uma breve digressão para apresentar os principais pontos referentes à jurisdição especial indígena na Colômbia¹⁶. A Ley 21 de 1991, aprova a Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho e como parte do Bloque de Constitucionalidad del Estado Colombiano, define o tratamento para membros das comunidades indígenas e tribais e os procedimentos judiciais que se seguem contra eles (USAID, s/d: 13). O artigo 246 da Constituição Política da Colômbia de 1991, estabelece que:

“Las autoridades de los pueblos indígenas podrán ejercer funciones jurisdiccionales dentro de su ámbito territorial, de conformidad con sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a la Constitución y leyes de la República. La ley establecerá las formas de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional” (USAID, s/d 16).

A Ley 270 de 1996, estabeleceu a Lei Estatutária da Administração de Justiça e em seu artigo 12 contempla a jurisdição indígena como jurisdição especial, igual à penal militar e a justiça de paz. O Decreto 1088 de 1993, regula a criação das associações indígenas de cabildos e/ou Autoridades Tradicionales Indígenas (ATIs), entre outras coisas, instaurando a natureza jurídica das associações como

¹⁶ - Para esta síntese nos baseamos no documento *Bastón Jurídico – Jurisdicción Especial Indígena da USAID Colômbia que apresenta um apanhado sobre as leis e decretos que orientam o assunto neste país* (USAID, s/d).

entidades de direito público de caráter especial, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimônio próprio. (USAID, s/d: 14)

Finalmente a Sentencia T-728 de 2002 afirma que:

“El fuero indígena es el derecho del que gozan los miembros de las comunidades indígenas, por el hecho de pertenecer a ellas, para ser juzgados por las autoridades indígenas, de acuerdo con sus normas y procedimientos, es decir por un juez diferente del que ordinariamente tiene la competencia para el efecto y cuya finalidad es el juzgamiento acorde con la organización y modo de vida de la comunidad. Este reconocimiento se impone dada la imposibilidad de traducción fiel de las normas de los sistemas indígenas al sistema jurídico nacional y viceversa (...)” (USAID, s/d : 17).

No Plan de Vida do Resguardo Inga de Yunguillo, são apresentadas as definições de como o governo próprio do Resguardo está organizado (Resguardo Inga de Yunguillo, 2016: 53):

- Assembleia da comunidade – que corresponde a máxima autoridade na tomada de decisões;
- Cabildos (Conselhos comunitários indígenas), reconhecido pela Lei 89 de 1890;
- Consejo de mayores (Conselho de anciões), que permite manter a consciência e o pensamento próprio para a organização social e permanência da cultura ancestral.

O governo próprio trabalha com regras de convivência e tem apoio da assembleia geral, dos cabildos e consejo de mayores. A organização do resguardo segue a orientação dos mayores (anciões) para manter a identidade e valores culturais.

Os cabildos são compostos pelos seguintes cargos e funções:

- Um governador, um principal – é o representante legal da comunidade perante o Estado;
- Um alguacil (meirinho) maior e aguaciles (meirinhos) menores, os quais, eleitos na assembleia geral, devem aplicar usos e costumes próprios, constituição e as leis (Resguardo Inga de Yunguillo, 2016:54).

As **maiores dificuldades internas** encontradas referentes às organizações próprias se referem a falta de capacitação e desconhecimento de direitos e deveres fundamentados na Ley de Origen, bem como nas regras de convivência e nas leis e constituição da Colômbia. A falta de experiência na elaboração de projetos também aparece como um problema identificado nessas organizações.

Em relação às dificuldades externas, a politicagem, o desrespeito por parte de autoridades não indígenas em relação aos comunitários e autoridades tradicionais, assim como o desconhecimento das regras de convivência interna das organizações são percebidos como os maiores entraves. (Resguardo Inga de Yunguillo, 2016: 54)



Justiça Própria

Perante os problemas internos do resguardo, os Ingas de Yuguillo propõem soluções de acordo com as leis de origem e em conformidade com artigo 246 da Constituição, Ley 21 de 1991 e Ley 89 de 1890, e outras disposições de legislação indígena acima mencionados. **São estabelecidas regras de convivência, escritas, socializadas e aprovadas em forma oral na língua materna** – ajustadas e unificadas em assembleia – para que autoridades indígenas façam cumprir nas comunidades do resguardo. As aplicações de sanções ocorrem de acordo com regras previamente estipuladas (Resguardo Inga de Yunguillo, 2016: 55).

b) Reglamento Interno del Resguardo Inga de Alpamanga

O Reglamento Interno é um instrumento adotado pelos povos indígenas da Colômbia, que está diretamente relacionado a uma jurisdição especial própria dos povos indígenas na Colômbia. **Neste documento, cada resguardo explicita, a partir de seus princípios fundamentais, os direitos e deveres dos habitantes de um resguardo, através da definição de uma série de regras que guiam a aplicação prática das noções de governo próprio, justiça própria, cuidado e defesa do território.** Trazemos aqui alguns pontos do Reglamento Interno do Resguardo dos Inga de Alpamanga, localizado no município de Puerto Guzmán.

No capítulo sobre justiça própria os Inga de Alpamanga:

- Distinguem entre faltas leves – aquelas cujos danos são de fácil reparação – e faltas graves – que comprometem e afetam de maneira significativa o cabildo ou membro de comunidade, o meio ambiente e à saúde, podendo causar dano irreparável e questionar os princípios e valores considerados centrais para a comunidade, tais como: roubo, tentativa de homicídio, violação, dano a bens alheios, homicídio e calúnia (Resguardo Inga de Alpamanga, s/d: 30);
- Definem os esquemas, etapas e procedimentos de investigação, que envolve alguaciles (meirinhos), direção, ex-governadores, anciãos e os implicados, em diferentes etapas: demanda, notificação, interrogatórios, declarações de testemunhas, avaliação de provas e decisão sobre a sanção;
- Definem uma série de sanções para diferentes delitos que são acordados em uma Ata de Harmonização ou concerto. Às autoridades, é atribuída a obrigação de realizar o acompanhamento das vítimas e das famílias afetadas buscando atenção profissional e acompanhamento com médicos tradicionais (Resguardo Alpamanga, s/d: 27).



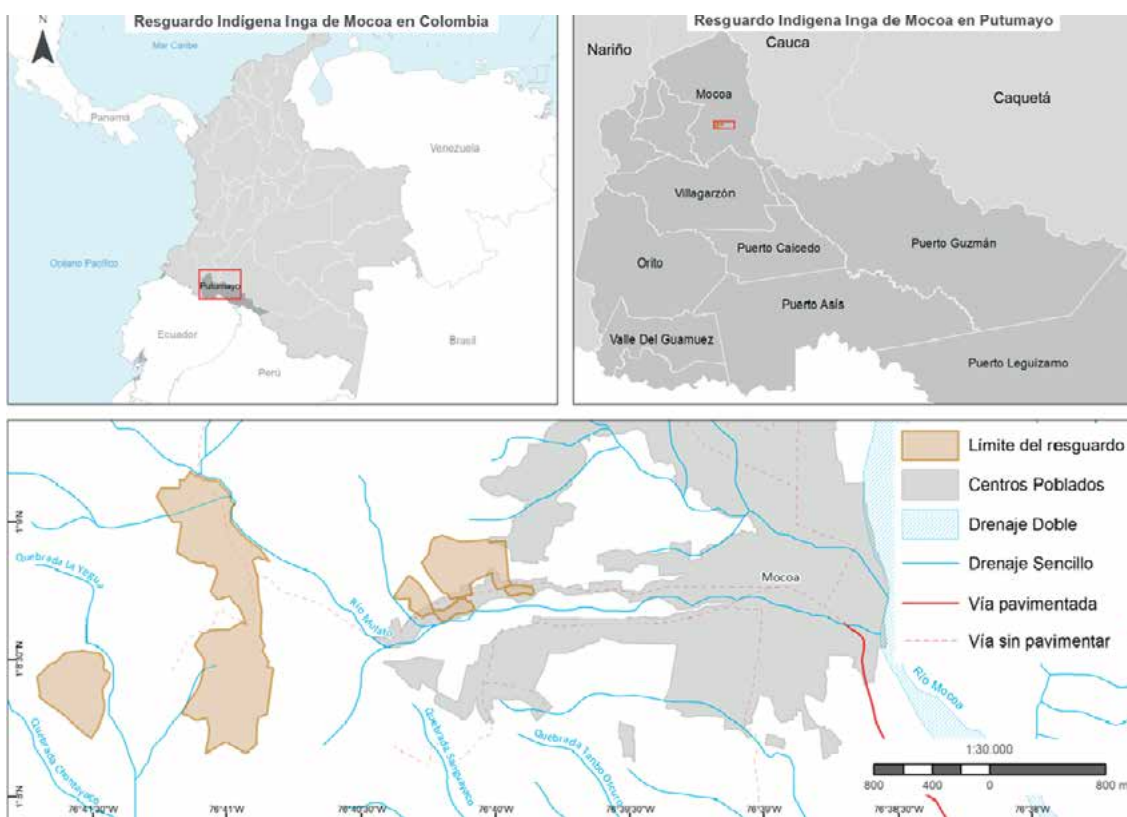
2.4. Guardia Indígena Inga de Mocoa

2.4.1. Resguardo Inga de Mocoa

O Resguardo Inga de Mocoa está localizado no município de Mocoa, Putumayo, próximo ao núcleo urbano e tem aproximadamente 115 ha.

Dentre as ameaças ao território identificadas pelos seus moradores em encontros de cartografia social, podemos destacar (Unodc, 2020: 111):

- A transformação da paisagem do território, a partir da construção de um macro aqueduto e obras que atingem os rios que atravessam o resguardo – Rios Mulato e Rumiyaco;
- A expansão e consumo de drogas, especialmente a maconha, no núcleo urbano e arredores de Mocoa;
- A descarga de águas residuais e a extração de resíduos sólidos.



Mapa de localização do Resguardo Inga de Mocoa.

Fonte: In: Unodc, 2020.

No final dos anos 1980 começou a chegada de grupos armados ilegais e problemáticas como (Unodc, 2020: 113-114):

- O consumo do basuco (pasta base de cocaína);

- O recrutamento de jovens para o ingresso nos grupos guerrilheiros, via força ou por convencimento, utilizando táticas como vídeos ou conversas interativas;
- O deslocamento de famílias para os centros urbanos, abandonando casas e roças.

Atualmente, não se registra a presença de cultivo de coca no resguardo e os casos de consumo de drogas diminuíram. A situação de segurança, segundo os moradores, parece ter melhorado, sobretudo a partir do desenvolvimento das seguintes ações:

- Tratamento dos casos de dependência química de jovens por meio da medicina tradicional;
- Processo de formação dos mais jovens para valorização dos conhecimentos indígenas;
- Fortalecimento da institucionalidade indígena através da criação do Consejo de Mayores (Conselho de anciões) e do projeto Wuasikamas (Guardiões da terra) ou seja, da criação das Guardias Indígenas de Putumayo.

2.4.2. A Guardia Indígena de Mocoa¹⁷

a) Composição da Guardia

O Resguardo Inga de Mocoa não possui uma associação local. Assim como outros resguardos, seu conselho diretivo é formado por governador ou governadora, alcaide mayor, alguacil mayor y menor, escolhidos em assembleia. As tomadas de decisão reúnem governador e Conselhos de anciões. Questões mais amplas, como discussões sobre petróleo e água, que envolvem o Departamento de Putumayo, são chamadas por organizações maiores, como é o caso da Organización Zonal Indígena de Putumayo (OZIP), ou da ONIC, da OPIAC, estas últimas localizadas em Bogotá.

Os membros da Guardia, também escolhidos em assembleia, irão atuar de acordo com o número de votos, em proximidade a cada um dos membros do conselho diretivo do resguardo. De acordo com nossa interlocutora, uma mulher que já foi coordenadora da Guardia Inga de Mocoa, para formar uma Guardia, primeiramente, **é necessário reunir a comunidade e então começar a formar os jovens, educando-os e treinando-os.**

¹⁷ - Grande parte desta apresentação sobre a Guardia Inga de Mocoa é resultado da entrevista realizada por Melissa Oliveira com uma integrante da Guardia. Outra parte resulta de entrevista concedida por Luis Inga de Wasipungo (Villa Garzón), coordenador da Guardia Indígena de Putumayo à OPIAC (OPIAC, 2021b), identificada no corpo do texto.



b) Ingresso na Guardia

Para entrar na Guardia a pessoa deve ter vontade própria e não ter antecedentes disciplinares relacionados ao regulamento interno do resguardo (Opiac 2021b).

Quando uma pessoa ingressa na Guarda é chamada pelo Consejo de los Mayores (anciões) e é aconselhada sobre se será capaz de seguir na Guardia ou não, qual será sua função e como deverá trabalhar na Guardia. Neste momento, os anciões avaliam os pontos fortes e fracos de cada novo membro, orientando sobre as atitudes que terá que tomar para que alcance a força necessária para continuar na Guardia.

É nesta ocasião também que o novo membro é convidado a participar do ritual em que receberá o bastão de mando. Da mesma forma como vimos anteriormente no caso da Guardia de Cauca, **o bastão de mando é um símbolo importante da Guardia e é atribuído a pessoa assim que ela entra no grupo**. O bastão se constitui como símbolo do valor e do respeito de cada Guardia, ou seja, de sua autoridade como membro da Guardia, e representa também a ação por meio da prática não violenta, possuindo um valor mais moral do que coercitivo.

Trata-se de um bem inalienável de cada Guardia, ao qual está atrelado sua energia como pessoa, além do **reconhecimento público de sua função social**, que não poderá ser atribuída a outra pessoa ou compartilhada. Neste sentido, o bastão confere um status de poder à pessoa que o possui e que é reconhecido pelos demais membros do grupo.

c) Formação da Guardia Indígena de Mocoa

Podemos identificar algumas modalidades de formação da Guardia Indígena de Mocoa, que ocorre através de uma minuciosa preparação, que passa por:

- Treinamento comunitário similar ao exército, com exercícios físicos e táticas de defesa, para que se tornem aptos a realizar caminhadas pelo território e para autodefesa em caso de qualquer tipo de confronto, ao qual, no entanto, não poderão revidar, sendo-lhes aconselhado que se joguem ao chão, para evitar o ataque;
- Formação promovida pela Cruz Vermelha e Defesa Civil para realizar os auxílios e primeiros socorros em contexto de emergência e crise humanitária;
- Formação promovida pela Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de La Amazonía Colombiana (OPIAC), como parte do Programa “Cuidadores Indígenas de la Amazonía Colombiana”, para mecanismos de proteção de território, para definir um plano de contingência e mecanismo de monitoramento das ações que atentam contra o território (desmatamento, mineração ilegal, incêndios, apropriação de terras, entre outros), aplicação de jurisdição e governo próprio, defesa de lideranças ameaçadas e primeiros auxílios. O Programa terá a duração de sete anos e tem como objetivo estruturar a Guardia Indígena de Putumayo através da formação de 30 jovens guardias de diferentes cabildos, que serão instrutores e multiplicadores do padrão de ação



da Guardia Indígena de Putumayo em seus respectivos territórios e, ao mesmo tempo, busca afastá-los dos grupos paramilitares (OPIAC, 2021a, 2021b).

d) Ações e Funções da Guardia

- **Serviços comunitários:** A Guardia presta serviços que são realizados com o apoio de toda a comunidade, como por exemplo, a limpeza do cabildo ou a abertura de uma chácara;
- **Encontros comunitários:** A Guardia tem como função primordial realizar a segurança e apoiar a comunidade em seus eventos. A Guardia deve participar de festas tradicionais, festas culturais feitas pelo/para o povo, como o dia de perdón (carnaval); a festa de San Miguel e reuniões gerais, em que os governadores convidam toda a assembleia da comunidade. Nessas situações, além de fazer a vigilância, os membros da Guardia prestam serviços gerais, como apoiar no preparo e oferecimento de alimento e chicha (bebida local à base de mandioca ou milho);
- **Acompanhamento/segurança das autoridades:** A Guardia presta o serviço de segurança aos governadores ou outras autoridades quando necessitam sair do cabildo;
- **Recorridos:** A Guardia realiza caminhadas de vigilância do território. Para isso, a Guardia possui um conhecimento prévio do território e do trajeto que irá realizar, identificando seus limites e demarcando o território com postes de madeira. O recorrido também pode ser feito de acordo com as ameaças ao território. No caso do Resguardo Inga de Mocoa, um dos principais problemas tem sido a questão da água;
- **Segurança nas Mingas de resistência:** Por vezes, as Guardias que fazem parte de um resguardo se reúnem para realizar a segurança nas mingas de resistência – um recorrido, uma marcha, uma tomada. Os membros das comunidades se reúnem em grande número para realizar estes movimentos e a Guardia vai apenas garantir que haja ordem, para que as pessoas realizem as ações combinadas, não se embriaguem, não violem os horários, caso contrário, poderão ser castigadas ou serem chamadas atenção;
- **Vigilância dos detidos no Centro de harmonização:** Dentro da concepção da jurisdição especial indígena, atualmente o Resguardo Inga de Mocoa possui um centro para acolher as pessoas do povo que cometeram alguma infração, de modo a evitar que a polícia comum lhes encaminhe ao cárcere. Este espaço foi conseguido através da luta política e da realização de mingas de resistência. No Centro de harmonização as pessoas são aconselhadas pelos “mayores sabedores”, que fazem uso da medicina tradicional e aconselham para que entendam que não devem voltar a cometer os mesmos erros, de maneira que tenham novos pensamentos e sigam por um bom caminho. A pessoa detida deve conduzir o tratamento com seriedade, permanecer no resguardo e tem direito a sair para trabalhar e voltar ao centro de harmonização, sob vigilância de um guarda;



- **Apoio Humanitário – O caso da Avalanche em Putumayo e outros auxílios:**
Em março de 2017, três rios – Mocoa, Mulato e Sangoyaco – transbordaram perto de Mocoa, ocasionando uma avalanche que deixou mais de 320 mortos e 400 feridos, entre os quais membros de comunidades indígenas que perderam seus familiares, suas casas e bens materiais. Nossa interlocutora ressalta que a ajuda humanitária prestada pelas Guardias Indígenas neste momento foi fundamental, que essa foi uma das ações mais importantes realizadas pela Guardia Inga de Mocoa e que o desastre lhes preparou para realizar outros auxílios em situações de emergência. Com base nessa experiência, as Guardias dos povos indígenas de Mocoa, assim como outros povos do Departamento, foram chamadas pelo Departamento e Município para apoiarem na criação de uma barreira sanitária por ocasião da Pandemia de Covid-19 (RTVC, 2020).

e) Organização e Autonomia

A Guardia indígena de Mocoa atua de forma predominantemente independente e autônoma. Até o momento, recebeu pouco apoio de organizações não indígenas. Um exemplo, é o caso da defesa civil e da Cruz Vermelha, que, apesar de oferecerem formação, não contribuíram com insumos materiais, como botas ou jalecos.

O desenvolvimento de pequenos projetos locais com apoio de organizações não indígenas depende da agilidade do coordenador ou coordenadora da Guardia, que atua junto ao governador, pois o projeto só pode ser realizado se este autorizar.

A OPIAC, por sua vez, tem historicamente lhes prestado apoio, como é o caso do curso de formação oferecido para 30 líderes da Guardia Indígena de Putumayo no ano de 2020, em Puerto Limón, Mocoa, no contexto de um projeto intitulado Cuidadores Indígenas de La Amazonía Colombiana, que tem como área de atuação os Departamentos de Putumayo e Guainía e tem como objetivo **fortalecer ações relacionadas ao cuidado e proteção dos territórios indígenas perante ameaças** como desmatamento, mineração ilegal, incêndios, apropriação de terras, riscos referentes às mudanças climáticas, fortalecimento da jurisdição e governo próprio, defesa de lideranças ameaçadas e primeiros auxílios.

Além de **promover o compartilhamento de experiências de mecanismos de proteção e promover a discussão sobre a definição de um plano de contingência e mecanismo de monitoramento**, durante o curso inaugurou-se na cidade de Puerto Limón, Mocoa, um posto de coordenação das Guardias Indígenas do Putumayo, que contava com os seguintes equipamentos: **computador portátil, impressora, data show, drone e motocicleta**.

No entanto, a Guardia Indígena de Mocoa tem seus meios próprios de angariar recursos quando precisam de algo, como por exemplo, quando preparam comidas tradicionais à base de peixe e saem para vender na cidade.



f) Ser Mulher na Guardia Inga de Mocoa

E. H. G. participa da Guardia Inga de Mocoa desde 2012. Sua entrada na Guardia ocorreu em 2012 como coordenadora, após ter trabalhado três anos como alguacil (meirinho) junto aos governadores.

Como coordenadora de Guardia, realizou sua primeira viagem a Bogotá, na qual participou de uma minga de resistência com mais de mil pessoas. Na ocasião, enfrentou o General Naranjo, fazendo-o entender que aquilo que costumavam dizer de Putumayo – de que eram todos guerrilheiros – não era verdade. Tiveram um debate de meia hora no qual E. se dispôs a amanhecer ali se necessário fosse, para mostrar a eles que as coisas não eram como pensavam. E. afirma que para ser coordenador se requer que uma pessoa seja responsável, séria, respeitosa e tenha palavra.

Dentre os pontos importantes da participação feminina na Guardia Indígena de Mocoa, ressalta as especificidades da atuação das mulheres na Guardia. A seguir, destacamos algumas delas:

- **O papel de cuidadoras não apenas do território, mas do povo:** As mulheres participam de Mingas de Resistência e recorridos, não apenas como parte da segurança, mas como cuidadoras da saúde dos companheiros a partir de conhecimentos e técnicas de cura e relaxamento da medicina tradicional aplicadas no caso de dores de corpo, cansaço, dores de cabeça, febres e outros males ou acidentes;
- Fortalecimento dos conhecimentos dos anciões e anciãs sobre cura e medicina tradicional: ao trabalhar e apoiar a comunidade a partir deste espaço, as mulheres têm aprendido com abuelos, mayores sabedores, a manipular ervas e plantas, no preparo de remédios, realização de banhos e massagens;
- Há uma equivalência no acesso de homens e mulheres a cargos de chefia na Guardia. Assim, várias mulheres que coordenam as Guardias Indígenas em Mocoa, desempenham a função de chamar, reunir, indicar quantos e quem irá fazer cada uma das atividades, como, por exemplo, as ações de recorridos, sendo, dessa forma, escutadas e respeitadas.

g) Desafios

As principais dificuldades levantadas em relação ao trabalho das Guardias são:

- A vulnerabilidade dos membros de comunidades e Guardia a ataques violentos de cidadãos comuns e da força militar durante os atos públicos das Mingas de Resistência;
- A fragilidade da sustentabilidade econômica da Guardia: falta de recursos para compra de equipamentos para efetuar recorridos, para realizar a segurança de moradores das comunidades e autoridades nas Mingas de Resistência;



- A falta de habilidade por parte das lideranças na elaboração de projetos de manejo territorial e geração de renda e dependência de decisões do governador do cabildo para implementação;
- A falta de compreensão por parte das lideranças sobre as leis próprias indígenas e os direitos indígenas na legislação nacional;
- A falta de entendimento e respeito da população do entorno e das autoridades públicas locais em relação às leis próprias dos cabildos, às ações comunitárias, como as Mingas de Resistência e à atuação da Guardia Indígena;
- A falta de intercâmbios de experiências sobre proteção e monitoramento territorial com outras associações e guardias indígenas.

h) Avanços

Já em relação aos avanços no trabalho realizado pelas Guardias, pudemos destacar:

- O incentivo à permanência dos jovens no território indígena e combate ao êxodo para as cidades, através da formação como guardias indígenas para atuação em prol da defesa do território, com base em leis ancestrais e conhecimentos de direitos indígenas e nos planos de vida dos resguardos;
- O ingresso na Guardia Indígena como alternativa ao envolvimento de jovens em atividades ilícitas, como o consumo e tráfico de drogas, e a cooptação para atuação em grupos armados;
- A maior consciência dos moradores dos Resguardos e cabildos sobre as ameaças em relação ao território;
- O estabelecimento de acordos comunitários voltados para o monitoramento e proteção do território;
- O abandono de práticas extrativistas nocivas e a adoção de práticas de manejo e cuidado sustentáveis;
- A melhoria da situação da segurança do território e dos seus moradores através das ações realizadas pela Guardia indígena, por meio dos recorridos e segurança de autoridades e manifestantes;
- A manifestação pública e conscientização da população do entorno sobre as demandas sociais e políticas dos povos indígenas de resguardos e cabildos, através das Mingas de Resistência – marchas e ocupações de prédios públicos;
- A implementação factual da Jurisdição Especial Indígena através do estabelecimento de acordos descritos nos Reglamentos Internos e da implantação dos Centros de Harmonização;
- O fortalecimento da autoridade tradicional dos resguardos através da criação dos Consejos de Mayores (anciões) e da consideração dos seus aconselhamentos e do uso da medicina tradicional nas ocasiões de decisões políticas e jurídicas dos cabildos; no ingresso de novos membros da Guardia; durante as ações



realizadas pela Guardia; durante o tratamento de infratores no Centro de Harmonização e no tratamento de jovens dependentes químicos;

- A diminuição dos cultivos ilícitos no território e da ação dos grupos armados;
- A diminuição da incidência de dependência química de jovens através do tratamento com aconselhamento dos maiores e uso de medicina tradicional;
- A equidade de gênero quanto a ocupação de cargos de coordenação da Guardia Indígena;
- A valorização da atuação das mulheres na estrutura da Guardia, a partir de sua atuação única, pautada nas ações de cuidado do território e de seus moradores, através do uso da medicina e da culinária tradicional, manipulação de plantas, ervas, aplicação de massagens e banhos.

2.5. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência das Guardias Indígenas da Colômbia

- A articulação entre os acordos comunitários estabelecidos nos planos de vida, os direitos e deveres descritos nos regulamentos internos e a formação de guardias indígenas como mecanismo de defesa territorial e dos povos, conforma um modo muito peculiar – por parte de moradores de resguardos e cabildos e suas lideranças – por um modo de vida voltado para o cuidado e a defesa pacífica do território e das vidas de seus moradores;
- As Mingas de Resistência – realização de marchas e ocupações de prédios públicos escoltadas pelas Guardias Indígenas – que reúne moradores de vários cabildos ou resguardos para manifestarem-se e formarem a opinião pública sobre os problemas enfrentados pelos territórios e a importância do respeito aos direitos territoriais e culturais indígenas, é um modelo de ação política eficaz que já foi adotado como *modus operandi* pelos movimentos sociais não indígenas na Colômbia;
- A formação de homens e mulheres e, sobretudo, jovens como Guardias Indígenas, consiste num modelo exemplar de formação de novas gerações para a ação política não violenta, pautada em valores culturais e direcionada para a valorização e permanência no território; como alternativa ao seu engajamento em atividades ilícitas, em contextos marcados por vulnerabilidades diversas, como ameaças de envolvimento em atividades extrativas ilegais, furtos, narcotráfico e grupos paramilitares;
- A criação de um Consejo de Mayores e a consideração dos conselhos – orientações e conhecimentos dos anciões em esferas decisórias e executivas – é fundamental para o desenvolvimento de mecanismos de proteção e defesa territorial que estejam alinhadas com as concepções e modo de vida dos povos indígenas, para o fortalecimento dos laços intergeracionais e para a formação de novas gerações sabedoras dos conhecimentos tradicionais de suas culturas;



- A implementação de Centros de Harmonização para tratar – a partir do aconselhamento dos anciões e do uso de medicina tradicional – os moradores de resguardos e cabildos, que cometeram atos considerados ilícitos de acordo com o ponto de vista dos povos indígenas, pode ser uma alternativa em locais em que a justiça julga pessoas indígenas de modo inadequado (sem considerar línguas e culturas);
- A realização, por parte da Guardia Indígena, de recorridos pelo território dos cabildos, a partir de uma formação para monitoramento e defesa territorial, consiste em um modelo eficaz de vigilância territorial, e cabe ressaltar que neste contexto, os grupos estão respaldados pela jurisdição especial indígena;
- A combinação entre a equidade de gênero – com a participação de mulheres em cargo de coordenação, com o espaço de valor atribuído aos cuidados femininos relativos à saúde na estrutura da Guardia – são exemplares para outras experiências de conformação de grupo de monitoramento e vigilância territorial.

2.6. Análise

No caso analisado na Colômbia podemos notar que a Guardia Indígena é apenas uma das modalidades de atuação na defesa dos direitos e do território indígena. Neste sentido, as Mingas de Resistência possuem um papel de destaque fundamental, pois representam uma modalidade de trabalho coletivo comunitário que deixa de ter uma atuação apenas na esfera da comunidade para se constituir como parte fundamental da ação política coletiva dentro do movimento indígena de Cauca. Como vimos, essa necessidade surge diante da constatação da negligência do Estado Colombiano em relação aos direitos indígenas. Para além do movimento indígena, a Minga de Resistência passa a ser parte do movimento social não indígena da Colômbia. A Guardia é por vezes convocada pelo município e Departamento para realizar ações de auxílio, defesa e proteção para população em geral, como foi o caso da Avalanche e da Pandemia de Covid-19.

Com o **Decreto 2164 de 1995, reafirmado e atualizado através do Decreto 1071 de 2015, os resguardos indígenas são definidos como** instituição legal e sociopolítica de carácter especial – que com título de propriedade coletiva goza de garantias de propriedade privada –, sendo regidos para o manejo de seu território e de sua vida interna por uma organização autônoma amparada pelo foro indígena e seu sistema normativo próprio (Capítulo V, Artigo 21). As áreas que se constituem como resguardos serão manejadas e administradas pelos respectivos cabildos ou autoridades tradicionais das comunidades regulamentadas em sua função representativa e administrativa pelo **Decreto 1088 de 1993**, de acordo com seus usos e costumes e legislação especial (Capítulo V, Artigo 21).

É importante ressaltar, no entanto, que somente com o Decreto 1953 de 2014, que é criado de fato, um regime especial com o objetivo de colocar em funcionamento os Territórios Indígenas no que diz respeito a administração dos sistemas próprios dos povos indígenas, até que o Congresso expeça a lei referida no Artigo 329 da



Constituição, cumprindo a regulamentação que não foi alcançada, pelo Decreto 1088 de 1993 (Título 1, Artigo 1º).

Neste decreto, os territórios indígenas são reconhecidos como organização político-administrativa de caráter especial, que permite o exercício de competências e funções públicas, estabelecidas no decreto, através de suas autoridades próprias (Título 1, Artigo 2º) e garante que os territórios indígenas sejam colocados em funcionamento – no que se refere à atribuição de funções e competências político-administrativas – de maneira transitória, de acordo com as disposições do decreto, enquanto o Congresso não expede a Lei Orgânica de Ordenamento Territorial que cria as entidades territoriais indígenas (Título 1, Artigo 3º).

O Brasil, embora tenha assinado a Convenção 169 e outras Declarações sobre o direito dos povos indígenas, que mencionam em diversos artigos o direito à jurisdição indígena, não pareceu na prática validar esse direito. Por parte dos povos indígenas, seria importante saber se o tema da jurisdição indígena não é utilizado por falta de conhecimento ou pela dificuldade que o Estado teria em reconhecer tais direitos.

Por último, o Plano de Vida aparece, no caso da Colômbia, como um documento norteador não apenas de como o Estado Colombiano deve compreender os modos de vida e de organização dos povos indígenas, a fim de respeitar seus direitos, mas, também, como uma forma de organização interna que busca a autonomia e autogestão das comunidades e povos indígenas. Neste sentido, o Plano de Vida também se apresenta como uma base que orienta as ações de vigilância e proteção das vidas e territórios indígenas e deve ser fomentado como uma boa prática entre os povos que ainda não o possuem.

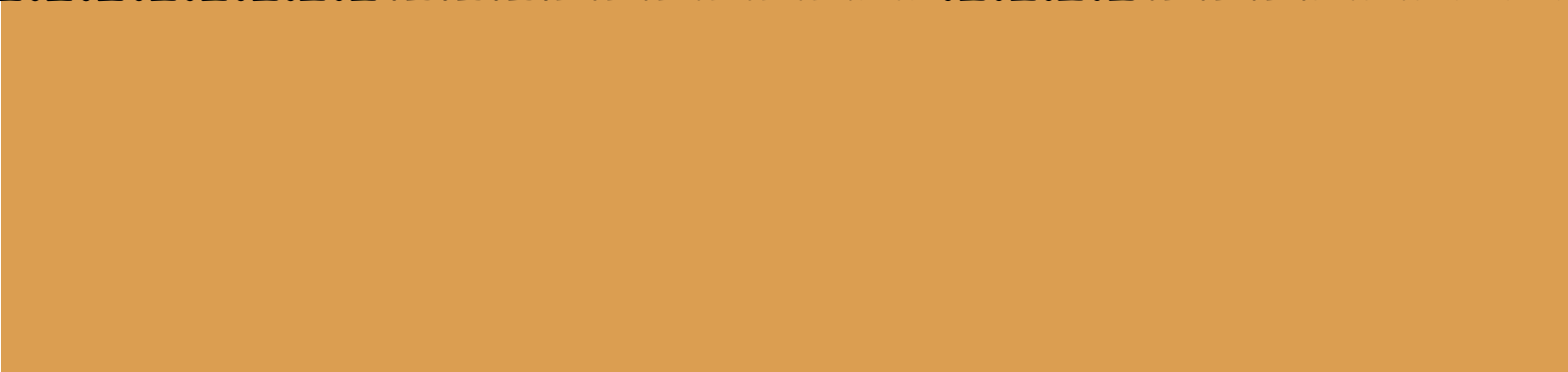




Gran Sabana. Fonte: Minerva Vitti

III. CASO GUARDIA E JURISDIÇÃO ESPECIAL INDÍGENA VENEZUELA

**Guardia Indígena Territorial Pemón e
Jurisdição Especial Indígena na Gran Sabana**



3. Guardia Indígena Territorial Pemón e Jurisdicción Especial Indígena na Gran Sabana, Venezuela

3.1. Caracterização do Povo e Região

Os Pemón são uma população indígena de língua Karib, habitantes das regiões do centro e sudeste do estado venezuelano de Bolívar e áreas vizinhas na República da Guyana e Brasil, possuem um território menor que 85.000 km².

Na Venezuela, os Pemón somam uma população de 30.148 indígenas (Censo, 2011), que se subdivide em 3 subgrupos: Arekuna, Kamarakoto e Taurepang, distribuídos em 38.000 km² e 183 comunidades organizadas em 8 setores, localizados nos municípios de Angostura, Piar, Sifontes e Gran Sabana.

No Brasil, onde são mais comumente chamados Taurepang, habitam nas TI São Marcos e Raposa Serra do Sol (Vitti, 2021; ISA, 2004). Neste tópico, trataremos diretamente dos Pemón moradores dos 6 setores localizados no município da Gran Sabana, especialmente do setor 6 e da comunidade de Maurak, localizada a 12 km de Santa Helena de Uairén, cidade fronteiriça com o Brasil.



Mapa. Setorização Indígena do Estado de Bolívar.

Fonte: Federación Indígena del Estado de Bolívar (2003)/ David Thomas/Runrunes.

3.2. Ameaças

O povo Pemón tem sido ameaçado em sua história recente por uma série de megaprojetos promovidos e/ou apoiados pelo Governo Nacional, aos quais, ao menos uma parte de seu povo tem apresentado oposição, como por exemplo, o Complejo Hotelero Nacional de Turismo del Sur (Turisur), projeto privado que contou com o aval do Instituto Nacional de Parques (1995); o Tendido Eléctrico (1997-2001); o Decreto 1.850, que autoriza a mineração na Sierra de Imataca (1998); o Gasoduto Transcontinental (2006); a Sub-estación Satelital de comunicaciones em Luepa (2007-2008), Decreto 2.248, que autoriza a Zona de Desarrollo Estratégico Nacional Arco Minero del Orinoco (2016) (Vitti, 2021). Aqui, destacaremos as ameaças recentes relacionadas à mineração.

• Militarização e Mineração

De acordo com Vitti (2021), a atividade extrativista aumentou de maneira desordenada na região Sul do Rio Orinoco (estados de Amazonas e Bolívar), a partir do momento em que o presidente Nicolás Maduro aprovou, através do Decreto 2.248 de 24 de fevereiro de 2016, a Zona de Desarrollo Estratégico Nacional Arco Minero del Orinoco, autorizando a exploração de uma variedade de minérios entre os quais, ouro, cobre e diamantes, em 12% do território nacional, que se sobrepõe aos territórios ancestrais de povos indígenas, sendo que sua área de influência inclui as terras ancestrais dos povos Pemón.

Além de alguns Caciques Gerais do povo Pemón terem sido **cooptados pelo governo, muitos dos setores em que se dividem, se engajaram nas atividades mineiras como uma maneira de proteger seus territórios, modos de vida e gerar autossustento**. Neste sentido, há uma diferença entre comunidades indígenas mineiras e comunidades indígenas em zonas mineiras, sendo que as últimas são aquelas em que as minas, hoje controladas pelos indígenas, estiveram anteriormente controladas por máfias e por militares, afetando as vidas dos povos em seus territórios.

Mas há, ainda, parte da população Pemón que faz forte oposição à realização de qualquer tipo de atividade mineira em seus territórios. É o caso do setor 6, que tem como uma de suas lideranças a reconhecida ativista Lisa Henrito, capitã da comunidade de Maurak, guarda indígena Pemón e defensora dos direitos indígenas, reconhecida internacionalmente¹⁸.

18 - Uma grande parte deste tópico foi feito com base nos materiais escritos pela jornalista Minerva Vitti a partir de anos de interlocução com a defensora Lisa Henrito, sobre quem trataremos nas duas últimas partes deste tópico. Outra parte foi feita com base em entrevista realizada diretamente por Hanna Limulja com Lisa Henrito.



• Presença Militar e Violência

Ainda segundo Vitti (2021), **as tensões entre militares e povos Pemón em torno da questão da mineração começam em 2011**, quando o presidente Chávez criou o Decreto 8.683 que nacionaliza as atividades mineiras e outorga ao Estado os direitos exclusivos de exploração de minério de ouro, de maneira que teria que renegociar os royalties com empresas transnacionais e combater a mineração ilegal.

Antes deste decreto, o Plan de Caura de 2010, tinha como objetivo controlar a devastação causada pela mineração ilegal em zonas protegidas de segurança e defesa no sul de Bolívar, através do uso da força da Guarda Nacional. Juntos, o Plano de 2010 e o Decreto de 2011, fortaleciam o Estado no deslocamento de povos indígenas de seus territórios para acessar as reservas minerais de subsolo.

A partir desta investida negativa dos governos, diversos grupos Pemón começaram a reagir contra os abusos da Guarda Nacional. Foi o caso da ação onde 12 comunidades indígenas de Urimán (setor 3), reconhecidas como comunidades mineiras desde a década de 1990, detiveram e desarmaram 43 guardas nacionais por estarem interferindo em suas atividades mineiras, e em pronunciamento público exigiram a suspensão do Decreto 8.683. Ou, em 2015, quando indígenas da comunidade Canaima (setor 2, que tem insistido em reativar o turismo) sentaram-se na pista do aeroporto para chamar atenção do avanço da mineração ilegal do rio Carrao, dentro do Parque Nacional.

Em outro momento, 300 membros da Guarda Territorial Pemón (sobre a qual falaremos no próximo tópico) tiraram 600 pessoas das minas em Ikabatrú, uma comunidade historicamente mineira.

Mastodas essas reações não impediram a escalada da violência em terras indígenas. Podemos mencionar o acontecimento de massacres, como o de Canaima, que foi seguido pelo massacre de Kumarakapay, sempre relacionados à militarização dos territórios indígenas para controle das reservas de ouro.

O Massacre de Canaima, ocorrido em dezembro de 2018, foi realizado pela Dirección de Contrainteligencia Militar (DGCIM) no setor 2 do povo Pemón, dentro do Parque Nacional de Canaima. Na ocasião Charly Peñaloza foi assassinado e outros indígenas Pemón ficaram feridos, com a justificativa governamental de missão para inutilizar equipamentos mineiros na mina Campo Carrao.

O Massacre de Kumarakapay, ocorrido em fevereiro de 2019, foi realizado por militares no contexto da entrada de Ajuda Humanitária liderada pela oposição no Setor 5 em Santa Elena de Uairén, setor 6. Teve como resultado 8 mortos, 57 feridos, 65 presos e 960 migrantes forçados, pemón refugiados para território brasileiro, entre os quais o então alcaide Pemón da Gran Sabana, Ricardo Delgado, morto em exílio por Covid-19.

Em 2020, o presidente Maduro criou a Companhia e Zona Militar de Desenvolvimento Florestal entre os estados Bolívar e Delta Amacuro. No mesmo ano, promulgou a Resolução nº 0010, que permite a execução de mineração



fluvial na Zona de Desarrollo Estratégico Nacional Arco Minero del Orinoco, em áreas de rios da Guyana Venezuelana-Cuchivero, Caura, Aro, Caroní, Yuruari, Cuyuní e afluentes do Rio Orinoco, ignorando demarcações e autodemarcações dos territórios indígenas.

A liderança indígena Lisa Henrito é contundente ao explicar que o modelo extrativista adotado pelo governo representa uma grande ameaça aos povos Pemón, pois incentiva a extração e exploração mineira em territórios indígenas, por parte de empresários que aliciam lideranças e comunitários em troca de benefícios. Entre as principais consequências, destacam-se: **a invasão de territórios; a ação de grupos armados; o tráfico de drogas; a contaminação da água; a violência, os assassinatos e a transculturação.**

3.3. Estratégias de Defesa Territorial

3.3.1 Guardia Territorial Indígena Pemón

a) Surgimento da Guardia Pemón

A razão do surgimento da Guardia Territorial – como uma forma pemón para controlar territórios e impedir o assédio de grupos armados e irregulares e militares – é semelhante a experiência dos grupos indígenas colombianos de Cauca, e está relacionada, nas palavras de Lisa Henrito, à impunidade.

Na Gran Sabana, a Guardia Territorial Pemón é a forma para a comunidade se defender de pessoas de fora que exercem mineração e/ou atos criminosos. Está ligada ao Conselho de Caciques Generales e atua na mediação de conflitos de territórios e no combate à delinquência, delegando justiça para indígenas e “criollos”¹⁹ em Santa Elena (Vitti, 2021).

Lisa Henrito relaciona a formação da Guardia Territorial Indígena Pemón com a preocupação pela defesa do território, que, invadido por estranhos – especialmente mineiros e grupos armados, se viu abandonado pelo governo que deveria protegê-los.

A formação da Guardia foi uma estratégia complementar ao desenvolvimento de projetos de educação integral para as crianças e jovens, que estavam sendo cooptados para atuar nas minas e nestes grupos.

Lisa Henrito nos explica que, primeiramente, a Guardia Pemón surgiu como um corpo de segurança interna da comunidade de Maurak – setor 6, no ano de 2001,

19 - Criollos é como são chamados os não-indígenas na Venezuela.



que atendia casos de violências “menos graves”, como: violência de gênero, roubos, desordem pública relacionada ao consumo de bebidas etc.

No início eram 53 integrantes, homens e mulheres que **foram formados por funcionários da polícia do estado** em assuntos como, por exemplo, o modo de processar uma denúncia e atuar em faltas básicas.

Quando Lisa entrou como capitã no ano de 2002, seu projeto foi fortalecer o grupo com **equipamentos como rádios, além de fortalecer a autoridade que vieram a ter na comunidade**. Essa experiência começou a se estender para outras comunidades. Apesar de já existir como um mecanismo de segurança de cada um dos setores, a oficialização da Guardia Indígena ocorre na esteira de uma política específica do governo da Venezuela, que desde 2012 passou a considerar como pré-requisito para o reconhecimento do título de propriedade coletiva da terra indígena, a existência de um **Plano de Segurança** por setor, como garantia de que possuíam condições de modo a resguardar o espaço que estava sendo outorgado.

O setor 7 era o mais organizado e apresentou um plano ao governo ao qual deu o nome de Guarda Territorial Pemón. A partir desse momento, a Guarda foi oficializada e o setor 7 se tornou o único a possuir o título de propriedade coletiva da terra indígena.

Em 2012, iniciaram-se os conflitos envolvendo grupos paramilitares, os grupos militares e o enfrentamento com a Guarda Territorial Pemón. Em 2013, foi criado o **Consejo General de Caciques del Pueblo Pemón**, que é uma instância que representa legitimamente o povo Pemón perante o governo.

Em 2016, criam-se mais corpos de segurança por comunidade, ou seja, são criadas mais Guardias Indígenas em cada um dos setores. Com a ampliação das Guardias, estas expandem sua atuação para além das fronteiras da comunidade e começam a atuar na própria capital do município. Diante de uma total ausência dos órgãos de segurança pública e da incapacidade e falta de estrutura da polícia para lidar com a criminalidade no entorno de terras indígenas localizadas em áreas urbanas, **a própria polícia solicitou apoio à Guardia Indígena**.

Nessa época, Lisa Henrito teve a oportunidade de coordenar como mulher a Guarda Territorial Pemón e conseguiu unificar 18 comunidades em diferentes setores. A líder compara a organização da guarda na época às forças armadas, pois assim como estas, tinham forças especiais fluviais, selváticas e de savana. Além disso, instaurou o Ponto de Controle, para controlar a entrada e a saída do território e os limites da comunidade. Na sua opinião, a Guardia Pemón conseguiu dominar o povo fazendo procedimentos iguais e melhores que aqueles da Polícia e da Guarda Nacional.

É, a partir daí, que a Guarda Nacional Pemón ganha conhecimento nacional e internacional. Tornaram-se referência, pois, em sua gestão limpavam 16 minas, em um processo longo que durou todo o seu mandato (3 anos e dois meses), em que a Guarda **teve que ingressar nas zonas mineiras, conversar com os não**



indígenas, os mineiros, e até mesmo tomar algumas atitudes mais drásticas, como queimar os acampamentos dos mineiros.

No entanto, a defensora atribuí a este processo os ataques que sofreram por parte do governo, mais precisamente o ataque feito entre 22 e 23 de fevereiro de 2019, que foi contra a Guarda Territorial. Este caso foi coberto pela mídia nacional e internacional e teve grande repercussão. A ativista afirma que se inspirou muito na Guardia Indígena de Colômbia, que conheceu a alguns deles e se recorda do fato de que na Colômbia a Guardia não se utiliza de armas, mas do bastão de comando, e que isso lhe inspirou profundamente.

b) Formação da Guardia

A formação dos membros da Guardia Pemón tem como princípio a interculturalidade em relação ao entendimento dos direitos e dos modos de segurança. A partir dessa perspectiva são trabalhados:

- **Direitos Indígenas** – formação dos membros da Guardia – assim como de crianças, mulheres e homens das comunidades sobre direitos indígenas originários, nacionais e internacionais (autonomia, território, cultura, saúde, educação) – promovida por lideranças, como Lisa Henrito e por convidados chamados para tratar de tópicos específicos;
- Direitos não indígenas – estudos de pontos importantes de direitos, em especial a legislação referente aos militares;
- Formação para sobrevivência na floresta, a partir dos próprios conhecimentos indígenas;
- Formação de acordo com esquema de segurança da nação.

A Guardia Pemón sofreu várias acusações de ilegalidade devido às ações relacionadas à vigilância com porte de arma, construção de ponto de controle, controle do trânsito, detenções e punições.

Recentemente, o governo nacional exigiu que a Guardia Indígena seja formada oficialmente pela Guarda Nacional para que obtenha reconhecimento e possa exercer de modo regular as funções de vigilância, algo que lhes conferirá mais autoridade, especialmente quando lidam com delitos cometidos por pessoas não indígenas.

Uma das estratégias que vem sendo adotada é o envio de jovens para formação na Universidad Experimental de la Seguridad, sede Bolívar, que oferece os seguintes cursos e especialidades:

- Curso Básico: serviço de polícia, ingresso à polícia, treinamento para serviço penitenciário;
- Técnico superior universitário: investigação penal; ciências do fogo; serviço de polícia, serviço penitenciário;



- Licenciatura: serviço de polícia, ciências do fogo, investigação penal, proteção civil e penitenciária.

c) Modos de Ação

A Guardia Indígena Territorial Pemón atua através de diversas frentes como:

- **Por camião** – Com a realização de caminhadas pelo território com o objetivo de verificar possíveis invasões, como: ações infratoras com ênfase na extração ilegal de recursos minerais e o uso de corredores para tráfico de mercadorias Brasil-Venezuela, que se torna ainda mais grave no contexto do fechamento da fronteira;
- **Diálogo com infratores** – Com a explicação sobre a ação ilícita que está sendo realizada e prazo estipulado para regularização da infração;
- Destruição de acampamentos e minas;
- Retenção e aplicação de castigos a infratores (julgados pela jurisdição especial indígena), como por exemplo: cárcere de 72 horas; raspar o cabelo; trabalho comunitário, etc.

d) Recursos Econômicos e Infraestrutura: Organização e Autonomia

De modo semelhante ao caso da Guardia Indígena da Colômbia, Lisa Henrito afirma que a Guardia Pemón **não tem apoio externo com recursos econômicos e técnicos**.

Apesar de **trabalharem junto com a polícia e o exército**, isto é, desempenhando as atividades de vigilância que deveriam ser realizadas pelo Estado, e recebam o aval do mesmo para desempenhar este trabalho, não recebem nenhum apoio.

Conforme vimos no tópico sobre formação, uma das estratégias de fortalecimento da Guardia tem sido a aposta na **formação dos jovens** guardas em áreas relativas a leis e segurança pública para que possam dar um “toque indígena” a estes espaços, e para que perante um governo que por vezes não os enxerga, possam ter mais autoridade na defesa de seus território.

3.3.2. Jurisdição Especial Indígena

O município da Gran Sabana foi declarado pelos Pemón como Jurisdição Especial Indígena em 2016, em meio ao acirramento da crise política, social e econômica da Venezuela.

A existência de uma Jurisdição Especial Indígena é pautada primordialmente na noção de que aos povos indígenas é garantido fazer valer seus direitos próprios, respeitando suas tradições e costumes; direito coletivo reconhecido pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas; no Convênio 169 da



Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Constituição da República Bolivariana da Venezuela no seu artigo 260 (Vitti, 2018).

Mais especificamente, tal artigo, presente no Capítulo III Del Poder Judicial y del Sistema de Justicia Sección primera, das disposiciones generales, afirma:

"Artículo 260. Las autoridades legítimas de los pueblos indígenas podrán aplicar en su hábitat instancias de justicia con base en sus tradiciones ancestrales y que sólo afecten a sus integrantes, según sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a esta Constitución, a la ley y al orden público. La ley determinará la forma de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional."

A jurisdição especial indígena foi regulamentada através da Ley Orgánica de Pueblos y Comunidades Indígenas, em seu Título VII – De La Administración de Justicia, no Capítulo I – De La Jurisdicción Indígena, destacando-se seu artigo 126, que define a Jurisdicción Especial Indígena:

“Artículo 126. La jurisdicción especial indígena consiste en la potestad que tienen los pueblos y comunidades indígenas, a través de sus autoridades legítimas, de tomar decisiones de acuerdo a su propio derecho para solucionar de forma autónoma y definitiva las controversias que se susciten entre sus integrantes, dentro de sus tierras. La jurisdicción especial indígena comprende la facultad de conocer, investigar, decidir y ejecutar las decisiones, en los asuntos sometidos a su competencia y, la potestad de avalar acuerdos reparatorios como medida de terminación de conflictos. Dichas decisiones constituyen cosa juzgada en el ámbito nacional, en consecuencia, las partes, el Estado y los terceros están obligados a respetar y acatar las mismas, siempre que no sean incompatibles con los derechos fundamentales establecidos en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela y los tratados, pactos y convenciones internacionales suscritos y ratificados por la República. [...]”

A respeito do artigo 127, há dois tópicos que **estabelecem os critérios acerca da competência da jurisdição indígena**, entres os quais, a competência territorial e a pessoal, que diz respeito a conflitos e delitos que envolvam indígenas e não indígenas em territórios indígenas ou que envolvam indígenas fora dos territórios indígenas. Reproduziremos parcialmente ambos critérios de competência, a seguir:

“Artículo 127. La competencia de la jurisdicción especial indígena, estará determinada por los siguientes criterios:

1. Competencia Territorial: las autoridades legítimas tienen competencia para conocer de cualquier incidencia o conflicto surgido dentro de las

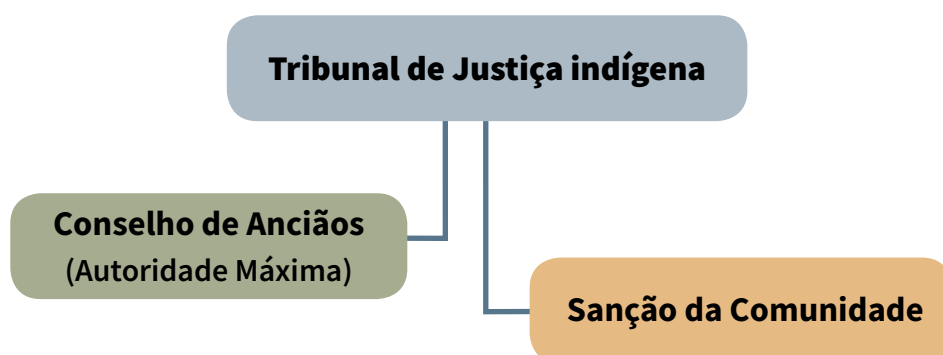


tierras de los pueblos y comunidades indígenas respectivos. De igual manera, estas autoridades tendrán competencia extra-territorial respecto de controversias surgidas fuera de las tierras indígenas, cuando las mismas sean entre integrantes de pueblos y comunidades indígenas, no revistan carácter penal y no afecten derechos de terceros no-indígenas. En estos casos, la autoridad legítima decidirá según los usos y costumbres del pueblo o comunidad indígena y en lo dispuesto en el presente Artículo, si conoce o no de la controversia, y en caso negativo, informará a los solicitantes o remitirá el caso a la jurisdicción ordinaria según sea el caso.[...]

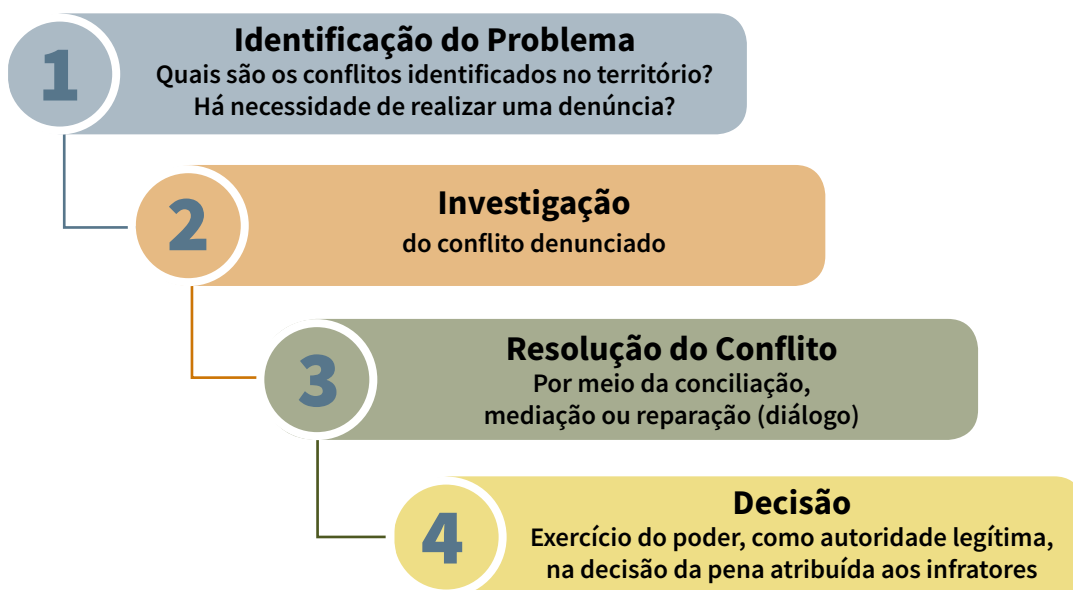
3. Competencia Personal: La jurisdicción indígena tiene competencia sobre para conocer de solicitudes o conflictos que involucren a cualquier integrante del pueblo o comunidad indígena o no integrantes que residan dentro de las tierras indígenas. Las personas que no siendo integrantes de la comunidad pero que encontrándose dentro de las tierras indígenas cometan algún delito previsto en la legislación ordinaria, y hayan sido capturados in fraganti, podrán ser detenidos preventivamente por las autoridades legítimas, las cuales deberán poner al detenido a la orden de la jurisdicción ordinaria conforme a lo dispuesto en el Código Orgánico Procesal Penal.”

Lisa Henrito explica a **importância da declaração da Jurisdição Especial Indígena** e a necessidade dos povos indígenas exercerem este direito, ao ressaltar comparativamente a superioridade do alto grau de autonomia indígena alcançada no município de Gran Sabana, que faz parte do estado de Bolívar, e não é considerado oficialmente indígena, mas que foi declarado Jurisdição Especial Indígena, em relação aquele alcançado no estado do Amazonas, que é reconhecido como indígena, porém não há declaração de Jurisdição Especial Indígena.

A defensora oferece pistas sobre o modo como esta jurisdição é exercida na prática, destacando seu caráter investigativo e punitivo, mas também preventivo. Abaixo, apresentamos a estrutura da administração própria da maneira como é organizada e as etapas percorridas no processo de investigação:



Etapas dos processos de investigação



Vitti (2018) explica como no caso do Massacre de Canaima, que culminou no assassinato do pemón Charly Peñaloza, a jurisdição indígena foi ativada através do Consejo de Caciques Generales del Pueblo Pemón, o Cacique Comunitario de Canaima e o Consejo de Ancianos de Canamima, para realizar uma investigação dos fatos, conforme podemos ver em um informe em que os Pemón (10/12/2018) relatam os procedimentos adotados, os quais transcrevemos aqui, a título de exemplo:

- Abertura de procedimento judicial indígena com narração dos fatos pelas testemunhas: indicação de operação que envolveu um Ministro de Energia Elétrica, Mota Domínguez, através de facilitação de logística com aeronaves e disponibilização da sede de Corpoelec para alojamento;
- Criação da Comisión de Peinado e verificação do caso onde o crime ocorreu, encabeçada por Caciques Generales;
- Emissão de Ordem de busca à pousada mencionada, detectando que houve por parte daquele que financiou a operação, a realização de hospedagem e serviços nesta pousada, assim como em um grupo de excursões que pertence a mesma empresa;
- Detenção preventiva dos funcionários como responsáveis diretos com presunção de inocência como medida de pressão ao Ministro;
- Retirada da custódia dos detidos que estavam sob a Guarda Nacional Bolivariana e passagem da custódia para Guardia Territorial Pemón;
- Interrogatório dos detidos para apresentação de expediente da Comisión de Investigación da jurisdição especial indígena à Comisión de Judicialización para ditar sentença com a participação dos Caciques Generales;
- Notificação a Defensoria del Pueblo de que o caso está sendo tratado pela jurisdição indígena.

Um outro exemplo de aplicação das leis da Jurisdição Especial Indígena, é o caso ocorrido em Maurak, envolvendo divergências entre indígenas e não indígenas sobre o aluguel de um galpão. Os Pemón alugavam um galpão há dezoito anos para uma empresa, porém, percebendo que o espaço estava sendo malcuidado, decidiram em assembleia desalojar o inquilino e reaver o galpão, com o objetivo de reformá-lo e alugá-lo para outra pessoa.

Após comunicar a decisão ao inquilino, este ameaçou os Pemón, dizendo que a decisão deles incomodaria o governo, pois o galpão estava sendo utilizado para armazenar mercadorias que passavam pela aduana. Como os Pemón insistiram no desalojamento, o inquilino enviou um advogado, que informou aos Pemón que de acordo com a lei nacional de inquilinato, os indígenas teriam que conceder um tempo de dezoito meses – um mês para cada ano de aluguel – para que o galpão fosse desalojado.

No entanto, os Pemón contra-argumentaram, explicando que por estarem em jurisdição indígena, a decisão da assembleia deve se sobrepor ao interesse individual de uma empresa. Além disso, Lisa Henrito teve o cuidado em enviar uma carta à aduana, pedindo que retirassem as mercadorias do galpão prontamente, como modo de evitar comentários sobre um possível interesse dos indígenas na apropriação das mercadorias.

Lisa Henrito explica que a Jurisdição Especial Indígena da Gran Sabana é reconhecida por aplicar a lei com justiça, independente do fato do infrator ser indígena ou não indígena, se for declarado culpado, terá que cumprir a sentença. Por tal reconhecimento, muitas vezes o próprio Ministério Público encaminhou casos para serem solucionados pela jurisdição especial indígena.

Em sua gestão, por exemplo, foram computadas a resolução de 36 casos. Lisa avalia que, por outro lado, o direcionamento de casos para a Jurisdição Especial Indígena ocorre pelo fato do marco legal convencional ser muito fechado e, desta maneira, ser incapaz de resolver certas situações.

Não obstante, explica, que não é sempre que necessitam recorrer às leis de jurisdição indígena para realizar certos procedimentos. É o caso de quando realizam a expulsão de militares de seu território, e o fazem com base no artigo 204 da Lei Orgânica Nacional, que diz que toda autoridade civil ou militar que está cometendo um delito em alguma parte do território nacional, pode ser detida pela autoridade civil, no caso, as lideranças indígenas, e, posteriormente, entregue à jurisdição militar.

Uma situação exemplar ocorreu em agosto de 2021, quando a Guardia Pemón tomou um ponto de controle do exército, devido a situações de extorsão e massacre contra povos indígenas e não indígenas da região, inclusive moradores brasileiros. O Governo Nacional enviou uma Comissão de Comando de Operações Estratégicas para interrogar Lisa Henrito, acusada de afrontamento à soberania nacional.

Lisa realizou a sua própria defesa e da Guardia Pemón, com base em artigos da legislação nacional referente aos militares, deixando os membros da comissão impressionados e obrigados a reconhecer a legitimidade do ato. Deste caso, decorreu



que um comandante da Guarda Nacional, recém-chegado à região, interessou-se em ter o conhecimento sobre os direitos indígenas, e a partir do estudo realizado com material fornecido por Lisa Henrito, tornou-se um apoiador dos direitos territoriais e de autonomia Pemón, frente às ameaças do próprio governo e de invasores.

Lisa Henrito avalia que a jurisdição especial indígena está em processo de criação e crescimento e que o que falta é registrar estes processos. Por outro lado, afirma que não tem sido fácil realizar a coordenação entre as jurisdições especiais indígenas e a jurisdição comum, que muitas vezes entram em choque.

Nesse sentido, ressalta que tem promovido a formação de toda comunidade sobre os direitos indígenas e a Jurisdição Especial Indígena para que possam exercê-la com sabedoria e convicção.

3.4. Vidas dos Defensores Indígenas Ameaçadas

Mesmo com a ação da Guardia e a Jurisdição Especial Indígena, os Pemón não têm conseguido evitar a violência e mortes provocadas em seu território. Um exemplo foi o assassinato da José Vásquez, comandante da Guardia Territorial Pemón na comunidade de Tusaren, que, segundo investigações policiais, teria sido executado por um ex-funcionário da Fuerza Armada Nacional (Vitti, 2021).

Lisa Henrito vive desde 2018 em situação de ameaça e sob proteção da Anistia Internacional. Ela é uma grande liderança indígena Pemón, nascida em 1973, na comunidade indígena Paruima, Guyana Inglesa, filha de pais indígenas venezuelanos.

Formada em administração, titulou-se em Direitos Humanos dos Povos Indígenas, no Instituto de Direitos Humanos da Universidad de Deusto, Bilbao, e realizou passagens em formações do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Indígenas (OACDH) em Genebra. Em 2010, realizou um diplomado de Fortalecimento da Liderança da Mulher Indígena, impulsionado pelo Fondo para el Desarrollo de Los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (FILAC) e a Universidad Indígena Intercultural (UII). Em 2002, foi capitã de Maurak pela primeira vez. Em 2005, passou pela Federación Indígena del Estado de Bolívar (FIB) denunciando sua corrupção. Liderou a Jurisdição Especial Indígena Pemón e a criação/oficialização da Guardia Territorial Pemón. Desde 2021, possui pela segunda vez o cargo de capitã de sua comunidade (Runrunes, s/d).

Em 2018, Lisa Henrito foi criminalizada por um membro do alto comando militar, General de Brigada Roberto González Cárdenas, que em um programa de televisão nacional transmitido pela Telesur, acusou-a de promover a segregação no sul do país, de liderar a constituição de uma nação indígena e de ser estrangeira, por ter nascido na Guyana. No mesmo ano, a Anistia Internacional emitiu uma Ação Urgente para proteger a liderança, afirmando que “a defensora está sendo estigmatizada por seu trabalho como ativista de organizações de mulheres indígenas Pemón que exigem o fim da militarização e a exploração mineira de seus territórios ancestrais, sem consulta informada, nem estudos de impactos sociais prévios” e ainda que



“O Estado deve garantir a proteção da integridade física de Lisa Henrito e pôr fim à sua difamação e à estigmatização de suas ações para defender os direitos de suas comunidades.” (Aministía Internacional, 2018).

3.5. Ser Liderança Mulher

Na trajetória de vida da defensora Lisa Henrito encontramos, no que diz respeito a sua condição de liderança feminina, diversos tipos de dificuldades relacionadas ao machismo estrutural e institucional das sociedades indígenas e não indígenas, entre elas, destacamos:

- “Violência emocional pública” – julgamentos negativos de seus comportamentos e desconsideração de suas falas e proposições dentro da própria organização indígena;
- Ataques por parte do governo e militares, que vão desde bullying nas redes sociais e na mídia, até acusações infundadas e discriminatórias, quando,, por exemplo, estranham sua condição de mulher indígena com formação acadêmica e fluente em várias línguas, e a acusam de ter ligações com o governo dos Estados Unidos.

3.6. Avanços

A seguir apontamos alguns avanços em relação a atuação da Guardia Indígena Pemón:

1. Criação de uma estrutura de vigilância territorial nos setores indígenas Pemón do estado de Bolívar, com pontos de controle, radiofonia e forças especiais;
2. Formação de jovens indígenas como guardas Pemón, evitando com isso o êxodo juvenil do território, fornecendo uma alternativa à cooptação dos jovens para atividades ilícitas, como mineração e a entrada em grupos paramilitares;
3. Formação da Guardia e das crianças, homens e mulheres dos diferentes setores em direitos indígenas originários, nacionais e internacionais;
4. Desativação de diversos acampamentos mineiros em terra indígena;
5. Declaração da Gran Sabana como Jurisdição Especial Indígena, com criação de tribunal indígena responsável pela resolução de diversos casos de conflitos e ações ilícitas realizadas por indígenas e não indígenas em território indígena, ou que envolvam indígenas fora do território indígena;
6. Criação e fortalecimento do Consejo de Mayores (Conselho de anciões), como autoridade principal nos diversos setores e em diálogo com o Estado;
7. Aumento da autonomia indígena por meio do fortalecimento das leis próprias e maior autoridade e controle sobre as invasões e conflitos que ocorrem no território;
8. Reconhecimento dos direitos e autonomia indígena por parte de representantes locais da Guardia Nacional.



3.7. Desafios

Entre as dificuldades encontradas na Guardia Indígena Pemón destacamos:

- As ações realizadas pela Guardia Indígena Pemón são por vezes consideradas ilícitas pelo Governo Nacional;
- Continuidade das violências relacionadas a exploração de recursos em terras indígenas e militarização, como por exemplo, os casos de extorsão e massacres por parte das forças militares nacionais;
- Perseguição a membros da Guardia indígena, a exemplo da defensora Lisa Henrito, por parte das forças militares nacionais;
- Lideranças mulheres são vítimas de machismo estrutural nas organizações indígenas e não indígenas;
- A Jurisdição Especial Indígena encontra grandes impasses quando confrontada com a justiça ordinária.

Devido à ausência dos órgãos públicos de segurança e à competência reconhecida dos órgãos de defesa indígena, muitas vezes a Guardia Indígena é convocada a ir além de sua área de atuação – o território indígena – para atuar no apoio à vigilância e segurança do município e o tribunal de justiça indígena é chamado para contribuir na investigação de casos de ilícitos e conflitos entre não indígenas fora do território indígena.

3.8. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência das Guardias Indígenas Pemón e Jurisdição Especial Indígena da Gran Sabana

- No caso da Venezuela, o mecanismo de proteção e vigilância territorial desenvolvido pelos setores indígenas combinou a formação da Guardia Indígena Pemón, que está inserida em um Plano de Segurança dos Setores Indígenas reconhecido pelo Estado e à implementação de uma Jurisdição Especial Indígena, que está respaldada pela Constituição e diversos decretos;
- O envolvimento de jovens na composição de um grupo para a vigilância e segurança territorial, a partir de uma formação intercultural, que combina o estudo das leis originárias e dos direitos indígenas nacionais e internacionais, bem como dos modos de sobrevivência indígena na floresta e de formas de segurança nacionais de estado, constitui-se como um modo de fixar estes jovens ao território indígena e envolvê-los em projetos de fortalecimento dos seus povos e territórios, constituindo-se como uma alternativa ao êxodo destes jovens para as cidades e sua cooptação por grupos e atividades ilícitas;
- O caso apresentado demonstra na prática as possibilidades que advém com o conhecimento e o aprofundamento constitucional dos direitos indígenas à autonomia e aos modos de organização próprias, através da possibilidade de se instituir Jurisdições



Especiais Indígenas e do reconhecimento de uma instância indígena – o Consejo de Mayores – como interlocutora direta do Estado e seus órgãos de segurança;

- A implementação de uma instância – o Tribunal de Justiça Indígena – que visa a resolução de conflitos internos, sem intervenção de agentes externos, é exemplar para casos de ausência ou inabilidade por parte dos órgãos de segurança do Estado em relação às realidades indígenas;
- A formação da Guardia Indígena e a implementação prática da Jurisdição Especial Indígena envolveu a formação não somente dos membros da Guardia, mas dos moradores da comunidade sobre direitos e jurisdição indígena, ressaltando o aspecto coletivo e comunitário dessas atividades.

3.9. Análise

O caso da Guardia Territorial Pemón apresentado mostra de maneira contundente uma relação com o Estado Venezuelano extremamente complexa e difícil, que reflete, por sua vez, a maneira como as comunidades e povos indígenas são vistos neste país e de que maneira seus direitos são levados em consideração.

Neste sentido, vale ressaltar que o reconhecimento da Guardia Indígena faz parte de uma política específica da Venezuela, que passa, a partir de 2012, a ser considerada como um pré-requisito para o reconhecimento do título de propriedade coletiva da terra indígena, ou seja, a Guardia Indígena não é apenas prevista por lei, como é um fator exigido para se obter o reconhecimento de propriedade coletiva da terra.

Também vemos no caso da Guardia Pemón, o papel importante da jurisdição especial indígena, que é reconhecida pela justiça ordinária tanto para julgar os casos que envolvem indígenas como no caso de não indígenas que atuam de maneira ilícita dentro do território indígena.

Mais do que um reconhecimento dos direitos indígenas presentes na Constituição da Venezuela e também nos tratados e acordos assinados por esse país, nota-se a efetivação desses direitos na prática e no cotidiano dos povos indígenas. E este fator parece estar relacionado a dois elementos. Por um lado, temos o reconhecimento do próprio Estado da sua incapacidade em lidar com os casos de violências e abusos que atingem os territórios indígenas e como consequência, reconhece a necessidade do trabalho da Guardia Indígena.

Por outro lado, existe um protagonismo indígena fundamental na relação com o Estado. Neste sentido, o Conselho Geral de Caciques do povo Pemón é uma instância que tem legitimidade reconhecida para dialogar com o Estado. Este ponto é muito importante, porque quando olhamos para o contexto brasileiro, embora os povos indígenas tenham o direito de ingressar em defesa de seus direitos e interesses por meio de suas comunidades e organizações (conforme artigo 232 da Constituição), sua relação só ocorre por meio de órgãos que fazem parte do aparato do Estado, como é o caso da FUNAI e do Ministério Público Federal.



Ainda que o Estado Venezuelano reconheça as instâncias de ação e decisão dos modos de organização dos povos indígenas, como foi possível perceber na exposição do caso da Guardia Territorial Pemón, nota-se, também, que essa relação não ocorre sempre de maneira consensual e pacífica, vide os casos de assassinatos de indígenas cometidos nos últimos anos e a dificuldade, por vezes, de fazer coincidir a Jurisdição Especial Indígena com a justiça ordinária.

Entretanto, é nítido que as Guardias Indígenas na Venezuela possuem uma certa atuação e legitimidade que dificilmente seria possível pensar no contexto do Brasil atual, mas que se torna um caso interessante para pensar como a atuação e maior ou menor êxito das Guardias Indígenas estão diretamente vinculados a sua relação com o Estado Nação no qual essas práticas estão inseridas.

Outro ponto que vale destacar é que nossa interlocutora e uma das lideranças centrais da Guardia Indígena Pemón, Lisa Henrito, coloca que foi fortemente influenciada pela Guardia Indígena da Colômbia, que tem um posicionamento político de não-violência, com o uso do bastão de comando, por exemplo. No entanto, pelo que foi possível constatar, a Guardia Pemón ainda que tenha seu aspecto de formação e não-violência, tem uma atuação de enfrentamento direto perante mineiros e mesmo aos militares venezuelanos.

Este aspecto é notável, pois ainda que a Guardia Indígena da Colômbia sirva de modelo, a realidade na Gran Sabana e a relação com o entorno faz com que a Guardia Pemón responda de acordo com a realidade que encontra e, dessa forma, possa atender as demandas de segurança e proteção que o contexto exige.

Por fim, vale lembrar também que um dos pontos destacados por Lisa é a formação de toda a comunidade sobre os temas relacionados aos direitos indígenas e a Jurisdição Especial Indígena, como aspecto fundante no processo de autonomia e autogestão da comunidade indígena. Mais uma vez, é importante salientar que por mais que os cursos e capacitações voltados para as comunidades e povos indígenas sejam de extrema relevância, é fundamental também que haja uma capacitação voltada para os agentes do Estado, para que este seja capaz de colocar os direitos e interesses indígenas em prática e respeitá-los conforme estabelece a Constituição e todos os tratados e convenções pactuados pelo Estado.





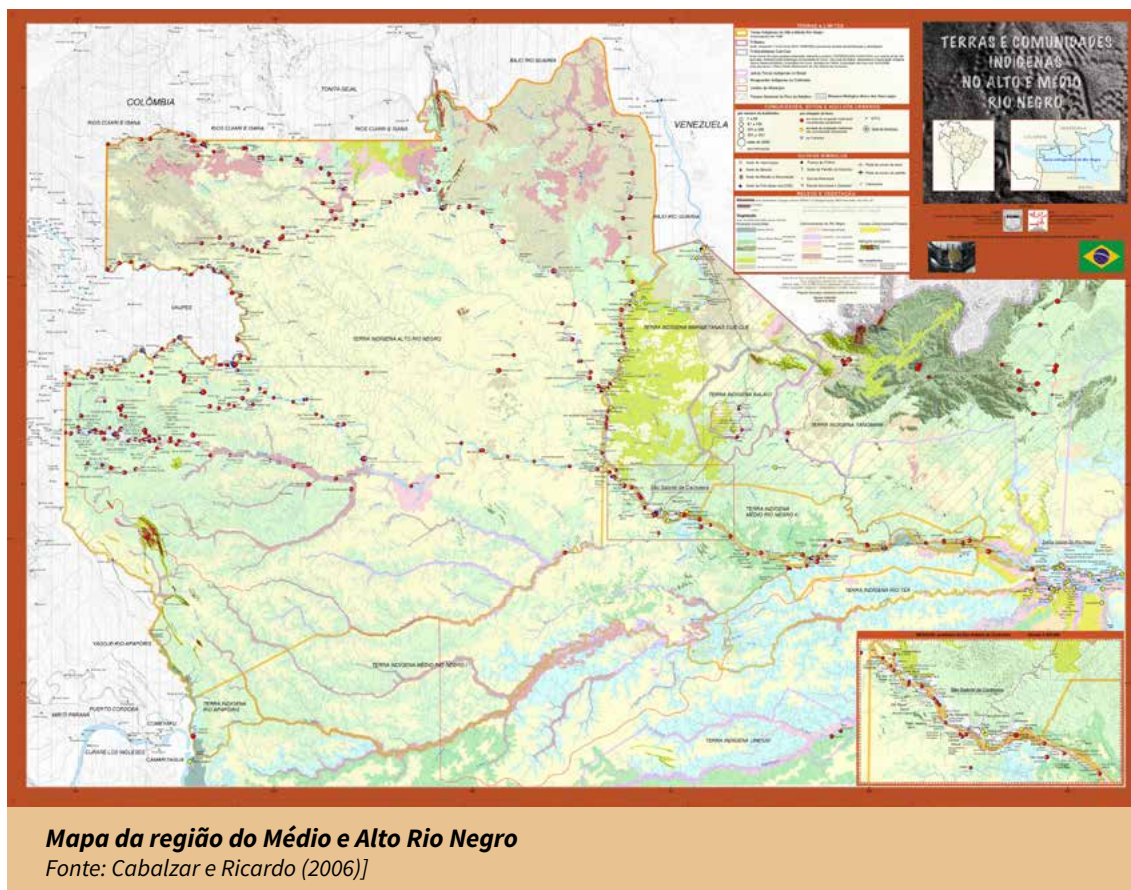
Calendário astronômico, ecológico e ritual produzido pelos Aïmas do rio Tiquié, TI Alto Rio Negro. Acervo: ISA

IV. CASO RIO NEGRO – AMAZONAS

Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Rio Negro



4.1. Caracterização dos povos e da Região do Alto e Médio Rio Negro



A região do Médio e Alto Rio Negro está localizada na fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, Noroeste Amazônico, e abrange, no lado brasileiro, os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel. É área de convivência de 22 povos, falantes de 18 línguas pertencentes às famílias linguísticas Tukano Orientais, Arawak, Nadahup e Yanomami, sendo o Tukano, o Baniwa e o Nheengatu consideradas co-oficiais no município de São Gabriel da Cachoeira.

No início da década de 1970²⁰, populações do Alto Rio Negro, incentivadas por missionários católicos, iniciam a luta pela demarcação de terras no Alto Rio Negro (CABALZAR, A. & RICARDO, 2009: 98). Ao longo de mais de vinte anos, esse processo enfrentou muitos

²⁰ - O resumo da história recente aqui apresentado pode ser apreciado em mais detalhes em Oliveira (2016).

percalços: um ciclo de invasão de garimpeiros e de empresas mineradoras; a lentidão da FUNAI; a oposição dos militares à demarcação de terras contínuas extensas em faixa de fronteira; as alianças dos militares com as grandes mineradoras; a implantação do projeto Calha Norte, do qual Pari-Cachoeira, localizado no Rio Tiquié, afluente do Uaupés, foi o “laboratório” (CABALZAR, A. & RICARDO, 2009: 98-101).

Em 2002, lideranças da comunidade Vila São José Mormes, situada no garimpo Tukano, próximo à Serra do Traíra, encaminharam carta à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) solicitando apoio para solucionar conflitos com garimpeiros e comerciantes brasileiros e colombianos que estariam atuando na área (RICARDO, 2002). Um episódio que marcou essa época foi o assassinato de três garimpeiros por parte dos índios, após uma série de tentativas fracassadas dos índios do Rio Tiquié em convidar os garimpeiros a se retirarem de suas terras. Esse acontecimento obteve repercussão nacional através da mídia (CEDI, 1986).

4.2. A FOIRN e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro hoje é composta por quase cem associações de base. Se a organização iniciou sua atuação com foco na demarcação, a partir dessa conquista a federação e organizações filiadas passaram a **“se dedicar à construção de um projeto de etnodesenvolvimento de longo prazo para a região do Alto e Médio Rio Negro, com atividades de proteção, fiscalização, capacitação técnica, expressão cultural e sustentabilidade das comunidades indígenas”** (CABALZAR & RICARDO, 2006: 114).

Conforme podemos verificar em partes no diagnóstico efetuado por Verdum e Vieira (2021), os povos indígenas do Alto Rio Negro **desenvolveram seus próprios mecanismos de governança e de segurança territorial**, pautados, principalmente, na formação de um movimento social forte, que desenvolveu a habilidade de dialogar e somar esforços através do desenvolvimento de parcerias longas e densas com organizações da sociedade civil, destacando-se historicamente o Instituto Socioambiental, Saúde sem Limites, Instituto de Políticas Linguísticas, entre outros.

Estabeleceu um diálogo com órgãos de Segurança Pública – entre os quais a Defensoria Pública de São Gabriel da Cachoeira, o Ministério Público do Amazonas e o Ministério Público Federal, e o estabelecimento de negociações, nem sempre fáceis, com membros do corpo militar.

Desde a demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro no ano de 1996, tais povos vêm desenvolvendo um conjunto arrojado de múltiplas **estratégias que primam muito mais pela proteção via fortalecimento do território do que pela sua defesa**. Essa noção pode ser contemplada desde a elaboração através de grande debate público envolvendo diversos atores da sociedade civil e do governo em



nível municipal, estadual e federal²¹, do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (FOIRN, 2003). Tal documento apresenta a base do que viria a ser desenvolvido por esses povos ao longo dos anos 2000:

- **O fortalecimento da FOIRN**, com ampliação de seus departamentos, incluindo a criação de um departamento de educação, departamento de mulheres e de juventude; Criação de um Fundo gerido pela FOIRN – FIRN;
- O desenvolvimento de um convênio com a FUNASA que deu origem ao **DSEI/Alto Rio Negro**, que resultou na implantação de polos-base de saúde em diversos pontos nas diferentes calhas de rio, equipados com remédios e outros itens de saúde, que contam com a presença de equipe técnica de enfermeiros, odontólogos e médicos, que circulam por uma ou mais calhas de rio, além de agentes indígenas de saúde locais formados para atuar em cada um dos polos e nas comunidades nos arredores;
- **Ações de vigilância do território** – o mapeamento e georreferenciamento das comunidades que compõem o território; a instalação de uma rede de radiofonias que integrou a comunicação entre os moradores das diferentes comunidades da região; a FOIRN e órgãos de segurança pública, como a FUNAI e o exército, e a realização constante de viagens de monitoramento do território por parte dos coordenadores da FOIRN – representantes de cada calha de rio – para as regiões de sua responsabilidade, desde os trechos baixos até as fronteiras;
- **O investimento em ações de fortalecimento cultural**, através da ênfase no diálogo entre jovens e velhas gerações via o estabelecimento de um programa de educação escolar indígena, e construção de projetos políticos pedagógicos próprios baseados na valorização oral e escrita da diversidade das línguas e culturas indígenas, no ensino que articula os conhecimentos tradicionais e ocidentais (Cabalar, F. 2010);
- **O investimento no desenvolvimento de atividades econômicas locais**, como modo de engajar as comunidades em atividades econômicas sustentáveis, com ênfase na valorização da própria cultura e dos conhecimentos tradicionais, sendo uma alternativa, sobretudo para os jovens, à aliciação por grupos de garimpeiros e madeireiros. Nesse sentido, destacam-se, a inauguração da Loja Wariro e o apoio a projetos de confecção e comercialização de produtos locais que atingem

²¹ - Da sociedade civil: FOIRN (a partir de seus conselhos diretores), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Instituto Socioambiental (ISA), Saúde Sem Limites (SSL), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS) de São Gabriel da Cachoeira, Diocese de São Gabriel da Cachoeira; do governo municipal: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira; do governo estadual: Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (AM), Assembleia Legislativa (AM), do governo federal: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educação (MEC), Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), Procuradoria da República no Amazonas, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – Administração Executiva Regional de São Gabriel da Cachoeira e PPTAL, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre outros.



o mercado nacional, como é o caso da Pimenta Baniwa e da cerâmica Baniwa no caso dos grupos Arawak do Içana, e do banco Tukano e da cerâmica Tukano no caso dos grupos Tukano do Uaupés e Tiquié;

- A **valorização das narrativas, conhecimentos e técnicas dos povos indígenas** da região com a publicação da Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro e os **processos de patrimonialização** da Cachoeira de Iauaretê e do Sistema Agrícola do Rio Negro junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- A criação da Wayuri, **Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro**, que produz o boletim de áudio Wayuri, informativo que visa levar informações, sobre os territórios indígenas do Rio Negro para suas 750 comunidades, sobre os projetos e atividades que vem sendo realizados pelas diferentes comunidades, que circulam por meio do Whatsapp, radiofonia e transmissão de arquivo por bluetooth ou Apps como ShareIT (site FOIRN).

4.3. Agentes Indígenas de Manejo Ambiental

Arelada a estas múltiplas estratégias de proteção e fortalecimento dos povos em seu território, existem ações mais específicas relacionadas ao manejo e monitoramento do território que ainda **foram pouco abordadas na bibliografia e estudos de caso**.

É o caso dos **Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMA)**, experiência que nos permite traçar paralelos com as experiências descritas nos tópicos anteriores, dos Guardiões e Guerreiras da floresta no Maranhão e das Guardias Indígenas da Colômbia e da Venezuela, por serem **grupos de jovens formados para a proteção do território**. Tais grupos, porém, possuem a especificidade de assumirem **uma perspectiva muito mais protetiva do que defensiva**, através de uma atuação que combina pesquisa, monitoramento e diálogo constante com as comunidades e com os mais velhos, considerados grandes conhecedores.

Em meados dos anos 2000, nas bacias do Rio Tiquié (afluente do Uaupés) e do Içana, começam a ser desenvolvidas experiências por parte das associações indígenas e do Instituto Socioambiental, de formação e atuação dos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental, iniciativa que ao longo dos anos se espalhou para outras regiões do Médio e Alto Rio Negro.



Uma das decisões tomadas nesses encontros foi formar um grupo de agentes comunitários que seriam também pesquisadores, indicados pelas comunidades, os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs). Nessa ocasião, foram formados os primeiros grupos de AIMAs para atuação no trecho médio do Rio Tiquié (FOIRN, 2020, p. 62).

Em 2008, ACIMET, ATRIART e AEITY realizaram dois encontros de manejo de peixes da bacia do Rio Tiquié na comunidade de Pari-Cachoeira, com a participação dos AIMAs e, nessa ocasião, **outras comunidades tiveram interesse em indicar seus próprios AIMAs, de modo que o grupo foi ampliado e passou a envolver, aproximadamente, 25 comunidades** Tukano, Desana, Tuyuka, Miriti Tapuia e Hupda (Cabalzar, 2016, contracapa e p. 17, ISA, s/d). **Contando com aporte financeiro de parceiros**, especialmente o ISA, e com recursos da Fundação Moore e Rainforest, a rede dos AIMAs se expandiu para várias comunidades nos diferentes trechos do rio (FOIRN, 2020: 63).

c) Perfil

São moradores das comunidades do Baixo, Médio e Alto Rio Tiquié, majoritariamente jovens homens, indicados por suas comunidades, de diferentes faixas etárias e níveis de formação (fundamental e médio), em alguns casos são alunos ou ex-alunos de escolas indígenas (Cabalzar, 2016, contracapa e p. 17, ISA, s/d). Cabalzar, A.

Número de AIMAs	Povos indígenas	Comunidades envolvidas
15 a 30	Tukano Orientais: <ul style="list-style-type: none"> • Tukano • Desana • Tuyuka • Bará • Makuna • Miriti Tapuia Nadahup: <ul style="list-style-type: none"> • Hupda 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo Rio Tiquié: Matapi, Serra de Mucura
		<ul style="list-style-type: none"> • Médio Rio Tiquié e afluentes: Acará Poço, Barreira, Bela Vista, Buraco de Cobra, Cunuri, Floresta, Iraity, Maracajá, Pirarara, Santa Luzia, Santo Antonio, São Luís, São Paulo, São Sebastião
		<ul style="list-style-type: none"> • Alto Rio Tiquié e afluentes: Bela Vista, Cachoeira Comprida, Caruru, Igarapé Onça, Puerto Loro, São Pedro

Fonte: Cabalzar (2016: contracapa e 17, ISA, s/d.)

d) Recursos Econômicos e Infraestrutura para o Desenvolvimento do Trabalho

Os AIMAs recebem uma **bolsa de pesquisa** do ISA, que varia de acordo com a dedicação e formação, além de instrumentos de trabalho e combustível para realização de deslocamentos. Há 4 casas de pesquisa em comunidades das



diferentes calhas do Rio Tiquié – Serra de Mucura, Baixo Tiquié, Pirarara e São José no Médio Tiquié e São Pedro no Alto Tiquié – com energia solar, computadores, espaço para reunião e hospedagem, que são a base das atividades dos AIMAs destas comunidades e comunidades próximas (Cabalzar, A: idem).

e) Modos de Ação

A formação de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Rio Negro consiste em um **modelo de proteção e vigilância territorial**, voltado para o manejo de recursos diversos, que passa necessariamente por um conhecimento do entorno e respeito pelos ciclos da natureza.

- Promoção de boas práticas de manejo nas comunidades em que vivem e nos arredores, tais como:
 - orientar e animar as comunidades para que façam a destinação correta de lixo através de aterramento ou queima, coleta e envio de pilhas à cidade;
 - busca de entendimentos e acordos sobre pesca e manejo de peixes, caça, frutas silvestres;
 - acompanhar o manejo dos peixes de acordo com recomendações propostas nos encontros sobre este tema;
- Atividades de pesquisa sobre manejo ambiental:
 - mapeamento das áreas de uso de peixes, caça, frutos e outros recursos como caraná, utilizados na cobertura das casas e sorva, nas confecções de bancos de uso diário e ritual que são característicos destes grupos;
 - manutenção de diário de observações sobre os ciclos de vida;
 - registros de produção de pescaria através do uso de fichas de pesca - anotando dados como espécie, local de pesca, quantidade, pescador;
 - Conversa com os moradores das comunidades sobre aspectos de manejo ambiental (por exemplo, manejo do peixe, caraná, usos dos lugares de pesca ou caça, destinação do lixo, entre outros), conduzidas pelos AIMAs, que, embora mais jovens, ocupam lugar de destaque. **Tais conversas contam com a participação dos mais velhos, professores, alunos, agentes de saúde e lideranças** (capitães, membros de associações) e **são realizadas nos espaços públicos de cada comunidade** (malocas, palhoças, escolas) **ou nas casas de pesquisa** (no caso das comunidades que as tenham) (Cabalzar, A. 2016: 36-38).

f) A Pesquisa Ciclos Anuais no Rio Tiquié e a Formação dos AIMAs

A formação dos AIMAs se deu concomitantemente ao desenvolvimento de uma pesquisa colaborativa, intercultural e interdisciplinar, que vem sendo desenvolvida há mais de quinze anos (Hamdan, 2021) e que tem como objetivo: **“descrever, analisar e compartilhar informações sobre os ciclos anuais e suas**



variações, aliando conhecimentos indígenas a métodos científicos de registro e organização de dados.” (site ISA, sd).

A pesquisa envolve os AIMAs, moradores e os xamãs-conhecedores (na língua Tukano, Kumua), das associações indígenas do Médio e Alto Tiquié. O projeto teve apoio, em todas as suas etapas, da equipe do Instituto Socioambiental, coordenado pelo antropólogo Aloisio Cabalzar, que também realiza o apoio financeiro através de projetos desenvolvidos pelo ISA e as associações junto a Fundação Moore, Instituto Arapyaú, Rainforest Foundation Noruega e FAPEAM (ISA, s/d).

g) Os Ciclos Anuais e o Manejo do Mundo

Em meados dos anos 2000, foram realizados muitos encontros e intercâmbios de conhecimento entre os grupos Tukano do Rio Tiquié brasileiro e colombiano, mas também do Rio Pirá Paraná, afluente do Apaporis, onde as associações indígenas, especialmente a Asociación de los Capitanes Indígenas del Pirá Paraná (ACAIFI), vinham desenvolvendo, com assessoria da Fundación Gaia Amazonas, há alguns anos, investigações sobre o manejo do mundo do ponto de vista destes indígenas, confeccionando calendários circulares para representar os movimentos de ciclos ecológicos e sociocosmológicos e rituais. A noção de manejo do mundo desenvolvida por estes investigadores e conhecedores do lado colombiano é compartilhada pelos povos do lado brasileiro e é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Para estes povos, os conhecimentos e práticas de manejo estão encadeados ao longo de ciclos anuais.

Os invernos (demarcados pelo movimento das constelações) e verões (associados ao tempo de maturação de certas frutas) demarcam épocas dos anos aos quais estão relacionados à ocorrência de fenômenos ecológicos (variações no nível do rio, ciclo de vida de peixes, animais de caça e plantas) e econômicos (épocas de pesca, caça, atividades na roça), mas, também, cósmicos e sociais, que são conhecidos por especialistas xamânicos chamados kumua: a passagem de certos seres da sobrenatureza que podem trazer doenças e a realização de rituais (xamanismo e cerimônias), **que são procedimentos de “manejo do mundo” realizados por estes especialistas para trazer proteção em relação a estes seres e garantir a abundância de alimentos** (frutas, outros cultivos, peixes e carnes de caça) (Cabalzar, 2010).

A concepção de manejo do mundo traduz nesse sentido **“práticas que envolvem observar, entender, curar, proteger, mediar, reparar, comunicar, compartilhar. É o manejo que, a partir de cada povo e comunidade, visa a diferentes escalas – da casa ao território.”** (ISA, s/d). Trata-se portanto, de uma perspectiva de proteção, inclui uma observação atenta dos ciclos da natureza e a realização de rituais conduzidos por especialistas indígenas, que objetiva o cuidado e a proteção não apenas de cada um dos povos indígenas engajados nessas ações, mas, sim, de todos os seres que habitam o mundo. Além disso, apresenta uma perspectiva de proteção que passa



pela valorização dos conhecimentos tradicionais, se constituindo também como uma forma de engajar as gerações mais jovens nos aspectos da própria cultura.

h) Metodologia de Pesquisa e Formação dos AIMAs

Em 2005, os jovens AIMAs começaram a ser formados pela equipe do ISA através da realização da observação, registro e sistematização destes ciclos **combinando as concepções indígenas acima mencionadas e técnicas ocidentais**. A importância dessa formação intercultural diz respeito, sobretudo, ao **engajamento das novas e futuras gerações**, que por um lado, possa dar importância aos modos de conhecimentos indígenas sobre o próprio território – a observação minuciosa dos ciclos da natureza e valorização e aprendizado das formas rituais de manejo, e, por outro lado, possa atraí-los para a conscientização e valorização da própria cultura, uma vez em que na região em que se encontram, suas relações com o mundo dos brancos pode se dar de diversas maneiras, seja através do aliciamento em atividades ilícitas (como mineração e tráfico de drogas) ou o recrutamento para desempenharem subempregos na cidade.

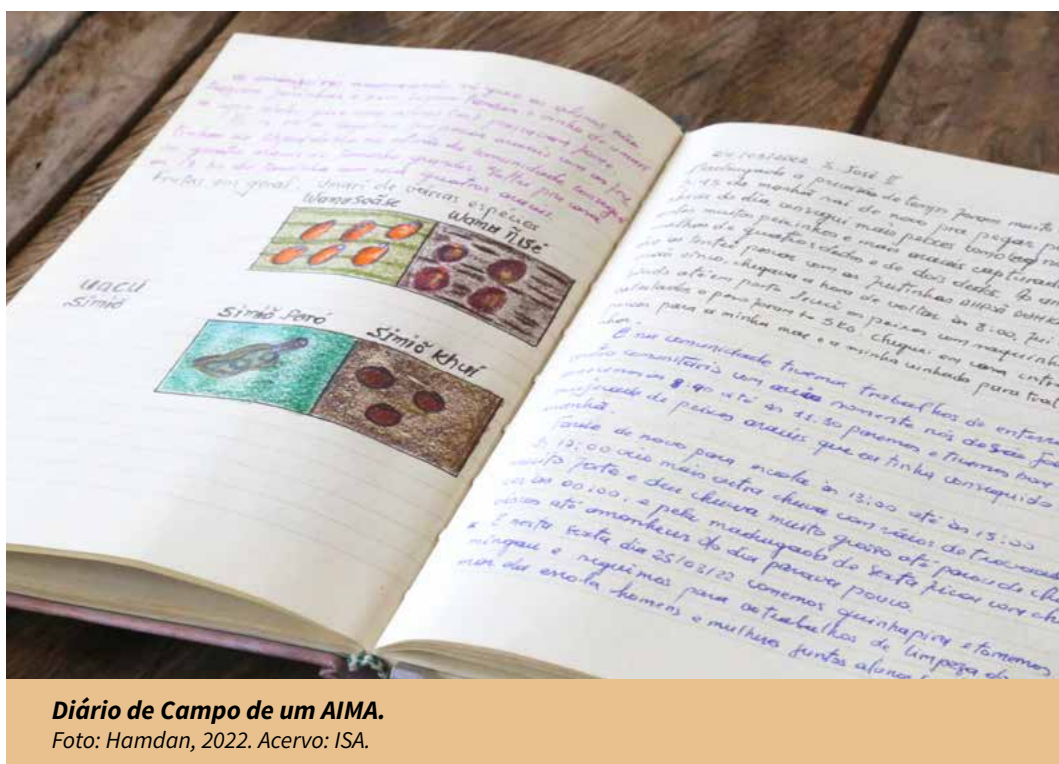
Por meio dessas formações, como é o caso dos AIMAs, **os jovens têm a oportunidade de se apropriar dos conhecimentos e tecnologias ocidentais nas suas próprias comunidades, de modo significativo, como parte de um processo amplo de proteção territorial**. A partir de uma percepção indígena de ameaça, que, conforme vimos, não se limita a invasão por parte de garimpeiros, madeireiros e outros extrativistas, mas inclui também, em escala mais ampla, movimentos de seres sobrenaturais, é fundamental a formação destes jovens em uma perspectiva intercultural, para que possam contribuir no desenvolvimento de estratégias conjuntas e mobilizar uma proteção que passa também pela defesa da própria cultura, de seus modos de se relacionar com o mundo ao redor e com as ameaças que vem do mundo dos brancos.

A formação dos AIMAs se confunde, de certa forma, com a formação para a realização da pesquisa – Ciclos anuais no Rio Tiquié, cuja metodologia consiste em:

- Diários de anotações: realização de registros em diários pessoais não padronizados, de informações observadas no dia-a-dia sobre fenômenos ecológicos e sociais em diários pessoais.

Além desses dados, são registrados dados do cotidiano das comunidades. Os AIMAs recebem da equipe do ISA, cadernos, canetas e material de desenho e a lista de sugestões para observação e registro e orientações para escrita diária (site ISA, s/d, Cabalzar, 2016: 38-42).





Diário de Campo de um AIM.

Foto: Hamdan, 2022. Acervo: ISA.

- Encontros de sistematização e posterior realização de oficinas de trabalho que reúnem AIMAs de cada região e assessores/pesquisadores do ISA, para sistematizar coletivamente as informações obtidas através da leitura dos diários e montagem de uma linha do tempo, espécie de gráficos que representam por região quais os fenômenos ecológicos ocorreram ao longo de um ciclo anual.

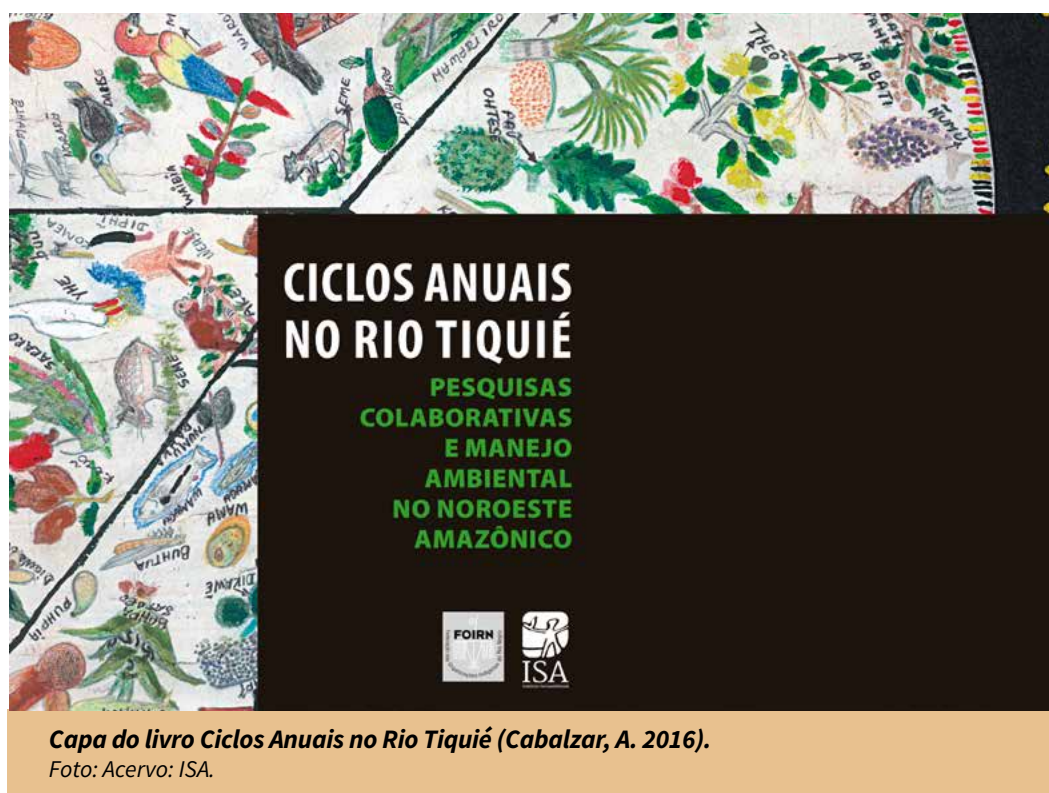
Os ciclos sistematizados são representados através de calendários circulares. As concepções dos velhos conhecedores sobre os ciclos são consideradas e, para isso, alguns deles são convidados a participar e integrar algumas fases de sistematização, contribuindo para análise e representação dos fenômenos ocorridos e a variação entre os ciclos, que podem ser indicadores de questões relativas às mudanças climáticas (site ISA, s/d, Cabalzar, 2016: 36- 45).

- Uso do Aplicativo ODK: desde 2017, os AIMAs vêm realizando, a partir da formação e acompanhamento promovidos pelos assessores do ISA, registros, concomitantes ao diário, em um aplicativo chamado ODK collect, onde criou-se uma plataforma para registro das observações diárias sobre os fenômenos ecológicos mencionados. Esses dados ficam armazenados em tablets e celulares dos AIMAs, que ao terem o acesso à internet – disponível em algumas aldeias ou apenas na cidade de São Gabriel – são enviados automaticamente a uma base de dados gerenciada pelo ISA e que faz parte de um projeto de monitoramento ambiental mais amplo, que visa a realizar análise de processos longos e médios de mudanças climáticas em algumas regiões amazônicas.



É importante frisar que durante todo esse período, paralelamente a constituição dos AIMAs, as **escolas indígenas**²² da região, nas quais alguns AIMAs se formaram, abordaram o manejo ambiental em seus currículos e promoveram oficinas temáticas a este respeito, que envolveram a participação dos alunos, professores, lideranças, velhos conhecedores, os AIMAs e a assessoria do ISA. Dentre as quais, oficinas sobre astronomia Tukano, que promoveu um debate sobre a identificação dos ciclos astronômicos, ecológicos e sociorituais Tukano e a elaboração de calendários circulares, que conforme vimos, se tornou central na metodologia de pesquisa desenvolvida pelos AIMAs. Tais processos formativos desenvolvidos na escola, reforçam e ampliam o desenvolvimento deste mecanismo de proteção territorial, tornando-o mais participativo.

A partir do acúmulo de observações e registros da análise feita sobre estes, em encontros realizados com os conhecedores mais velhos e em diálogo com os pesquisadores do ISA, surgiu ao longo da pesquisa a **preocupação com as mudanças climáticas**. Essa preocupação e o **andamento da pesquisa resultou na publicação de materiais informativos** com a síntese e análise de alguns ciclos anuais (Cabalzar, 2016):

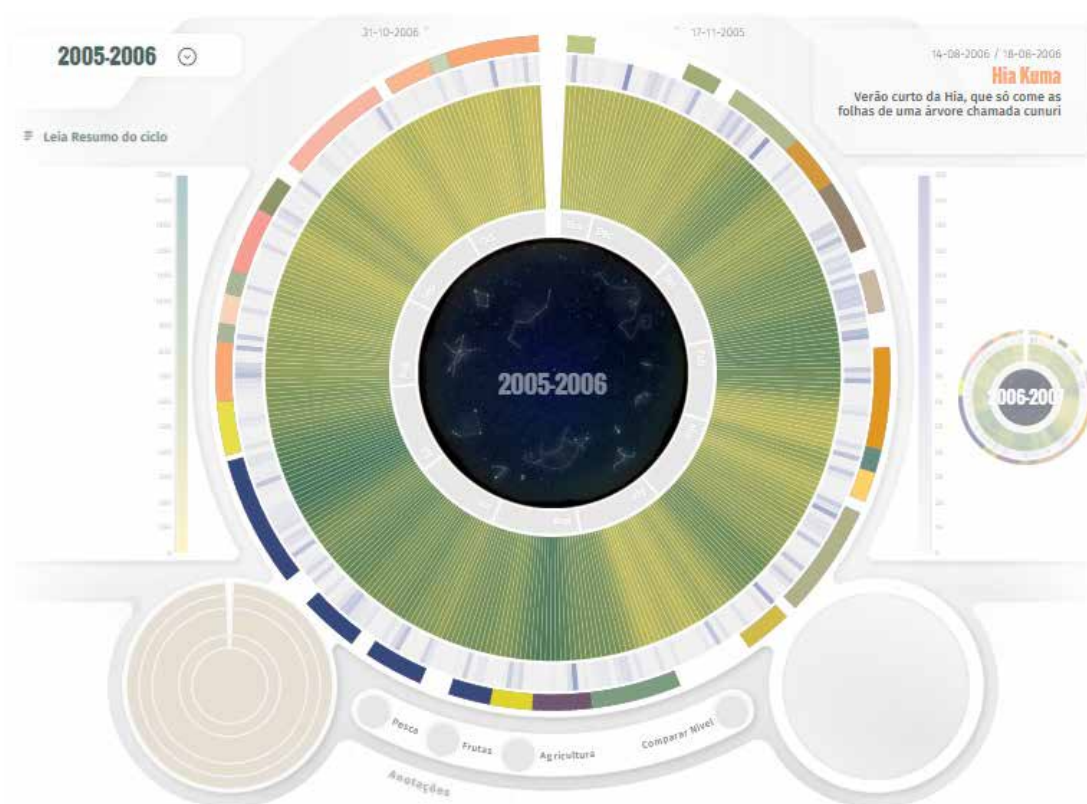


22 - Tais escolas funcionam através de alfabetização nas línguas indígenas, currículo próprio e intercultural e metodologia de ensino via pesquisa.

Livro “Ciclos anuais no Rio Tiquié – perspectivas colaborativas e manejo ambiental no Noroeste Amazônico” (Cabalzar, A., 2016), descreve aspectos da narrativa dos povos Tukano sobre um ciclo anual típico; a metodologia de pesquisa e equipe de AIMAs envolvida; a sequência de descrição e análise dos ciclos de 2005- 2008; com fragmentos dos diários dos AIMAs, gráficos e calendários e algumas considerações da pesquisa para pensar sobre as mudanças climáticas da região.

- Site ciclos anuais dos povos indígenas do Rio Tiquié, que é atrelado ao site do ISA <https://ciclostiquie.socioambiental.org/pt/index.html>

O site apresenta, além do conteúdo do livro, versões digitais dos calendários dos anos de 2005-2008, aos quais estão atrelados infográficos que “combinam e apresentam a informação, relacionando informações analíticas feitas pelos povos indígenas e indicadores presentes na pesquisa, que integram medições de nível do rio e a pluviometria, e as estações do ano informadas por pesquisadores indígenas desta região, assim como o nome das constelações astronômicas, como identificadas pelos conhecedores Tukano.” (site infoamazonia, s/d).



Calendário indígena dos ciclos do Rio Tiquié digital. Calendário digital indígena dos ciclos do Rio Tiquié.

Fonte: Infoamazonia.

Em 2021, os AIMAs apresentaram os calendários circulares na Cúpula das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 21.

4.3.2. Os AIMAs e o Manejo de Pesca na Bacia do Rio Tiquié

No Tiquié, os AIMAs participaram e contribuíram apresentando os resultados de suas pesquisas nos encontros anteriormente mencionados sobre Manejo de pesca na bacia do Tiquié, realizados no ano de 2008, que tematizaram pontos como a identificação de fatores de diminuição dos peixes; transformações sobre as formas e utensílios de pesca; acordos sobre épocas e modos adequados de pesca; reserva de usos de lagos; encantações xamânicas para garantir a abundância da pesca, entre outros (Azevedo e Cabalzar, 2012).

4.3.3. Os AIMAs e os PGTAs

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) começou a ser discutido em 2015; em 2016, foram realizados os levantamentos sociodemográficos; em 2017, as consultas regionais; em 2018, foi feita a validação regional e geral do PGTA e, em 2020, foram publicados 8 PGTAs de cada região das TIs mencionadas.

Na Região do Rio Uaupés e Tiquié (na língua Tukano, Dia Wii), lideranças e moradores das comunidades da área de abrangência participaram como colaboradores das oficinas e fóruns de consulta. **Alguns AIMAs por sua vez, participaram ativamente da construção do PGTA como representantes de comunidades e associações indígenas no levantamento socioambiental e nas oficinas dos Grupos de Trabalho (GT) do PGTA.**

A atuação dos AIMAs é destacada nesse plano nos seguintes tópicos:

- Gestão ambiental e territorial na região de Diawii, que trata de iniciativas desenvolvidas e lições aprendidas. Nesse tópico, ressalta-se a importância da figura do AIMA e o reconhecimento por parte dos moradores das comunidades pelo papel que desempenha em relação a gestão ambiental e territorial, além da descrição do processo de formação dos AIMAs, as atividades que desempenham e materiais que produzem, pontos que abordamos anteriormente. Também são enumeradas algumas lições aprendidas, avanços e desafios que serão apresentados mais adiante;
- No tocante as ameaças relacionadas aos direitos indígenas e proteção territorial, a manutenção e formalização dos AIMAs entra como peça-chave no desenvolvimento de um programa de vigilância e fiscalização territorial colaborativo que articule ações entre órgãos competentes (FUNAI, exército, ICMBio, Polícia Federal etc.) e garanta a participação e respeito, por parte dos agentes vigilantes, ao modo de vida e cultura das comunidades e associações. Este ponto tem importância fundamental porque supõe uma ampliação do escopo das ações dos AIMAs de monitoramento para vigilância territorial (FOIRN, 2020, p. 100);
- O Manejo realizado pelos AIMAs promove também a geração de renda e o desenvolvimento de atividades sustentáveis que possibilita uma forma de controle e cuidado sobre o uso dos recursos naturais, se constituindo por sua vez, em outra frente de proteção da natureza e dos próprios modos de produção indígena;



- Destaca-se também o papel e trabalho dos AIMAs em grande parte das ações junto a outros atores, como moradores das comunidades, lideranças, conhecedores e coordenadoria da FOIRN para área do Uaupés e Tiquié, sendo responsáveis entre outras atribuições por:
 - Restabelecimento dos princípios do sistema tradicional de manejo, principalmente nos lugares considerados sagrados, que são moradas de peixes e seres espirituais das florestas – onde há restrição de uso para pesca, caça, extração de recursos e ocupação;
 - Garantia do respeito aos acordos de manejo de cada região sobre pesca, caça, extrativismo, destinação de lixo, áreas tradicionais e sagradas;
 - Vigilância sobre entrada de pessoas de fora para pesca e extração de recursos e denuncia a órgãos responsáveis;
 - Discussão sobre pesca comercial e planos de manejo;
 - Implementação de planos de manejo para recursos florestais mais escassos como caraná, cipó e sorva, recuperação e reflorestamento de áreas degradadas, implementação, reativação e readequação de projetos de piscicultura, avicultura e manejo agroflorestal, como forma de incentivar a participação de jovens nesses microempreendimentos e de sua permanência nas comunidades (FOIRN, 2020, p. 117-118).

4.3.4. Avanços

Dentre os avanços identificados pelos próprios atores envolvidos, destaca-se que:

- Em comunidades e trechos dos rios que contam com AIMAs, conversas, medidas, acordos e a conscientização sobre gestão dos territórios, manejo ambiental e destinação do lixo estão mais avançadas (FOIRN, 2020, p. 63).

Pontualmente, em relação ao desenvolvimento da pesquisa dos Ciclos Anuais no Rio Tiquié (Cabalzar, 2016: 14), ressaltam como avanços:

- Em conjunto com estudos sobre clima, ecologia e agronomia, a pesquisa está gerando informações detalhadas sobre os ciclos anuais, do ponto de vista dos jovens pesquisadores e velhos conhecedores das comunidades, permitindo apreender possíveis mudanças climáticas e criar entendimentos e propostas para informar políticas públicas;
- Desenvolvimento e aplicação prática de metodologias de monitoramento e análise ambiental, que poderão ser estendidas para outras regiões do Rio Negro e da Amazônia;
- Possibilitar aos pesquisadores e lideranças indígenas discutir simetricamente a questão das mudanças climáticas e impactos nos territórios e formas de manejo e políticas de governança ambiental.



4.3.5. Desafios

Entre os desafios encontrados e as necessidades levantadas destacam-se:

- A dependência de projetos de apoio e de parceiros. A variação no número de AIMAs nas regiões ao longo do tempo está relacionada a disponibilidade de recursos para bolsa e para realização de atividades aportadas pelo ISA via financiadores (FOIRN, 2020, p. 63);
- A formalização à rede de AIMAs no baixo Uaupés e Tiquié, garantindo a permanência e ampliando seu escopo para atuação como agentes de manejo e vigilância territorial, a partir do reconhecimento do Estado e destinação de recursos de infraestrutura (transporte, equipamentos e comunicação), formação e ajuda de custo (FOIRN, 2020: 63; 100);
- A inserção de AIMAs mulheres no grupo (atualmente, existe apenas uma), para que possam contribuir com os conhecimentos e práticas femininos, a exemplo do domínio dos ciclos e manejo relacionados às roças de manivas, onde as mulheres são as portadoras desse conhecimento (Handam, 2022).

4.4. Ampliação da Rede de Agentes Indígenas do Alto Rio Negro

A ampliação da Rede de AIMAs começou a ocorrer a partir de 2016, junto ao desenvolvimento de um sistema de monitoramento ambiental e climático e de um banco de dados para manejo dos recursos naturais e da realização do Censo de PGTAs.

Atualmente, a FOIRN e o Instituto Socioambiental desenvolvem um projeto de ampliação da rede de atuação dos AIMAs, assim como da rede de comunicadores Wayuri no âmbito do fortalecimento da governança territorial e da implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro. Tal projeto é financiado pela Rede Lira, Ipê, BNDES e Moore, tendo como parceiros: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, UFAM, UFSCAR, MPEG e Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A ideia deste projeto atual é:

- Remobilizar e consolidar a rede dos AIMAs;
- Investir na elaboração de acordos intercomunitários para o manejo de recursos naturais;
- Investir na estruturação de cadeias produtivas;
- Investir no fortalecimento da política das organizações indígenas.

No momento, a rede de AIMAs abrange 50 pesquisadores, 3 municípios, 20 associações de base e 10 povos indígenas das regiões (site Lira, s/d.). O reconhecimento dos Agentes indígenas de Manejo Ambiental e dos Agentes de Segurança Territorial Indígena (GPVIT), formada por indígenas de Roraima, está na pauta da Câmara Federal,



conduzida pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, coordenada pela deputada federal Joênia Wapichana (Rede) (Hamdan, 2021).

Em abril foi realizado um grande encontro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e do Conselho Indígena de Roraima no Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, com o objetivo de debater e coletar contribuições para a elaboração da minuta de projeto de lei a fim de reconhecer a atividade dos agentes ambientais indígenas no Brasil.

A minuta de lei será colocada para apreciação no Congresso Nacional, como forma de buscar o reconhecimento da atividade dos agentes agroflorestais indígenas e, futuramente, instituir a profissão, garantindo igualdade de condições adequadas de trabalho²³.

4.5. Experiências e Boas Práticas que Podem ser Replicadas em Outros Contextos a partir da Experiência dos AIMAs

- No caso do Rio Negro, o fortalecimento e desenvolvimento conjunto de projetos de educação escolar indígena e manejo ambiental foi fundamental para estruturar as bases dos mecanismos de proteção, a partir de uma perspectiva que envolveu toda a comunidade e as gerações mais jovens. Neste sentido, é importante considerar que as escolas indígenas continuam sendo centros de formação importantes, seja para o aprendizado de aspectos da própria cultura como para uma forma de engajamento das novas gerações. Assim, qualquer projeto ou incentivo que vise a mecanismos de proteção deve considerar o espaço da escola como um locus de engajamento comunitário e difusão de conhecimento pensado em termos de proteção;
- A troca de experiências por meio de intercâmbios proporcionou o conhecimento de iniciativas, como a dos Agentes Agroflorestais do Acre e a dos investigadores indígenas no Pirá Paraná na Colômbia, o que serviu de inspiração para os povos do Rio Negro criarem os AIMAs. Dessa forma, dentro do processo de formação dos Agentes de Manejo, a realização de intercâmbios se constitui como um aspecto fundamental, uma vez que possibilita o conhecimento de outras experiências em contextos de povos indígenas distintos;
- Os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental são, ao mesmo tempo, agentes comunitários e pesquisadores, indicados pelas próprias comunidades, o que significa que o processo de indicação de quem vai ser um agente passa necessariamente por uma decisão comunitária, onde os mais velhos têm papel fundamental;
- A formação de AIMAs se constitui como uma experiência focada nos jovens, inserindo-os em uma posição central em estratégias de manejo ambiental tanto no

²³ - Lucia Alberta, assessora da deputada Joênia Wapichana comunicação pessoal; CPI-Acre (2022).



âmbito local – junto às comunidades, suas associações e escolas indígenas, através de pesquisas e acordos sobre manejo – como no âmbito regional, na construção dos PGTAs junto à FOIRN;

- Em um contexto marcado pela atração sempre presente da atividade de mineração e outras atividades extrativas e pela busca de trabalhos diversos na cidade de São Gabriel da Cachoeira, esta atividade incentiva a permanência dos jovens em seus territórios, consolidando-se como uma alternativa de atividade desafiante e sustentável e também atrativa economicamente, devido às bolsas e recursos disponíveis, e que pode vir a se tornar ainda mais atraente com o seu reconhecimento por parte dos órgãos públicos. Neste sentido, é de suma importância que a atividade do Agente de Manejo seja também uma fonte de renda, para que os jovens possam se dedicar inteiramente a estas atividades e não sejam atraídos pelos trabalhos oferecidos pelos não indígenas ou mesmo cooptados para atividades ilícitas;
- A atuação e a formação dos AIMAs é parte de um processo mais amplo de engajamento de toda comunidade com a questão do manejo ambiental e o desenvolvimento de mecanismos de proteção territorial, que envolve a realização de encontros e reuniões intercomunitárias para discutir o manejo ambiental, com a participação de lideranças e moradores das associações indígenas. Assim, existe um processo comunitário focado em processos de defesa não apenas do território, mas da própria cultura indígena, uma vez que busca considerar a participação de toda comunidade e o aprendizado das gerações mais novas nos conhecimentos tradicionais de manejo e gestão dos recursos naturais;
- A atuação dos AIMAs é pautada no diálogo entre os jovens e os velhos conhecedores, garantindo, assim, a atualização dos conhecimentos indígenas considerados fundamentais para se viver na região do Rio Negro e seu compartilhamento mais amplo;
- A atuação e a formação dos AIMAs passa necessariamente pelo apoio técnico e financeiro de organizações não governamentais, que trabalham como parceiros dos povos indígenas em um processo de fortalecimento e construção da autonomia de suas organizações próprias;
- A formação dos jovens em técnicas de registro e sistematização de dados e a parceria com o ISA e outras organizações parceiras, garante um modo de acesso intencional e direcionado destes jovens indígenas aos conhecimentos e tecnologias ocidentais (diários, mapas, gráficos, calendários) e equipamentos (GPS, computadores, tablets e celulares com aplicativos, gravadores, máquinas fotográficas etc.), pois se dá de modo concomitante ao desenvolvimento de uma consciência e práticas de governança e fortalecimento do território;
- A atuação dos AIMAs possui um caráter que se difere das demais experiências apresentadas anteriormente por ser muito mais protetiva-investigativa do que defensiva e, nesse sentido, compõe com outras estratégias desenvolvidas pela FOIRN elencadas nesse diagnóstico, como o modelo de governança territorial



indígena do Rio Negro, voltado para o fortalecimento dos povos e comunidades indígenas, e a manutenção da população no território, através de uma aliança entre jovens e velhas gerações, da troca entre conhecimentos indígenas e não indígenas na solução dos problemas do território e do desenvolvimento do associativismo através da parceria com entidades da sociedade civil;

- Importante considerar no processo de formação dos AIMAs a participação das mulheres de cada região, para que conhecimentos e técnicas femininas de manejo estejam inseridas de forma mais equitativa nas ações. Para isso, pode ser interessante a realização de uma ação de conscientização por parte do Departamento de Mulheres;
- O reconhecimento público da categoria de agentes indígenas ambientais também é fundamental para garantir, através de legitimidade e recursos econômicos, a continuidade do processo;
- É importante também ampliar a formação dos AIMAs, no sentido de incluir e sistematizar as invasões ao território por parte de agentes extrativistas e traficantes, acrescentando aí um aspecto convencional de vigilância, para poder ser encaminhado aos órgãos competentes.

4.6. Análise

A formação de um grupo de agentes indígenas de manejo ambiental no Rio Negro é parte de uma estratégia mais ampla de proteção territorial e de governança indígena, que tem como base a criação de uma rede de associações indígenas cujas intenções e ações são definidas e se retroalimentam em um espaço de compartilhamento que é a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

A experiência dos AIMAs ocorreu no contexto de fortalecimento das associações indígenas do Tiquié e do Içana e no interesse das lideranças no manejo destas bacias e na construção de alianças pontuais com os antropólogos, ecólogos e outros profissionais do Programa Rio Negro, do Instituto Socioambiental, que – além de aportar recursos financeiros, técnicos e de apoiar na infraestrutura necessária para a formação e atuação dos AIMAs – contribuíram para delinear a composição de um grupo de jovens de segurança territorial, com um caráter muito mais protetivo-investigativo do que defensivo de segurança territorial.

Existiu neste caso uma dupla disposição: por parte dos assessores não indígenas em considerar o caráter ecocossmológico dos conhecimentos destes povos indígenas sobre manejo ambiental nas suas noções e práticas relacionadas ao manejo do mundo e ao interesse dos indígenas em compartilhar seus conhecimentos e aprender conhecimentos e técnicas de manejo ocidentais.

No contexto de fortalecimento das associações indígenas em parceria com as organizações indigenistas e socioambientais, muitas experiências realizadas de modo autônomo nos territórios indígenas são incorporadas pelo Estado, tornando-se linhas de ação do órgão indigenista.



É o caso das experiências de monitoramento ambiental desenvolvidas em estados como Acre e Amazonas, que inspiraram a formação da política do Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) (Decreto n. 7747 de 2012) e a proposição dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, os PGTA.

Especificamente, no caso do Rio Negro, vimos como a experiência dos AIMAs no Tiquié foi inspiradora para as ações realizadas em outros locais da Bacia do Uaupés, a partir das discussões sobre o PGTA dessa região.





Drone Indígena. Foto: Israel Vale Jr.

V. USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO MONITORAMENTO E PROTEÇÃO TERRITORIAL



5. Uso de novas tecnologias no monitoramento e proteção territorial²⁴

Apresentamos nesta parte uma iniciativa desenvolvida junto as Associações Indígenas de Rondônia, com apoio da Organização Kanindé e da WWF-Brasil. Escolhemos este caso por se tratar de um projeto baseado em grande parte no uso de tecnologias para monitoramento territorial e por ter se demonstrado exitoso ao longo dos anos.

O projeto teve início entre 2008 e 2009 com o povo Surui Paiter no estado de Rondônia, na Terra Indígena Sete de Setembro. Nesta ocasião, foi elaborado o Projeto de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) dos Surui, pensado para um período de 50 anos, e que incluía projetos de reflorestamento e recuperação de áreas, além de projeto de carbono, uma iniciativa pioneira na época.

No processo de elaboração do PGTA surgiu a dúvida de como desenvolver esses projetos e realizar a gestão das atividades e foi neste momento que surgiu a necessidade de recorrer ao uso de tecnologias.

Nesta ocasião, a FUNAI e os órgãos públicos já possuíam computadores com programas de armazenamento de dados e imagens de satélites da TI. Entretanto, os indígenas queriam que essa tecnologia fosse para dentro da TI e que eles próprios pudessem usar essas ferramentas para fazerem a gestão do território.

A Associação Kanindé de defesa etnoambiental foi a organização parceira que acompanhou esse processo com os Surui Paiter. Nesta ocasião, conheceram o Open Data Kit (ODK), um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto²⁵, que auxilia na criação, coleta e gerenciamento de dados móveis coletados em campo. Na época, a dificuldade foi criar os formulários, pois o aplicativo era todo configurado em inglês.

Os Surui pensaram no uso do ODK como uma forma de fazer ações de vigilância territorial, pois tinham como objetivo registrar os ilícitos ambientais na terra indígena através do App e enviar as informações quase em tempo real para a Associação Kanindé, localizada na cidade, para esta encaminhar para o Ministério Público Federal, para o IBAMA e aos demais órgãos responsáveis. O dado chegava com foto e coordenadas georreferenciadas.

Após este primeiro contato com a ferramenta, os indígenas resolveram pensar no uso dessas tecnologias como uma forma de ajudar na gestão territorial, além do monitoramento e da vigilância, e decidiram fazer um monitoramento da biodiversidade da TI. Aqui a preocupação levantada no PGTA era de como os

²⁴ - A maior parte das informações apresentadas neste tópico foram obtidas por meio de entrevista com Israel Vale, coordenador técnico da Kanindé e no site da própria Associação, disponível em <https://www.kaninde.org.br/>

²⁵ - Código aberto, também chamado Open Source, refere-se ao código de um programa que é distribuído livremente, inclusive de maneira gratuita, e que tem a vantagem de poder ser usado e modificado pelos usuários sem nenhuma restrição.



recursos estariam disponíveis nas próximas décadas, em uma terra delimitada habitada por uma população em crescimento. Seria possível manter os mesmos modos de vida e a cultura indígena ao longo dos anos?

A partir deste momento, e com essa preocupação no horizonte, o uso do ODK – inicialmente pensado em termos de monitoramento e proteção territorial contra ilícitos – foi adaptado para criar novos formulários que fizessem o monitoramento da biodiversidade.

Assim, era possível fazer o registro de animais, aves, mamíferos dentro da floresta usando a ferramenta ODK para coleta de dados. Os formulários criados a partir do App eram preenchidos com fotos, coordenadas geográficas, nomes das pessoas, nome dos animais e funcionavam em um smartphone. Este monitoramento da biodiversidade é realizado até hoje e os dados foram utilizados para diversas atividades, como, por exemplo, a certificação da cadeia de castanha; na realização das boas práticas de castanha, que está aliada com a floresta etc.

A partir de 2010, começaram a fazer uso de outra ferramenta que parece ser mais eficaz que o ODK, que é o Kobo Collect²⁶, um App que também funciona em smartphone e que pode ser usado em modo off-line, o que facilita bastante quando se pensa que essas ferramentas são usadas na floresta, onde dificilmente há sinal de internet.

Durante o período da pandemia de Covid-19, o App também foi utilizado para gerar formulários específicos para controlar a entrada e saída de pessoas da TI.

O Kobo Collect é uma ferramenta desenvolvida para a coleta de dados em regiões de difícil acesso, como assentamentos de refugiados, meio rural, sendo muito comum o seu uso no contexto de crises humanitárias. É gratuito e funciona na plataforma Android ou por meio de formulários web em outras plataformas. A grande vantagem no uso desta ferramenta é que é possível criar formulários, e através dos dados coletados, já é realizada a tabulação, com a geração de gráficos que facilitam a sistematização da informação. Como colocado, mesmo sem ter acesso à internet, estes dados ficam registrados e depois podem ser descarregados assim que se tenha acesso à uma rede de internet²⁷.

Outra experiência interessante no uso de tecnologias voltadas para a proteção territorial ocorreu em 2019 na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau em Rondônia, uma

²⁶ - A diferença entre ODK e Kobo é que com o ODK era preciso baixar todos os dados que eram coletados e criar uma tabela para fazer a tabulação no EXCEL. A plataforma do Kobo é muito mais simples e dinâmica, e é possível organizar os dados de diferentes formas, por agentes de monitoramento ou por aldeia, por exemplo, e os dados já são automaticamente tabulados e podem gerar gráficos em EXCEL ou PDF, apenas selecionando os dados e exportando.

²⁷ - Para mais informações sobre o uso da ferramenta Kobo ver *Mobile data collection using ODK and KoBoToolbox platform*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fTNRHV9Gegs>. Ver também a plataforma da própria ferramenta disponível em: <https://www.kobotoolbox.org/>



terra pressionada pela extração de madeira, garimpo, grilagem de terra, caçadores e pescadores ilegais e onde houve o assassinato de Ari Uru Eu Wau Wau, que atuava diretamente nas ações de monitoramento territorial.

Os Uru Eu Wau Wau, que se autodenominam Jupaú, representam um dentre os vários povos que vivem ali. Os Jupaú sempre se interessaram pelo uso de ferramentas tecnológicas para proteger o território. Quando faziam suas expedições de monitoramento e detinham algum invasor, ao entregar o infrator para a FUNAI ou para a polícia sempre eram questionados se tinham alguma prova de que o invasor estava cometendo algum ilícito. Os indígenas não faziam uso de tecnologia e em geral não podiam comprovar as violações que estavam acontecendo dentro da TI.

A Kanindé começou um projeto de uso de GPS, através da capacitação dos indígenas e da distribuição de GPS, mas nem sempre havia equipamentos suficientes para as comunidades que, às vezes, estavam a 100 km de distância uma da outra.

Foi então que pensaram, a partir da experiência dos Surui Paiter, no uso de aplicativos em smartphone para realizar o monitoramento territorial. Assim, em 2019, a WWF iniciou uma parceria com a Kanindé e as Associações Indígenas da região para apoiar o tema da proteção territorial a partir do uso de novas tecnologias.

A ferramenta utilizada foi um aplicativo chamado SMART, que funciona em qualquer celular com sistema Android e no qual é usado um formulário criado para a finalidade desejada. O aplicativo coleta os dados para qualquer ação de monitoramento dentro da TI. Com esta ferramenta é possível criar formulários tanto para monitorar a biodiversidade como para a proteção territorial.

A Kanindé criou, em um processo que contou com a participação de ao menos 6 povos indígenas da região, formulários onde era possível identificar quais eram as principais pressões e ameaças que a TI estava sofrendo. Este trabalho foi realizado ao longo de oficinas que tinham como intuito capacitar os indígenas no uso dessas tecnologias e elaborar um formulário de dados que levasse em consideração os interesses e objetivos apresentados pelos indígenas.

Ainda em 2019, dentro deste projeto da WWF, iniciaram o uso de drones e no mesmo ano foi realizada uma capacitação na cidade de Porto Velho, que reuniu 30 participantes de diferentes povos indígenas e regiões da Amazônia.

Cada participante recebeu um kit do projeto WWF, que continha um drone e a ferramenta SMART, além de outro aplicativo que era usado juntamente com o drone para capturar imagens e compor uma ortofoto²⁸, para criar um mapa com coordenadas geográficas.

Quando os Uru Eu Wau Wau passaram pela capacitação e receberam os drones começou a pandemia e ninguém mais pode entrar na TI. Neste período o

²⁸ - Ortofotos são fotografias criadas a partir da captura de imagens aéreas que servem para compor um mapa fotográfico.



desmatamento e a pressão sobre a TI aumentou consideravelmente e os próprios indígenas munidos destas ferramentas passaram a realizar o monitoramento do território, fazendo uso de todas as ferramentas que haviam recebido.

Dessa forma, realizavam as caminhadas pelo território e conseguiam fazer imagens de drone, alcançando vários lugares da TI que estavam sendo invadidos por grileiros. Estas imagens foram publicadas na mídia e serviram de provas para subsidiar as denúncias junto ao Ministério Público Federal.

Para o uso do drone, durante o curso de capacitação, foram criados **protocolos de segurança**, que fornecem algumas instruções de como operar o equipamento, como por exemplo, quando subir e descer o drone sem colocar em risco a equipe. Neste sentido, o uso dessas tecnologias fortaleceu o monitoramento que os indígenas já realizavam, aumentando a segurança das equipes de vigilância, uma vez que agora é possível capturar imagens a longa distância sem expor as equipes ao risco de um confronto direto.

Outra vantagem no uso dessas ferramentas é que como são de longo alcance é possível visualizar áreas de desmatamento que os indígenas talvez nunca encontrassem, por estarem em uma área de difícil acesso da TI e que talvez só apareceriam em alguma imagem de satélite um ano depois, em uma divulgação de algum dado do PRODES²⁹.

Com todos esses dados, foi possível fazer denúncias junto à FUNAI e ao Ministério Público de forma mais direcionada e com o respaldo tecnológico dessas informações que agora não podem mais ser contestadas, já que possuem todas as referências e coordenadas geográficas necessárias.

De 2019 até o momento, a Kanindé realizou duas oficinas de capacitação no uso de tecnologias para proteção territorial. Na última oficina para capacitar pilotos de drone, dos 5 participantes, 4 eram mulheres Uru Eu Wau Wau. O uso de tecnologias tem tido maior adesão das mulheres indígenas que passam a fazer parte também das ações de monitoramento de maneira mais ativa.

Assim, as mulheres Uru Eu Wau Wau participam dos cursos de capacitação e estão operando drones, gerando imagens através de câmeras fotográficas, GPS, SMART, aumentando, assim, o interesse delas na defesa do território por meio das ferramentas tecnológicas.

Antes do uso dessas ferramentas, as mulheres já faziam parte das equipes de vigilância, mas o que se percebeu foi um aumento significativo na participação delas nos últimos anos graças ao incremento da tecnologia nas ações de monitoramento.

29 - "O projeto PRODES realiza o monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas." Acessado em <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>



Este aspecto tem sido fundamental para o empoderamento dessas mulheres indígenas que passam a querer ter um diálogo com mulheres de outras etnias, em busca de novas redes e se sentem protagonistas no processo de proteção territorial.

A participação das mulheres nos cursos de capacitação vai ao encontro de um processo de formação política, onde elas estão ocupando lugares de destaque nas próprias associações indígenas, que antes era um espaço exclusivamente masculino. Hoje em dia, a maior parte das associações indígenas do povo Uru Eu Wau Wau tem a sua frente mulheres indígenas.

Neste sentido, as oficinas de capacitação não apenas ensinam aspectos técnicos sobre o uso dos equipamentos, mas também são espaços onde homens e mulheres indígenas têm um lugar de fala e podem exercer seu protagonismo de maneira igualitária.

Os intercâmbios e oficinas realizados com outros povos indígenas da Amazônia também têm sido um fator fundamental para conhecer quais tecnologias estão sendo utilizadas em outros lugares e propiciam troca de conhecimentos, além de uma rede de contatos entre diferentes povos indígenas.

O uso de ferramentas tecnológicas em projetos de monitoramento e proteção territorial, embora tenha se mostrado fundamental, na maior parte das vezes não é acessível do ponto de vista econômico, por isso é importante buscar ferramentas de código aberto que possam ser adquiridas gratuitamente na internet. Qualquer smartphone com sistema Android pode instalar aplicativos para fazer a coleta de dados ou elaborar uma denúncia e, hoje em dia, a popularização dos celulares entre os povos indígenas facilita, em parte, o uso dessas tecnologias.

Por isso, também é fundamental a participação de organizações parceiras e financiadores que privilegiem o uso de ferramentas tecnológicas em projetos, que não estão apenas voltados para o monitoramento territorial, mas, também, ambiental, social, para a produção agrícola das comunidades etc., no sentido de tornar essas tecnologias mais acessíveis aos povos indígenas e melhorar a autogestão sobre os seus territórios.

O uso dessas tecnologias tem atraído também o interesse das gerações mais jovens, que já possuem certa familiaridade com o mundo tecnológico. Projetos com oferta de bolsas-auxílios voltadas para agentes de monitoramento e proteção, têm sido um incentivo para que jovens indígenas se interessem mais pelos temas da cultura e vejam a necessidade de proteger o território indígena.

Dessa forma, os cursos de capacitação no uso das ferramentas tecnológicas têm se mostrado como um momento importante, não apenas para aprender a manusear essas tecnologias, mas também como um lugar onde o sentimento de pertencimento e autonomia vem sendo fomentado.

Os jovens fazem uso ainda de suas redes sociais, onde utilizam imagens captadas por meio das ferramentas tecnológicas para tornar público as ameaças e ataques que os povos indígenas e seus territórios vêm sofrendo, conseguindo dessa maneira um apoio mais amplo e maior pressão para que os órgãos competentes hajam com mais celeridade e eficiência.





Considerações Finais

Por meio dos quatro casos apresentados neste mapeamento foi possível estabelecer alguns pontos de aproximação e distanciamento de modo a pensar como as iniciativas levantadas podem ser consideradas dentro do contexto brasileiro.

Primeiramente, é importante destacar o protagonismo e atuação das mulheres em quase todos os casos examinados. Como vimos, as Guerreiras da Floresta, no contexto do Mosaico do Gurupi, as mulheres na Guardia Indígena Inga na Colômbia e na Guardia Indígena Territorial Pemón possuem não apenas uma participação fundamental nos processos de proteção territorial, como em alguns casos, como no caso da Guardia Indígena Pemón, estão à frente desses processos e, por isso mesmo, são alvo de ameaças externas e do machismo estrutural que precisam enfrentar dentro de suas próprias comunidades.

Vale destacar a atuação *sui generis* que as mulheres indígenas realizam na proteção de seus povos e territórios, que se dá através de uma abordagem pautada no diálogo e na conscientização do entorno. É interessante notar que é a única estratégia que leva em consideração as populações que vivem no entorno das TIs e que muitas vezes também sofrem pressão pela situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Essa tática de proteção e vigilância territorial pautada em uma ação não violenta na proteção de seus territórios, também é notável na atuação dos AIMAs, que desenvolveram uma abordagem protetiva-investigativa, pautada na combinação entre conhecimentos e técnicas científicas de monitoramento ambiental e nos conhecimentos ecocosmológicos dos velhos especialistas indígenas, baseado na observação dos ciclos e na realização de rituais de proteção e cura que integram o “manejo do mundo”.



Assim, os AIMAs não possuem preocupação direta de observação e registro de quaisquer tipos de atores invasivos envolvidos com atividades relacionadas à mineração e tráfico existentes na região, com exceção de suas contribuições para a discussão sobre a pesca predatória no âmbito dos acordos de manejo.

Nas Guardias Indígenas da Colômbia, o elemento protetivo e mesmo investigativo, também está presente, principalmente com a participação ativa do Conselho de Anciões, que coordena a realização de rituais com ingestão do yagé e contribuem com seus conselhos, em ocasiões, como: a entrada do novo membro ao grupo; a tomada de decisões sobre as ações e durante situações de cárcere.

Por outro lado, sabemos também que as grandes ameaças aos territórios indígenas vêm de esquemas organizados por grupos que detêm um poder econômico e militar com os quais as Guardas Indígenas não possuem força e nem estrutura para lidar. Nestes casos, seria preciso levar adiante as denúncias relacionadas aos crimes de homicídio e tentativa de homicídio que frequentemente acontecem nestas regiões e tirar do âmbito local a investigação e resolução destes casos, onde frequentemente as autoridades locais são negligentes ou mesmo coniventes com os grupos que ameaçam os direitos dos povos indígenas.

Tanto as rondas/missões ao redor dos territórios pelos povos do Gurupi, como os recorridos realizados por parte das Guardias Indígenas da Colômbia e a prática do por caminho realizada pela Guardia Indígena Pemón na Venezuela, estão claramente relacionadas à inspeção e vigilância da área para identificação de agentes invasores que possam causar danos ambientais e sociais. Entretanto, as formas defensivas destes povos estão todas em acordo quanto a opção pela ação não violenta e não armada, que no caso das Guardias Indígenas da Colômbia, é marcada pela adoção do bastão de mando.

Diferentemente do Brasil, em que os indígenas do Gurupi precisam contar com a boa vontade da Polícia Federal, Ministério Público, FUNAI e outros órgãos de segurança para solucionar os casos de ilícitos nas TIs, tanto na Colômbia quanto na Venezuela, estes grupos têm o respaldo da legislação – a questão da Jurisdição própria – para deter, realizar investigações e sancionar os invasores de suas terras ou outros tipos de delinquências realizadas por membros internos ou externos às comunidades.

É importante destacar também que o surgimento das Guardas Indígenas no Brasil e no caso dos países analisados se desenvolve dentro de um cenário de invasões, violência e completa ausência do poder público nas TIs. Neste sentido, é importante reconhecer o caráter de autodefesa desses grupos face às ameaças enfrentadas. Ou seja, não é contra o Estado que esses grupos surgem, mas na ausência dele. Daí, deriva que dentro de uma política de governo que incentiva projetos de desenvolvimento e exploração de recursos em Terras Indígenas, inevitavelmente nutre um ambiente de insegurança e impunidade para estes povos, uma vez que segmentos da população se sentem autorizados a cometer ilícitos em TIs, cientes de que não serão punidos.



Dessa forma, as iniciativas das Guardas Indígenas possuem alcance limitado, ainda que importante e necessário, pois diante de um cenário onde o Estado não cumpre com o seu dever de garantir aos povos indígenas os direitos mínimos a suas terras e modos de vida, cabe aos próprios indígenas se protegerem da maneira como podem. Entretanto, se trata de uma luta desleal que vem somando ao longo dos anos perdas significativas em termos de vidas indígenas ceifadas e florestas devastadas.

Considerando as limitações de atuação dentro deste contexto, o que se pode fazer para apoiar essas iniciativas é, no caso das pessoas que sofrem ameaças de morte ou sobreviveram a tentativas de homicídio, informá-las sobre programas de proteção a testemunhas e vítimas, como os desenvolvidos por organizações como o Fundo Casa Socioambiental.

Os homicídios e tentativas de homicídios devem ser investigados e acompanhados de perto pelo Ministério Público Federal em todas as etapas do processo, com a finalidade de levar a julgamento os culpados e mandantes dos crimes e por fim ao sentimento de impunidade de que gozam os perpetradores desses crimes.

As denúncias devem ser levadas também à Corte Interamericana de Direitos Humanos e a outras Cortes e tribunais internacionais para que haja maior pressão na resolução dos casos de violação de direitos humanos.

Outro aspecto que vale a pena destacar das experiências analisadas é em relação a participação das novas gerações nos projetos de proteção territorial. As formações voltadas para Agentes de Manejo Ambiental e de Vigilantes de Proteção Territorial focam não apenas no uso de novas tecnologias – que como vimos, têm sido fundamentais para registrar os ilícitos nas Terras Indígenas –, mas na necessidade de passar os conhecimentos das gerações mais velhas para as mais novas.

Existe aqui um caráter de formação que faz com que os jovens não apenas se capacitem para proteger suas terras, mas que também desenvolvam um sentimento de pertencimento e protagonismo nestes processos. Estes são aspectos fundamentais para despertar o interesse dos jovens que são facilmente aliciados para o crime ou por grupos que cometem ilícitos nas TIs.

O tema da geração de renda também deve ser levado em consideração para manter não apenas os jovens, mas as pessoas das comunidades indígenas envolvidas com o tema da proteção territorial. Assim, o financiamento via microprojetos pode ser um bom exemplo para gerar renda e manter a comunidade em projetos autossustentáveis.

Destacamos, também, que as formações são extremamente importantes para a capacitação das Guardas Indígenas e, ao longo deste levantamento, elencamos alguns aspectos formativos que podem ser replicados em outros contextos.

O uso de tecnologias se mostrou como uma ferramenta que tem se tornado cada vez mais imprescindível nas ações de monitoramento, proteção e vigilância territorial e todo projeto voltado para apoiar essas iniciativas deve levar em



consideração não apenas a aquisição dessas ferramentas, como a manutenção desses equipamentos e os cursos de formação, que são tão importantes tanto para que se tenha o domínio técnico das ferramentas, como também desenvolver protocolos de segurança e monitoramento.

A produção de dados georreferenciados possibilita a geração de informações que subsidiam relatórios e denúncias que são enviados aos órgãos competentes. É importante por parte desses órgãos, que seja dado andamento e acompanhamento a essas denúncias de maneira a garantirem um retorno rápido e eficaz para as comunidades afetadas.

O apoio a Organizações e Associações Indígenas e a Projetos de Gestão Territorial e Ambiental, assim como Planos de Vida também se mostrou importante nos casos analisados para pensar as ações e estratégias de proteção e vigilância territorial de maneira contínua e planejada.



Bibliografia

• CASO GURUPI – MARANHÃO

BALÉE, W. *Ka'apor*. São Paulo: ISA, 2021 [1998]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaapor>. Acesso em 22/03/2022.

BARROS, C. *O Estado não existe na terra indígena mais letal para os guardiões da floresta*. Agência Pública, 2019a. Disponível em: <https://apublica.org/2019/12/o-estado-nao-existe-na-terra-indigena>. Acesso em 24/03/2022.

BARROS, C. *No Maranhão cada guardião é um Paulino*. Agência Pública, 2019b. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/no-maranhao-cada-guardiao-da-floresta-e-um-paulino-guajajara/>. Acesso em 24/03/2022.

BONI, E. *As Guerreiras da Floresta: coragem e luta das Guajajara*. Manaus: Amazônia Real, 2019. <https://amazoniareal.com.br/as-guerreiras-da-floresta-coragem-e-luta-das-guajajara/>. Acesso em 30/03/2022.

CTI- Centro de Trabalho Indigenista. *Nota histórica sobre o Programa Grande Carajás*. São Paulo: CTI, s/d. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/acervo-grande-carajas/>. Acesso em 23/03/2022.

CELENTANO, D. E LOCH, V.C. et al. Desmatamento, degradação e violência no “Mosaico do Gurupi”- a região mais ameaçada da Amazônia. In: *Estudos Avançados* 32 (92), 2018.

CARVALHO, J. *Julgamento de acusados da morte de Paulino Guajajara fortalece luta de Guardiões da Floresta da TI Araribóia por seus direitos*. Maranhão: CIMI, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/julgamento-acusados-paulino-guajajara>. Acesso em 30/03/2022.

CIMI- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Com 48 assassinatos em menos de 20 anos, povo Guajajara resiste às invasões aos territórios tradicionais*. São Paulo: CIMI, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/12/com-48-assassinatos-20-anos-povo-guajajara-resiste-invasoes/>. Acesso em 28/03/2022.

CIMI- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *RELATÓRIO - Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020*. São Paulo: CIMI, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em 30/03/2022

FAUSTINO, C e FURTADO, F. *Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Relatório da Missão de Investigação e Incidência*. Dhesca Brasil: Açailândia (MA), 2013.

GARCIA, U. E MAGALHÃES, M.M.S. *Guajá*. São Paulo: ISA, 2020. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guajá>. Acesso em 23/03/2022.

ISA- Instituto Socioambiental. *Povos Indígenas no Brasil 2011/2016*. São Paulo: ISA, 2017.

GALHARDO, R. *MP pede proteção a índios do Maranhão há ao menos 5 anos*. São Paulo: O Estado, 2019. Disponível para assinantes em www.estadao.com.br.

GREENPEACE. *Todos Os Olhos Na Amazônia. Proteção aos Guardiões da Floresta: as ações com os povos indígenas*. São Paulo: Greenpeace, 2020. Disponível em: <https://www.greenpeace.org.br/relatorio-anual-2020/todos-os-olhos-na-amazonia>. Acesso em 06/06/2022.

ISPN- Instituto Sociedade, População e Natureza. *Guerreiras da Floresta protagonizam iniciativas de diálogos e apoio aos povoados do entorno da Terra Indígena Caru (MA)*. Brasília: ISPN, 2022. Disponível em: <https://ispn.org.br/guerreiras-da-floresta-protagonizam-iniciativas-de-dialogos-e-apoio-aos-povoados-do-entorno-da-terra-indigena-caru-ma/>. Acesso em: 29/03/2022.

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza. *Mosaico do Gurupi aproxima indígenas e ambientalistas do PA e MA*. Brasília: ISPN, 2021. Disponível em: <https://ispn.org.br/mosaico-gurupi-aproxima-indigenas-e-ambientalistas/>. Acesso em 20/03/2022.

LAZZERI, T. *Guerreiras da Floresta enfrentam madeireiros*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/03/desmatamento-indigena-guerreiras-da-floresta-enfrentam-madeireiros-maranhao/>. Acesso em: 30/03/2022.

(O) eco-Dicionário ambiental. *O que são Mosaicos de Unidades de Conservação*. Disponível em <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/o-que-sao-mosaicos-de-unidades-de-conservacao/>). Acesso em : 30/03/2022.

SCHRÖDER, P. *Guajajara*. São Paulo: ISA, 2021 [2002]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guajajara>. Acesso em 22/03/2022.



SPEZIA, A. *Lideranças indígenas desmentem discurso do governo brasileiro em Fórum Permanente da ONU*. Brasília: CIMI, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/05/indigenas-desmentem-governo-brasileiro-onu>. Acesso em 30/03/2022.

WATSON, F. *We were born as forest guardians 1*. Londres: Survival, 2020. Disponível em: <https://lab.org.uk/we-were-born-as-forest-guardians-1>. Acesso em 30/03/2022.

WWF- World Wide Fund for Nature. *Projeto do WWF ajuda a integrar Terras Indígenas*. São Paulo: WWF, 2021. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?78528/Projeto-do-WWF-Brasil-ajuda-a-integrar-Terras-Indigenas-do-Mosaico-do-Gurupi>. Acesso em 30/03/2022.

• CASO CAUCA E PUTUMAYO – COLÔMBIA

ASOCIACIÓN MINGA. *Declaración 1er festival del agua, la montaña y la vida: La Amazonía amenazada por la exploración y explotación canadiense de cobre*. Mocoa: Asociación Minga, 2022. Disponível em: <https://asociacionminga.co/declaracion-1er-festival-del-agua-la-montana-y-la-vida-la-amazonia-amenazada-por-la-exploracion-y-explotacion-canadiense-de-cobre/>. Acesso em 04/04/2022.

COLOMBIA. *Decreto 1953 de 2014*. Bogotá: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma_pdf.php?i=59636 Acesso em 30/04/2022.

COLOMBIA. *Decreto 2164 de 1995*. Bogotá: Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Pueblos_indigenas/decreto_2164_1995_col.pdf?view=1 Acesso em 30/04/2022.

COLOMBIA. *Decreto 1088 de 1993*. Bogotá: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma_pdf.php?i=1501 Acesso em 30/04/2022.

COLOMBIA. *Constitucion da Republica da Colombia* (1991). Constitución Política de Colombia. Bogotá: Gaceta Constitucional, 1991. Disponível em: <http://www.secretariassenado.gov.co/constitucion-politica>. Acesso em 15/04/2022.

COLOMBIA. *Lei 89 de 1890*. Bogotá: Congreso de Colombia, 1890. Disponível em: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma_pdf.php?i=4920 Acesso em 15/04/2022.

CRUDO TRANSPARENTE. *Influencia de la actividad petrolera em el Putumayo* 2016-2019. Bogotá: Crudo Transparente, 2019. Disponível em: <https://crudotransparente.com/2019/09/18/en-torno-a-la-actividad-petrolera-en-el-putumayo-2016-2019/>. Acesso em 04/04/2022.



EL ESPECTADOR. *Con bastones y palabras, así es la resistência de la Guardia Indígena*. Bogotá: El Espectador, 2020. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/con-bastones-y-palabras-asi-es-la-resistencia-de-la-guardia-indigena-article/> Acesso em 02/04/2022.

FORERO, RUEDA. *El líder indígena que murió en Miranda por un disparo de la Policía*. El Espectador, 2022. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia-20/conflicto/el-lider-indigena-que-murio-en-miranda-cauca-por-un-disparo-de-la-policia/>. Acesso em 20/04/2022.

FRONTLINEDEFENDERS, *Guardia Indígena de Cauca*. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/en/organization/guardia-indigena-de-cauca>. 2020. Acesso em 02/04/2022.

GAIA AMAZONAS. *Que és el Plan de Vida?* Bogotá: GAIA, 2020. Disponível em: www.gaiaamazonas.org/noticias/2020-08-06_que-es-el-plan-de-vida/ Acesso em 10/04/2022.

OPIAC- ORGANIZACIÓN NACIONAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA COLOMBIANA. *Opiac fortalece a la Guardia Indígena del Putumayo para que realice labores de monitoreo y control territorial*. Bogotá: Opiac, 2021a. Disponível em: <https://opiac.org.co/noticias/amazonia-colombiana/290-opiac-fortalece-a-la-guardia-indigena-del-putumayo-para-que-realice-labores-de-monitoreo-y-control-territorial>. Acesso em 10/04/2022.

OPIAC- ORGANIZACIÓN NACIONAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA COLOMBIANA. *Guardia Indígena Putumayo*. In: Podcast El Territorio nos protege. Bogotá: Opiac, 2021b. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6Ze9S7cD4Ho&t=209s&ab_channel=OPIACComunica. Acesso em 10/05/2022.

PUEBLO INGA. *Plan de Salvaguarda del Pueblo Inga de Colombia*. 2012. Disponível em: [pueblo_inga_diagnostico_comunitario.pdf \(mininterior.gov.co\)](http://pueblo_inga_diagnostico_comunitario.pdf(mininterior.gov.co)). Acesso em 03/04/2022.

RADIO SAVIA, 2022. *Episódio 7: La Guardia Indígena*. Bogotá: Radio Savia, 2022. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=3EyljWP8dCA&t=3s&ab_channel=RadioSavia. Acesso em: 10/05/22.

RESGUARDO INGA DE ALPAMANGA. *Reglamento Interno del Resguardo Inga de Alpamanga*. 2012. Disponível em: https://siic.mininterior.gov.co/.../reglamento_interno_alpamanga. Acesso em 20/05/2022.

RESGUARDO INGA DE YUNGUIILO. *Plan Integral de Vida Del Resguardo Inga de Yunguillo*. 2016. Bogotá: The Amazon Conservation Team Colombia. Disponível em: [plan_integral_de_vida_del_resguardo_indigena_yunquillo.pdf \(mininterior.gov.co\)](http://plan_integral_de_vida_del_resguardo_indigena_yunquillo.pdf(mininterior.gov.co)). Acesso em 04/04/2022.

RTVC- RADIO INTERNACIONAL DE COLOMBIA. *Guardia Indígena em Mocoa controla la frontera para evitar llegada de Covid19*. Bogota: RTVC, 2020. Disponível em: <https://www.radionacional.co/cultura/guardia-indigena-en-mocoa-controla-frontera-para-evitar-llegada-de-covid-19>. Acesso em 25/06/2022.



SOCORRO RUANO, E. I. *Protesto indígena na Colômbia: a minga em questão*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 52, N. 2, p. 263-273, mai/ago 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93846957014.pdf>. Acesso em 25/06/2022.

TORRES PUENTES, W.J. La minga y la guardia indígena: exigiendo derechos em Colombia. In: *Maloca. Revista de Estudos Indígenas*. Campinas, SP. V. 3P1-21.

UNODC. *Estrategias de acción sobre el problema de las drogas. Pueblo Inga*. Bogotá: UNODC, Ministerio de Justicia y de Derecho, 2020. Disponível em: https://biesimci.org/fileadmin/2021/documentos/et/libro_inga_azul.pdf. Acesso em 15/04/2022.

USAID. *Jurisdicción Especial Indígena. Bastón Jurídico*. Programa de Justicia para uma Paz Sustentable. Bogotá: USAID, s/d.

• CASO PEMÓN – VENEZUELA

Aministía Internacional. Venezuela: Activista Indígena difamada y estigmatizada. 2018. Disponível em: <https://www.amnistia.org/ve/noticias/2018/08/7300/venezuela-activista-indigena-difamada-y-estigmatizada>. Acesso em: 10/05/22.

Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, 1999. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/.../siteal_venezuela_1006.pdf. Acesso em: 27/05/2022.

Ley Orgánica de Pueblos y Comunidades Indígenas. 2005. Disponível em: <http://www.asambleanacional.gob.ve/leyes/sancionadas/ley-organica-de-pueblos-y-comunidades-indigenas>. Acesso em: 27/05/2022.

ISA- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Taurepáng*. São Paulo: ISA. 2004. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Taurepang>. Acesso em 25/05/2022.

PONTES, N. *Brasil é o 4º país mais perigoso para ambientalistas*. In: Berlin: DW Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-o-4%C2%BA-pa%C3%ADs-mais-perigoso-do-mundo-para-ambientalistas/a-59163369>. Acesso em: 20/04/2022.

RUNRUNES, s/d. *Las lideres estamos para hallar soluciones, no para crear más problemas*. Disponível em: [LISA HENRITO \(shorthandstories.com\)](https://www.lisahenrito.com). Acesso em: 25/05/2022.

VITTI, M. V. *Los anillos del árbol de Lisa*. In: Revista SIC, septiembre 18, 2021. Caracas: Centro Gumilla, 2021. Disponível em: <https://revistasic.org/los-anillos-del-arbol-de-lisa>. Acesso em 25/04/2022.

VITTI, M. 2018. *El contexto de la resistencia de los indígenas pemón de Kanaimö*. In:



Revista SIC, dezembro 20, 2018. Caracas: Centro Gumill, 2018. Disponível em: <https://www.ecopoliticavenezuela.org/2018/12/25/contexto-la-resistencia-los-indigenas-pemon-kanaimo/> Acesso em 25/05/2022.

• CASO RIO NEGRO – AMAZONAS

AZEVEDO, D. E CABALZAR, A. *Manejo dos Peixes na bacia do Rio Tiquié. Memórias e perspectivas*. São Gabriel da Cachoeira/ São Paulo: FOIRN/ISA. 2012.

BRASIL. Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/legislacao/decreto/>. Acesso em 20/06/2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20/04/22.

BUCHILLET, D. “Pari Cachoeira: o laboratório Tukano do projeto Calhar Norte”. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. Aconteceu especial 18. São Paulo: CEDI, 1991, p. 107-115.

CABALZAR, A. *Ciclos anuais no Rio Tiquié: Pesquisas colaborativas e manejo ambiental no Noroeste Amazônico*. São Gabriel da Cachoeira/ São Paulo: FOIRN/ISA. 2016.

CABALZAR, A. *Manejo do mundo. Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Noroeste Amazônico*. São Gabriel da Cachoeira/ São Paulo: FOIRN/ISA. 2010.

CABALZAR, A. & RICARDO, C. A. *Povos indígenas do alto e médio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do Noroeste da Amazônia brasileira*. Mapa-livro. São Gabriel da Cachoeira/ São Paulo: FOIRN/ISA. 1ª edição, 2006.

CABALZAR, A. & RICARDO, C. A. *Povos indígenas do alto e médio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do Noroeste da Amazônia brasileira*. Mapa-livro. São Gabriel da Cachoeira/ São Paulo: FOIRN/ISA. 2ª edição, 2009.

CABALZAR, F. *Educação escolar indígena do Rio Negro, 1998-2011: relatos de experiências e lições aprendidas*. São Gabriel da Cachoeira/ São Paulo: FOIRN/ISA. 2012.

CEDI. *Noroeste Amazônico, Garimpeiro e empresas*. In: *Aconteceu Especial*, n. 14, p. 38-40. São Paulo: CEDI, 1983.

CPI-Acre. *Papo de Índio: Fortalecimento Profissional do Agente Agroflorestal Indígena*. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/papo-de-indio-fortalecimento-profissional-do-agente-agroflorestal-indigena/> Acesso em 01/5/2022.



FOIRN- FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO. *Construindo as políticas públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; ISA, 2003. Disponível em: https://foirn.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PRDIS_2003.pdf Acesso em 20/04/2022.

FOIRN, PGTA DIA WII: *Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pgta-dia-wii-plano-de-gestao-territorial-e-ambiental-da-coordenadoria-das>. Acesso em 05/05/2022

INFOAMAZONIA. *Calendário Indígena dos Ciclos do Rio Tiquié*. Manaus: Infoamazonia, s/d. Disponível em: <https://infoamazonia.org/project/calendario-indigena-dos-ciclos-do-rio-tiquie/>. Acesso em 20/05/2022.

ISA- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Ciclos anuais dos povos indígenas do Tiquié* (site). São Paulo: ISA, s/d. Disponível em: <https://ciclostiquie.socioambiental.org/pt/index.html>. Acesso em 02/05/2022.

REDE LIRA. *Consolidação da Rede de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental no âmbito da implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas do alto e médio Rio Negro (Instituto Socioambiental)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ecológicas, s/d. Disponível em: <https://lira.ipe.org.br/projetos-selecionados.html?view=article&id=1631>. Acesso em 02/05/2022.

HANDAM, A.A. *Conhecedores da Amazônia*. São Paulo: ISA. 2022. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/conhecedores-da-amazonia>. Acesso em 28/05/2022.

OLIVEIRA, M. S. *Sobre casas, pessoas e conhecimentos: uma etnografia entre os Tukano Hausirõ e Ñahuri porã, do médio Rio Tiquié, Noroeste Amazônico*. Tese defendida pelo PPGAS, UFSC. 2016.

RICARDO, B. *Conflitos na Serra do Traira (AM)*. 2002. Disponível em: socioambiental.org. Acesso em 28/05/2022.

VIEIRA, R. e VERDUM, R. *Segurança pública nos Territórios Tradicionais do Amazonas*. 2021.





ANEXOS



Anexo 1 – Guia de Perguntas

Mapeamento de Mecanismos Alternativos de Segurança de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais na Região Amazônica – Brasil, Venezuela, Colômbia

Roteiro de Entrevista: Lideranças Indígenas

Entrevistador _____

Data: _____ Local (físico/plataforma): _____

Informações gerais sobre o entrevistado: _____

Nome do entrevistado: _____

Povo: _____

Residência (Território indígena, cidade, estado): _____

Função na comunidade/experiência: _____

Experiência implementada

- Nome da experiência
- Povos e territórios indígenas envolvidos
- Histórico do surgimento da iniciativa
- Problemas e ameaças enfrentadas pelas pessoas/povos/territórios
- Estratégias de enfrentamentos (tipos de ações, instrumentos, metodologias)
- Atores envolvidos
- Participação de lideranças, organizações, moradores das comunidades
- Participação do entrevistado
- Participação de jovens e mulheres
- Tipo de relações estabelecidas com organizações de povos indígenas, órgãos governamentais, organizações não governamentais, organismos internacionais, universidades e outros
- Possibilidade de ampliação do diálogo- constituição de redes e parcerias

Recursos:

- Fonte de financiamento
- Contrapartida das comunidades

Resultados atingidos:

- Efeitos previstos
- Efeitos imprevistos

Planejamento:

- Curto
- Médio
- Longo prazo



